



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Kim Taiuara Chavarria Brochardt

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA:
uma análise a partir dos posicionamentos do CFESS, no contexto de radicalização
conservadora sobre a política Brasileira entre 2016 e 2018

Recife

2018

Kim Taiuara Chavarria Brochardt

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA:
uma análise a partir dos posicionamentos do CFESS, no contexto de radicalização
conservadora sobre a política Brasileira entre 2016 e 2018

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora. Prof^a. Dr^a. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá

Recife

2018

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva CRB4-1747.

B863p Brochart, Kim Taiuara Chavarria.

Projeto ético-político do serviço social e emancipação humana: uma análise a partir dos posicionamentos do CFESS, no contexto de radicalização conservadora sobre a política brasileira entre 2016 e 2018 / Kim Taiuara Chavarria Brochart. – Recife, 2018.

128 fls: il. 30 cm.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015.

Inclui referências.

1. Serviço Social – Políticas públicas - Brasil. 2. Conselho Federal de Serviço Social (Brasil). 3. Conservantismo – Brasil. I. Mustafá, Maria Alexandra da Silva Monteiro. (Orientador). II. Título.

CDD 361 (22.ed.)

UFPE (CSA 2018 –155)

Kim Taiuara Chavarria Brochardt

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA:
uma análise a partir dos posicionamentos do CFESS, no contexto de radicalização
conservadora sobre a política brasileira entre 2016 e 2018

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovado em: 23/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Adilson Silveira Aquino Júnior (Examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Gomes de Lucena (Examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo apreender a formulação político-programática que tem orientado a ação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no contexto de radicalização do conservadorismo após golpe jurídico-parlamentar de 2016, considerando os pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a relação com a emancipação humana, enquanto categoria fundante do projeto societário. A dissertação foi construída a partir de revisão bibliográfica, análise documental e fundamentada teoricamente no método crítico-dialético. O material documental tomado para análise das propostas do Conselho Federal são suas notas políticas, publicadas entre 2016 e 2018, o informativo “CFESS Manifesta” (2016-2018) e as resoluções do 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado em 2016. O primeiro capítulo analisa a conjuntura recente com foco nos anos 2016-2018, marco do governo que se instalou no poder, a partir do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff que, para ser mais bem compreendida requereu uma consideração dos acontecimentos de períodos precedentes, tomando como marco as jornadas de junho de 2013, com o objetivo de identificar as raízes estruturais do processo mesmo de radicalização conservadora no País. O segundo capítulo apresenta considerações extraídas do estudo da categoria emancipação humana, a partir da leitura atenta dos textos originais de Marx, na intenção de subsidiar a análise do objeto de estudo, propriamente dito, da dissertação, que consistirá o terceiro e último capítulo deste trabalho. À luz das conclusões apresentadas nos dois primeiros capítulos, isto é, situando toda a problemática que se ergue a partir da conjuntura adversa que atravessa o Brasil, e da consideração de seus rebatimentos, especificamente, para o Serviço Social brasileiro e para o seu Projeto Ético-Político, coloca-se a discussão sobre as possibilidades de enfrentamento dos vetores regressivos da radicalização conservadora, priorizando a análise sobre as propostas do Conselho Federal de Serviço Social que se direcionam para a construção de uma ordem societária sem exploração e dominação de classe, isto é, para a emancipação humana. Conclui-se que, apesar dos limites impostos pela conjuntura, e dada a particularidade do CFESS, enquanto entidade representativa da categoria profissional, o CFESS apresenta uma contribuição significativa no processo de construção de uma

sociedade emancipada, especialmente pela postura crítica e de enfrentamento dos desafios postos. Ressalte-se, ainda, sua atuação na tomada de decisões e pronunciamentos feitos, no sentido da organização da própria categoria e na articulação mais ampla com outras organizações sociais, políticas e profissionais, tendo em vista contribuir para o processo de emancipação humana.

Palavras-chave: Radicalização conservadora. Emancipação humana. Projeto Ético-Político do Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social.

ABSTRACT

The present dissertation aims at understanding the political mediations that guide the action of the Federal Council of Social Service (CFESS) in the context of the radicalization of conservatism and the legal-parliamentary coup of 2016, considering the assumptions of the Ethical-Political Project of Social Service and the relationship with human emancipation, as a founding category of the corporate project. The dissertation was constructed from bibliographical revision, documentary analysis and theoretically based on the critical-dialectical method. The first chapter analyzes the recent conjuncture with a focus on the years 2016-2018, a landmark of the government that settled in power, from the impeachment of President Dilma Rousseff who, to be The best understood approach required a consideration of the events of previous periods, taking as a milestone the days of June 2013, with the objective of identify the structural roots of the process of conservative radicalization in the country. The second chapter presents considerations drawn from the study of the category of human emancipation, from an attentive reading of the original texts of Marx, with the intention of subsidizing the analysis of the object of study, properly speaking, of the dissertation, which will consist of the third and last chapter of this work. In the light of the conclusions presented in the first two chapters, that is, by situating the whole problematic that arises from the adverse conjuncture that crosses Brazil, and of the consideration of his refutations, specifically, for the Brazilian Social Service and for its Ethical-Political Project, the discussion on the possibilities of confronting the regressive vectors of conservative radicalization, prioritizing the analysis on the proposals of the Federal Council of Social Service that are directed towards the construction of a societal order without exploitation and class domination, that is, for human emancipation. The documentary material taken to analyze the proposals of the Federal Council are its notes CFESS Manifest and the resolutions of the 45th National Meeting of the CFESS-CRESS Group, held in 2016. From this set of materials, which express political mediations, it is concluded that, despite the limits the CFESS as a representative body of the professional category, CFESS n the process of building an emancipated society, especially by the critical stance and facing the challenges posed. Emphasis should also be placed on making decisions and pronouncements made in the sense of organizing the category itself

and in broader articulation with other social, political and professional organizations, with a view to contributing to the process of human emancipation.

Keywords: Conservative radicalization. Human emancipation. Ethical-Political Project of Social Service. Federal Council of Social Service.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	RADICALIZAÇÃO CONSERVADORA E O GOLPE JURÍDICO-PARLAMENTAR DE 2016.....	12
2.1	Os primeiros deslocamentos.....	13
2.2	Breves considerações sobre a crise do capital e o neoliberalismo.....	18
2.3	Caracterizações sobre a experiência dos governos do PT.....	21
2.4	Alguns elementos sobre a política do PT no governo.....	25
2.5	Tendências das Jornadas de Junho de 2013.....	29
2.6	Crise e o prenúncio do golpe.....	36
2.7	O golpe, a radicalização conservadora e o Projeto Ético-Político do Serviço Social - PEPSS.....	39
3	EMANCIPAÇÃO HUMANA, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A AÇÃO POLÍTICA DO CFESS.	47
3.1	Sobre a emancipação humana em Marx.....	47
3.2	Projeto Ético-político do Serviço Social e a participação política do CFESS na sua construção.....	71
4	OS POSICIONAMENTOS POLÍTICOS DO CFESS NO CONTEXTO DE RADICALIZAÇÃO CONSERVADORA: TENSÕES E MEDIAÇÕES PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA	85
4.1	Análise de conjuntura do CFESS.....	85
4.2	Sobre a definição de Golpe de Estado e a posição do CFESS.....	91
4.3	A relação entre as mediações políticas afirmadas pelo CFESS no contexto de radicalização conservadora e a emancipação humana.....	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
	REFERÊNCIAS.....	122

1 INTRODUÇÃO

O golpe jurídico-parlamentar de 2016¹ representou a emergência de um duplo movimento- não necessariamente coincidente nem dissociado - na realidade nacional: o colapso do pacto de conciliação de classes articulado pelo Partido dos Trabalhadores – PT, e a radicalização das investidas conservadoras da direita brasileira. Esse duplo movimento, no contexto da crise do capital, resultou no alinhamento pleno das classes dominantes em todos os espaços estratégicos do poder político (o Legislativo, o Judiciário e o Executivo do Estado) para a execução acelerada de seu plano de futuro com vistas à retomada das taxas de lucro para o capital. Várias contrarreformas foram postas em andamento desde que o golpe de 2016 se consolidou com a ascensão de Michel Temer para Presidente da República. No geral, as medidas que as forças conservadoras têm implementado podem ser classificadas em três eixos: medidas de ajuste econômico; medidas de cunho moralistas/obscurantistas; e medidas jurídico-políticas que aperfeiçoam os processos de repressão e criminalização dos movimentos da classe trabalhadora (IASI, 2017 [2016]).

A gravidade da conjuntura: seu impacto socioeconômico, as consequências para as políticas públicas e para as condições de vida da classe trabalhadora, nos leva a refletir, por conseguinte, sobre o Serviço Social, especificamente, o seu Projeto Ético-Político na sua dimensão da organização política no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Analisamos as formulações político-programáticas do CFESS frente à conjuntura de radicalização conservadora no contexto do golpe de 2016 e como elas, ao mesmo tempo em que apontam para a resistência aos retrocessos em curso, contribuem para orientar lutas pela emancipação humana, nas suas limitações e parcialidades, organizando as/os assistentes sociais em articulação com outros sujeitos políticos coletivos.

Embora o golpe de 2016 tenha facilitado a realização das medidas conservadoras numa velocidade reivindicada pelas forças do capital, desde o governo de Dilma Rousseff, algumas das medidas referidas já vinham sendo postas em prática, com a diferença do seu nível de radicalidade e de celeridade. Para

¹ Ao longo da dissertação caracterizaremos o que entendemos por golpe jurídico-parlamentar de 2016. E a partir de agora, nos referiremos a esse episódio também por golpe de 2016.

compreender essa mudança na conjuntura a partir de 2016 com o golpe, voltamos a nossa análise para acontecimentos que remontam às Jornadas de Junho de 2013, passando pelas manifestações pelo impeachment de 2015 e 2016, inserindo esses episódios no contexto dos governos do PT e da crise do capital aflorada em 2008.

Aprofundamos essa discussão no primeiro capítulo, desenvolvendo algumas reflexões acerca das tendências da política do PT à frente do governo federal, sua relação com as Jornadas de Junho de 2013, com as manifestações pelo impeachment em 2015-2016 e, por fim, com o golpe de 2016. Entendemos aqui as Jornadas de Junho de 2013 como o primeiro momento em que as tensões com o pacto de conciliação de classes articulado pelos governos do PT se manifestam de maneira mais visível – pois de forma menos evidente os sinais de exaustão desse pacto já estavam aparecendo. A eclosão das gigantescas manifestações de junho de 2013 resultou numa fissura na forma com que o PT se relacionava com os movimentos sociais, abrindo potencialmente espaço para que a oposição de esquerda aos governos petistas pudesse se inserir e dirigir um processo de ascenso das lutas sociais. No entanto, as próprias contradições das Jornadas de Junho 2013 impediram que essa potencial tendência se desenvolvesse plenamente. A dinâmica contraditória das manifestações de junho daquele ano abriu também espaço para que a direita e a extrema-direita disputasse a sua direção.

A despeito das organizações da esquerda não terem conseguido imprimir uma direção, as bandeiras que fizeram eclodir as Jornadas de Junho de 2013 correspondiam a bandeiras historicamente vinculadas à esquerda, ainda que no andamento das manifestações tenham se expressado bandeiras vinculadas ao conservadorismo. O mais importante para a conjuntura presente é entender que as Jornadas de Junho de 2013 revelaram com força inédita uma tendência de aumento das lutas sociais que estavam em curso desde, ao menos, 2009 e que permanecem em ritmo acelerado, apesar de seu característico espontaneísmo, assim como foram as Jornadas de Junho de 2013 no seu início.

Embora a tendência de crescimento das lutas sociais tenha se mantido, simultaneamente a esse processo se fortalecia também o conservadorismo, cujo sinal mais evidente foi o resultado da eleição do Congresso Nacional mais conservador desde a Ditadura Militar, em 2014, sendo este, inclusive, um dos

elementos decisivos para que o empreendimento golpista pudesse lograr êxito, em 2016, com a interrupção do mandato da Presidenta Dilma Rousseff e acelerar o processo de implantação da agenda de radicalização conservadora. Antes disso, porém, emerge na luta de classes grandes manifestações de direita – e de extrema-direita – pedindo o impeachment da então Presidenta, a prisão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e até mesmo, em alguns casos, intervenção militar. Estas manifestações da direita seriam outro elemento central para que a trama golpista tivesse o mínimo respaldo e legitimidade social. Além desses elementos, como pano de fundo determinante, desde 2014 se aprofundavam os efeitos da crise econômica mundial que atingia de forma mais virulenta o Brasil. Somado à instabilidade política provocada pela direita, a retração da economia brasileira levou ao desenlace conhecido amplamente, seguido de ataques radicais contra a massa da população trabalhadora, de um crescimento, aparentemente sem freio, das tendências conservadoras e da fragilização da democracia no país.

Como não podia ser diferente, as consequências atingem em cheio o Serviço Social, acirrando as contradições que se voltam para o seu Projeto Ético-Político. Como expressão da dimensão da organização política da categoria, o CFESS se coloca contra a radicalização do conservadorismo em curso e, em articulação com outros sujeitos, chama à resistência, na perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social e da emancipação humana.

No segundo capítulo passamos ao debate da emancipação humana, recuperando várias obras de Karl Marx – da sua juventude à fase da maturidade. O processo de construção da categoria segue uma ordem de análise cronológica de sua obra, agregando os elementos originais que vão constituindo o amadurecimento do autor no que se refere a essa discussão, e também problematizando as possíveis superações. O objetivo desse capítulo é extrair mediações sínteses que articulam na luta de classes a perspectiva da emancipação humana. Em seguida, estabelecemos uma discussão sobre o processo de gênese, desenvolvimento e consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, seus elementos constituintes e os componentes que o materializam. Por fim, inserimos o CFESS como um espaço em que o projeto profissional também se construiu, alargando e redefinindo o seu papel. Se antes a função desempenhada pelo CFESS era fundamentalmente burocrática e punitiva, com o processo de construção da nova direção social para a profissão ele

passa a ter funções nitidamente pedagógicas, organizativas e políticas, tendo se forjados como um dos espaços em que o Projeto Ético-Político do Serviço Social se consolidou e através do qual se desenvolveu em outras frentes. Apresentamos de forma concisa a trajetória do CFESS, seu vínculo com o Estado e as políticas desenvolvidas a partir de sua atuação dirigente no interior da profissão e em espaços de construção coletiva com outros sujeitos políticos.

No terceiro capítulo, procedemos à análise dos documentos publicados nos últimos dois anos (2016-2018) pelo CFESS: informativo *CFESS Manifesta*², notas publicadas no seu site, a *Carta de Cuiabá*³ (2016), Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS e as deliberações do 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS. A partir dos referidos documentos reproduzimos e problematizamos a análise de conjuntura que o CFESS tem apresentado para o conjunto da categoria, especificamente a análise que a entidade fez sobre o processo que redundou no impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, confrontando com o conceito de golpe de Estado. Em seguida, contextualizamos as formulações político-programáticas apresentadas pelo CFESS para enfrentamento dos vetores decorrentes da radicalização conservadora e as relacionamos com as mediações que articulam as lutas pela emancipação humana, considerando os limites e parcialidades inerentes a sua natureza de conselho de fiscalização profissional.

Nas considerações finais inserimos questões para refletir a situação atual do Projeto Ético-Político do Serviço Social no âmbito da radicalização conservadora e como ele é tensionado pelos vetores regressivos da presente conjuntura. Nossa hipótese é que o CFESS ao opor resistência aos retrocessos em andamento, orientado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, mobiliza mediações políticas que contribuem para, numa articulação mais ampla com outros sujeitos políticos, tensionar transformações societárias no sentido da emancipação humana.

² O informativo CFESS Manifesta “é uma produção que dá visibilidade aos posicionamentos e análises do Conselho Federal sobre diversos temas e fatos da sociedade brasileira e internacional, sobre o trabalho de assistentes sociais na relação com as políticas sociais e com a conjuntura. O informativo também expressa nossa defesa do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Buscamos incidir com reflexões críticas e propostas de ação que têm profunda relação com a agenda do Conjunto CFESS-CRESS” (CFESS, 2017, p. 07).

³ A Carta de Cuiabá foi um do documento aprovado na plenária final pelo conjunto de delegados/as presentes no 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS de 2016.

2 RADICALIZAÇÃO CONSERVADORA E O GOLPE JURÍDICO-PARLAMENTAR DE 2016

Na análise de situações, diz-se importante observar aquilo cuja permanência é verificável por tempo relativamente longo e o que comparece apenas efemeramente. O primeiro caso refere-se a inflexões de envergadura considerável na vida de uma dada formação social, isto é, nas palavras de Gramsci (2014, C13, §17, p. 37), se referem a “movimentos orgânicos”; e o segundo, aos acontecimentos circunstanciais, passageiros, que não resistem ao passar dos dias. A estes ele chama de “fenômenos da conjuntura”. Mas, ainda que se distingam, não há de se supor independentes, pois “também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos” (idem), sendo fundamental, para a correta compreensão de um determinado fenômeno, buscar a “justa relação” (p. 38) daquilo que lhe é orgânico com o que é conjuntural.

Reproduzimos essa parte da reflexão de Gramsci a respeito da “análise das situações: relações de força” (p. 36) para estabelecer alguns “princípios de metodologia histórica” (p. 37), que irá nos guiar na discussão acerca da conjuntura presente. Pretendemos, neste capítulo, discorrer, prioritariamente, sobre o impeachment sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a radicalização conservadora, procurando entender o significado histórico-político desses acontecimentos para a luta de classes no Brasil, bem como o seu impacto para o Serviço Social, em específico para o seu Projeto Ético-Político.

Para compreender o desenvolvimento de algumas tendências em curso buscamos, na análise, realizar algumas considerações relacionadas à eclosão das Jornadas de Junho de 2013 e às manifestações de massa da direita pelo impeachment em 2015-2016, sob o contexto de crise do capital. Pois, se de fato o golpe e a radicalização conservadora não são meros “fenômenos de conjuntura”, mas expressam movimentos orgânicos que perduram na realidade nacional, não tendo se engendrado a si mesmo, o correto é buscar, partindo deles, os fenômenos que lhe originam e lhe enredam estruturalmente nessa conjuntura.

2.1 Os primeiros deslocamentos

É praticamente consenso entre os setores da esquerda brasileira que as Jornadas de Junho de 2013 inauguraram uma nova conjuntura na realidade nacional (ANTUNES, 2014; ARCARY, 2016; BRAGA, 2017; IASI, 2017; PINASSI, 2014; SAMPAIO JR., 2014), rompendo com “duas décadas de marasmo político e letargia social” (SAMPAIO JR., 2014, p. 91). A dimensão das manifestações populares é apenas comparável, na nossa história recente, às “Diretas Já!” e ao “Fora Collor!”. Tem-se registrado que cerca de três milhões de pessoas foram às ruas durante as Jornadas de Junho (BRAGA, 2014; SECCO, 2013). Essa foi a primeira manifestação de peso que ocorreu sob os governos do Partido dos Trabalhadores – PT, revelando o início do esgotamento da direção intelectual e moral – e, por consequência, de seu programa de reforma econômica⁴ – ou, segundo Braga (2017; 2016), da hegemonia lulista⁵ exercida exitosamente por esse partido ao longo de aproximadamente 14 anos. Nas palavras Iasi (2017):

A mudança do cenário econômico mundial, interessadamente não a crise propriamente dita, mas a retomada do crescimento no centro do sistema e o conseqüente agravamento da crise na periferia do sistema do capital imperialista faz com que as bases da democracia de cooptação e do governo de pacto social deteriorem rapidamente. O primeiro e mais evidente sintoma desse fato foram as manifestações de 2013, que indicavam problemas em um dos principais trunfos do PT na relação com a ordem burguesa, ou seja, a eficiência do apassivamento ([2016], p. 427).

As Jornadas de Junho de 2013⁶ em si indicaram uma série de reivindicações difusas, considerável espontaneísmo, ausência de uma direção coesa, uma dose razoável de ecletismo nas bandeiras agitadas e uma composição social policlassista (ANTUNES, 2014; BRAGA, 2017; SINGER, 2013). Tendo iniciado com uns poucos milhares mobilizados pelo Movimento Passe Livre – MPL, contra o aumento das

⁴ Sobre a relação entre reforma intelectual e moral e reforma econômica, Gramsci diz o seguinte: “pode haver reforma cultural, ou seja, elevação das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.” (2014, C13, §1, p.19). Para nós, ainda que nos marcos do capitalismo, os governos do PT constituíram uma nova direção intelectual e moral baseada num “programa de reforma econômica” que trataremos ao longo do capítulo.

⁵ “Entendida como modo de regulação dos conflitos classistas, essa relação social hegemônica apoiou-se sobre a articulação de duas formas distintas, porém complementares, de consentimento, cujo produto foi a construção de uma relativa pacificação social” (BRAGA, 2016, p. 87).

⁶ Em alguns momentos chamaremos apenas de Jornadas de Junho.

passagens de ônibus em São Paulo, as manifestações cresceram rapidamente potencializadas pelo sentimento de revolta causado em função da dura e excessiva repressão policial contra os manifestantes, sobretudo, porque a postura truculenta da PM passou a ser denunciada por parte da imprensa, que ao dar cobertura aos protestos, passou também a sofrer agressão.

Durante o período de ascensão das Jornadas de Junho, sem negar a sua pauta primeira – revogação do aumento da tarifa do transporte público – os manifestantes passaram a agitar bandeiras políticas extremamente diversificadas, que se concentravam difusamente em torno da luta por direitos, a exemplo das seguintes:

“Passe livre”, “Educação pública não mercantil”, “Saúde não é mercadoria”, “Moradia: direito de todos”, “Fora FIFA”, “Contra a privatização do Maracanã”, “Fora Eike”, “Não às remoções”, “Fora rede Globo”, “Da copa eu abro mão, não da saúde e educação”, “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”, “Contra a homofobia”. (SAMPAIO JR., 2014, p. 89).

No entanto, essas não foram as únicas bandeiras, nem o seu teor progressista foi exclusivo nas manifestações de junho daquele ano. Outras pautas com significado conservador também tiveram vez e voz nos protestos que ganharam as ruas do Brasil em junho 2013. Sampaio Jr. (2014) nos diz que:

Nos cartazes improvisados levados às manifestações, protestava-se praticamente contra tudo. A grande mídia fez alarde da presença de palavras de ordem nacionalistas – “O gigante acordou”, “Verás que um filho teu não foge à luta”; moralistas – “Contra a corrupção”, “Contra a PEC-37”; e até mesmo autoritárias – “Contra os partidos”, “Contra a violência”⁷. Em várias cidades, as organizações empresariais aproveitaram a confusão para infiltrar pessoas contratadas para empunhar cartazes impressos com palavras de ordem como “Menos impostos”, e “Imposto zero”, que destoavam completamente do que vinha sendo reivindicado. (p. 89).

Essas últimas reivindicações assomaram às manifestações de junho, atribuindo-lhes um aspecto específico e que nos é de suma importância para a compreensão dos desdobramentos da conjuntura daquele ano em diante. Se historicamente as ruas foram lugar de manifestação da esquerda brasileira e suas reivindicações, as Jornadas de Junho de 2013, mesmo expressando uma

⁷ Naquela conjuntura essa palavra de ordem era funcional à neutralização de ações mais radicalizadas, bem como à criminalização das mesmas.

hegemonia da esquerda nas pautas apresentadas, mostraram que o monopólio dela havia sofrido uma fissura indelével. Não só os setores conservadores no transcórre das mobilizações começaram a participar delas, como setores reacionários, identificados com a extrema-direita, também enxergaram espaço e necessidade de se inserir para tentar confundir e disputar a direção dos protestos, auxiliados pela grande mídia e grupos empresariais, o que, em alguma medida, conseguiram, basta lembrar o rechaço à presença das bandeiras vermelhas, a força das palavras de ordem contra os partidos (ANTUNES, 2014; SAMPAIO JR., 2014) e a simbólica e precipitada decisão do MPL em se retirar dos protestos: “sairemos agora das manifestações porque a direita está tentando roubar as nossas bandeiras” (MPL, 2013, apud ANTUNES, 2014, p. 28). Como as mobilizações continuaram a sobrepujar as pautas conservadora, o MPL, com a diluição da aparente hegemonia da direita, decidiu pelo retorno.

A clara participação de setores conservadores e reacionários nos protestos, não pode servir para turvar a presença massiva de uma jovem classe trabalhadora que pela primeira vez estava exercitando política nas ruas⁸. Ainda que sendo composta de forma policlassista, as Jornadas de Junho tiveram na sua base uma maioria de jovens proletários da área de serviços que “estuda-e-trabalha, trabalha-e-estuda” (ANTUNES, 2014, p. 27). Especificamente, foi uma juventude que teve acesso a empregos mal remunerados e que exigiam um baixo grau de qualificação (BRAGA, 2014).

Ao analisar os “acontecimentos de Junho” (SINGER, 2013, p. 26), Singer propôs uma divisão em três fases distintas dos protestos, cada uma com duração aproximada de uma semana: a primeira (06, 10, 11 e 13 de junho), protagonizada por uma parte da classe média, ainda em torno da redução da tarifa de ônibus, é conduzida pelo MPL e com presença média de duas a cinco mil pessoas. A segunda fase (17, 18, 19 e 20 de junho), logo em seguida da forte repressão da PM-SP, é aberta com o ingresso veloz e espontâneo de amplos setores da sociedade, massificando significativamente os protestos, numa dimensão nacional⁹, porém, ao mesmo tempo, diluindo sua pauta em uma multiplicidade delas – como referido

⁸De acordo com pesquisas lançadas no calor das manifestações, mais de 70% dos participantes eram iniciantes em eventos dessa natureza” (ANTUNES, 2014, p. 38).

⁹ Conforme Singer (2013), só na manifestação do dia 20 foram registrados atos em mais de 100 cidades, totalizando cerca de um milhão e meio de manifestantes.

anteriormente -, o que as tornou, em alguma medida, vagas. Nesse período houve a revogação do aumento do preço das passagens de ônibus. Na terceira e última fase (do dia 21 ao fim de junho) as manifestações se fragmentam, passando a serem feitas com objetivos específicos até a sua completa desmobilização.

Problematizando sobre as análises até então feitas, Singer (2013) coloca que, em síntese, duas posições se tornaram mais evidentes a respeito da composição social dos protestos: uma que identificava maior presença da classe média; e outra que observava um contingente maior do “precariado”. Para ele, no entanto, as duas perspectivas estavam parcialmente corretas – e, portanto, parcialmente equivocadas. Assim, sugeriu uma terceira hipótese:

A de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro chamar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado aos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. (p. 27).

O autor chega a essa hipótese baseado em pesquisas¹⁰ que foram feitas ao longo das manifestações com os que estiveram presentes nelas. Elas indicaram uma presença numericamente equilibrada entre esse novo proletariado e a classe média tradicional, com uma sutil superioridade do novo proletariado. Ele avança qualificando a presença de um segmento de esquerda, notadamente presente e com hegemonia na primeira fase; na segunda com a intrusão da classe média tradicional, setores da extrema direita; mas ressalta como “realmente novo” a atuação do “centro pós-materialista”, “o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção” (p. 36). Para Singer (2013) era nesse centro que se deveria buscar a chave para interpretação daquelas manifestações.

Divergindo dessa última conclusão, Braga (2017), apesar de concordar com a periodização em três fases e que no momento em que as manifestações ganharam dimensão nacional houve a incorporação de amplas massas juvenis que transitavam

¹⁰ Sobre as manifestações em São Paulo se utilizou de fontes do Datafolha; no Rio de Janeiro, Plus Marketing; em Belo Horizonte, Innovare; e em oito capitais, Ibope.

com facilidade da defesa de revogação do aumento no valor das passagens do transporte público para o combate à corrupção, afirmou que devia se procurar não no centro, mas sim nas extremidades, nos conteúdos de esquerda e de direita das manifestações. Assim ele entendeu, pois a conclusão de Singer não pareceu tão produtiva para explicar os desdobramentos da conjuntura aberta em junho. Refletiu muito mais um elemento circunstancial que compôs realmente aquelas manifestações, mas não se mostrou permanente, nem serviu para deslindar outros processos anteriores a junho de 2013 e mesmo posteriores a ele. Para Braga (2017):

As Jornadas de Junho não se esgotaram nos protestos de rua, mas transbordaram em múltiplas direções que se revelam apenas quando deslocamos nossa observação para as margens das cidades, das regiões, das classes sociais, do mercado de trabalho e das formas de representação política. (p. 232).

Até o momento, no entanto, nos debruçamos sobre as características, predominantemente, imediatas das manifestações; se não buscamos superar tal imediatismo, essas características podem tão somente nos informar superficialmente o seu significado, a sua aparência fenomênica, ainda que esta seja um momento pelo qual se expressa um fenômeno da realidade, dela indissociável e, portanto, constituinte da totalidade do fenômeno estudado¹¹. Assim, para compreendê-las (as manifestações) essencialmente, precisamos ir às suas causas estruturais, os seus determinantes históricos que dizem respeito à dinâmica própria do capitalismo brasileiro na primeira década do novo século e no início da segunda. Muito embora este não seja o nosso objeto de estudo, ainda assim faz-se necessário observar alguns dos traços dominantes da forma de ser do capitalismo no Brasil no contexto de crise do capital, sob a regência do pacto social articulado pelo PT, para entender a atmosfera político-social que ensejou as Jornadas de Junho de 2013 e nelas identificar aquilo que é “orgânico”, “relativamente permanente” (GRAMSCI, 2014, C13, §17, p. 37).

¹¹ Netto (2011) ao trata da relação entre aparência e essência diz que “o objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto.” (p. 22).

2.2 Breves considerações sobre a crise do capital e o neoliberalismo

Tomamos como marco de referência para as transformações vividas no capitalismo monopolista¹² a década de 1970 do século XX. É nesta década que o capitalismo monopolista sofre a sua primeira grande crise após a Segunda Guerra Mundial, abrindo um novo cenário histórico em que, para recompor as suas taxas de lucro, o capital determina uma série de mudanças com rebatimentos econômicos, políticos, culturais e ideológicos, em suma, na totalidade da vida social (NETTO, 1996).

Com a interrupção do padrão de crescimento econômico – de “ondas longas expansivas” - mantidas por aproximadamente trinta anos, começou a se desenhar outro padrão de crescimento baseado em “ondas longas recessivas” (MANDEL, 1990, apud NETTO, 1996). Esse novo padrão “não só erodia as bases de toda a articulação sociopolítica até então vigente como, ainda, tornava exponenciais as contradições imanentes à lógica do capital” (NETTO, 1996, p. 90), rompendo, assim, com o “pacto de classes” construído com o Estado de bem-estar social, além das formas de regulação do trabalho.

A crise de setenta sinalizou os limites do padrão de crescimento adotados a partir do imediato segundo pós-guerra fundado no paradigma político-econômico fordista-keynesiano que estabelecia uma forma rígida de acumulação. Para responder às necessidades de acumulação do capital nessa nova fase, se configurou um regime flexível. Esse processo foi acompanhado pelo maior incremento de tecnologia no modo de produção e redução do trabalho vivo, fazendo crescer uma massa enorme de trabalhadores desempregados. Desse mesmo processo decorre que as formas de controle e de organização do trabalho também são modificadas significativamente. Já no âmbito da economia, as mudanças postas em andamento contribuíram bastante para a hipertrofia das atividades financeiras, cada vez mais autonomizadas de controles estatais e favorecidas na sua

¹² “O capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicas, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como estágio imperialista” (NETTO, 2011a).

“mobilidade espaço-temporal” (NETTO, 1996, p. 91) pelo desenvolvimento de tecnologias da comunicação.

Na instância do Estado burguês as mudanças se traduziram na diminuição das responsabilidades reguladoras e sociais, deixando descobertos vários segmentos das classes trabalhadoras, para facilitar o processo de reprodução do capital. Esse programa político de reconfiguração das funções estatais se consubstanciou de forma madura na proposta privatista da “ideologia neoliberal” (NETTO, 1996), responsável por constituir uma hegemonia política baseada na satanização do Estado e animada por abrir cada vez mais espaços para o capital privado, seja quando este se apossa do fundo público ou quando se apropria de empresas públicas estatais e outros bens de natureza pública.

Antunes (2009) se referindo a esse período de crise do capital diz que a partir dele:

Iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (p. 33).

Todas essas operações, desencadeadas a partir da crise econômica de 1970, traduziram uma vitória esmagadora do capital sobre o trabalho. Articulada aos empreendimentos ideológicos pós-modernizantes, essas vitórias foram também sinônimos de contenção e reversão das conquistas sociais obtidas pelas classes trabalhadoras, além de ter debilitado, em alguma medida, a proposta socialista. No entanto, para que não pareça ter sido uma vitória em todos os sentidos, a sua saída para a retomada do crescimento econômico baseado num novo padrão de “ondas longas expansivas”, não conseguiu lograr êxito e a perspectiva de “onda longa recessiva” continuou a se afirmar no horizonte da dinâmica do capitalismo monopolista. As vitórias referidas significaram muito mais, nesse caso, sacrifícios aos trabalhadores, entre os quais podemos citar: seus empregos, o achatamento de seus salários, aviltamento do padrão de suas vidas e o desmonte dos sistemas públicos de seguridade social.

O balanço resultante desse processo de um novo padrão flexibilizado de crescimento foi que a pauperização absoluta e relativa cresceram. Na contraface desse processo que, entre outras coisas, elevou os níveis de concentração de riqueza, há o alargamento e diversificação de segmentos desprotegidos: “aposentados com pensões miseráveis, crianças e adolescentes sem qualquer cobertura social, minorias e/ou migrantes, doentes estigmatizados [...] até trabalhadores expulsos do mercado de trabalho” (NETTO, 1996, p. 96), todos eles interagindo de forma inclusiva com a totalidade dos processos que se desenvolvem.

Nesse contexto, fica visível que as forças do trabalho foram duramente atacadas pelo capital e pelo Estado com o objetivo de diminuir o poder que os sindicatos haviam conquistado, no segundo pós-guerra, no que se refere às melhorias salariais, estabilidade no emprego, políticas públicas etc. A orientação neoliberal para o Estado surgiu como forma de equacionar essa questão, legitimando jurídica e politicamente as mudanças que estavam sendo operadas no âmbito produtivo, mas também no sentido de desmontar o padrão de proteção social erigido a partir do Estado de Bem-Estar Social nos países de capitalismo avançado. Destacamos aqui, em específico, a legislação trabalhista que foi fortemente flexibilizada (ANTUNES, 2009). No longo prazo, as mudanças realizadas combinadas à orientação neoliberal para a economia, legaram aos trabalhadores/as o aumento do desemprego, da informalidade, da precarização, da desproteção social¹³, em suma, uma profunda alteração nas relações político-econômicas capitalistas, desfavorável aos trabalhadores.

As tendências das orientações neoliberais e do processo de reestruturação produtiva não ficaram restritas ao capitalismo avançado, pelo contrário, um dos seus maiores laboratórios foi o continente latino-americano. Para ficarmos no Brasil, Castelo (2013a) vai dizer que já na década de 1980 as classes dominantes começam a articular a reestruturação produtiva no país:

A crise da dívida externa – que trouxe consigo a estagflação ao longo da década de 1980 -, o acirramento das lutas de classes, a organização coletiva das classes trabalhadoras e a possibilidade concreta de vitória da candidatura presidencial do Partido dos Trabalhadores – à época vista sob

¹³ “A crescente deterioração da relação salarial fordista, bem como o aumento do desemprego em vários países e regiões, promoveu o crescimento da informalidade laboral, que afasta os trabalhadores da proteção trabalhista, além de intensificar a rotatividade e estimular a intermitência do trabalho” (BRAGA, 2017, p. 27).

o rótulo do socialismo -, fez com que as classes dominantes internas rearticulassem suas alianças e começassem uma ofensiva burguesa no terreno da reestruturação produtiva, pela qual o parque industrial nacional foi submetido aos ditames da revolução tecnológica da microeletrônica e a subsunção real do trabalho ao capital se fez redundar. Produziu-se, assim, uma derrota no plano econômico que permaneceu subterrânea até os anos 1990, quando transformações neoliberais na superestrutura vieram consolidar e aprofundar a supremacia burguesa (CASTELO, 2013a, p. 342).

Com a vitória de Collor esperava-se a oportunidade de iniciar o processo de implantação prática do receituário neoliberal, mas o impeachment do ex-presidente retardou por alguns anos esse intento. Só após a vitória de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em 1994, numa aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – e o Partido da Frente Liberal – PFL, sustentada por um bloco do qual faziam parte oligarquias agrárias, financistas, intelectuais e socialdemocratas, é que o empreendimento neoliberal passou a vigorar no Brasil (CASTELO, 2013a). O seu programa pode ser resumido nos seguintes pontos: “(1) privatização; (2) liberalização; (3) desregulação; (4) subordinação e vulnerabilidade externa; (5) dominação do capital financeiro” (GOMES, 2018, p. 91). As consequências da aplicação desse programa são bastante conhecidas: crescimento do desemprego, aumento da desigualdade, da miséria, privatização de empresas estatais, predomínio do capital financeiro na economia nacional etc. (MUSTAFÁ; SILVA; ANSELMO, 2018). Porém, ainda na década de 1990 o neoliberalismo começou a dar sinais de crise em parte da Ásia e da América Latina, embora nos países centrais do capitalismo, a crise só viesse eclodir em 2008. E é no contexto de crise do neoliberalismo no Brasil que se iniciam os governos do PT.

2.3 Caracterizações sobre a experiência dos governos do PT

O debate sobre o caráter dos governos do PT não é consensual entre os diversos setores intelectuais da esquerda brasileira, pelo contrário, há formulações entre si muito diversas. Para alguns ele refletiu uma suposta experiência “pós-neoliberal”¹⁴ em andamento na América Latina; para outros tinha iniciado políticas

¹⁴ Sader (2013) diz que “os governos do Lula e da Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC –

contrárias ao neoliberalismo¹⁵, sem efetivamente romper com ele; para mais uns tantos ele tinha dado continuidade ao projeto neoliberal¹⁶ pura e simplesmente; e uma parte ainda defende que houve uma aproximação ao “social-liberalismo”¹⁷, enquanto variante do neoliberalismo. Afora esses, há também os que advogam um “ensaio desenvolvimentista”¹⁸ em determinado momento do governo Dilma.

Para Sader (2013) a prioridade nas políticas sociais, na aproximação com países do Sul global na política externa e na indução do desenvolvimento econômico a partir da ação do Estado, foram elementos comuns aos países que estavam vivenciando uma experiência pós-neoliberal no âmbito da América Latina. De seu ponto vista, com a ascensão de forças políticas progressistas aos governos centrais de países como Brasil, Uruguai, Argentina, Equador, Bolívia e, sobretudo, Venezuela, orientados por essa programática, as políticas de ajuste fiscal, a preferência de políticas de livre-comércio com os Estados Unidos e a centralidade no mercado enquanto único regulador econômico virtuoso foi abandonada¹⁹.

De modo semelhante, Chauí (2013) coloca que houve uma mudança significativa na composição social no Brasil, atribuindo a esse fato as diversas

e pelos elementos que têm em comum com outros governos da região, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador” (p. 138).

¹⁵ “Anunciando a criação da Secretaria de Emergência Social, cuja prioridade era o combate à fome, [o Presidente Lula] demarcou simbolicamente o novo campo da política no Brasil: os direitos civis, econômicos e sociais são prioritários e comandam as ações técnico-econômicas, pois a democracia é a única forma política em cujo núcleo está a ideia de direitos, tanto de sua criação pela sociedade, como de sua garantia e conservação pelo Estado” (CHAUI, 2013, p. 126).

¹⁶ “Abandonando suas propostas reformistas da ordem social e abdicando de um combate tenaz às políticas neoliberais, estes dois importantes bastiões da classe trabalhadora [CUT e PT] foram aderindo progressivamente à lógica que embasa a plataforma política das socialdemocracias europeias a partir dos anos 1980, na qual a defesa de uma regulação social do capitalismo por meio, entre outros aspectos, de direitos sociais universais, deu lugar à defesa de contrarreformas cujos resultados deveriam ser amainados por meio da expansão de políticas sociais focalizadas” (DEMIER, 2017, p. 61-62).

¹⁷ Sobre o social-liberalismo, Castelo diz o seguinte: “o Estado social-liberal é [...] convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da ‘questão social’, tais como pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc. [...]. Este ajuste complementar pode ser chamado de social-liberalismo, que muda certos aspectos do neoliberalismo para preservar sua essência” (2013b, p. 122). E continua: “os governos Lula e Dilma talvez sejam os melhores exemplos do social-liberalismo latino-americano” (Idem).

¹⁸ “Embora reconhecendo a pertinência das dúvidas que o uso da palavra desenvolvimentismo suscita, decidimos manter a expressão ‘ensaio desenvolvimentista’ para ressaltar o que nos parece a marca da nova matriz: ativismo estatal na busca da reindustrialização” (SINGER, 2016, p. 26).

¹⁹ Para Sader (2013), os governos pós-neoliberais têm os seguintes traços em comum: “a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado” (p. 138).

políticas sociais desenvolvidas pelos governos petistas e a sua política econômica. Uma nova classe trabalhadora surgiu na sociedade brasileira:

Graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de garantia do emprego e elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos de uma reforma agrária que permita às populações do campo não recorrer à migração forçada em direção aos centros urbanos (CHAU, 2013, p. 128).

Demier (2017) partindo da interpretação sobre a formação e consolidação da “democracia blindada²⁰” no Brasil, situa os governos petistas no processo de amadurecimento do neoliberalismo no país, iniciado no governo Collor e acelerado nos governo de Fernando Henrique Cardoso. Demier reconhece que a política desenvolvida pelos governos de Lula e Dilma foi responsável por produzir “sem dúvida, alterações na pirâmide social brasileira” (2017, p. 88), no entanto, não dissocia esse momento da dos governos do PT da aplicação da política neoliberal dos governos anteriores. Ele diz:

Depois de se apossar do leme estatal federal com a conquista da Presidência da República, as bancadas petistas abandonaram o que ainda restava de sua tímida resistência ao neoliberalismo contrarreformista, e tornaram-se, elas próprias, defensoras das contrarreformas. Os quatro mandatos petistas no governo federal [...] combinaram a manutenção dos eixos centrais da política econômica levada a cabo por F.H. Cardoso (superávit primário, pagamento das dívidas interna e externa, juros altos, apoio ao agronegócio, etc.) com uma significativa redução do desemprego, um sensível aumento do salário mínimo, a ampliação do mercado consumidor e uma expressiva expansão das políticas sociais compensatórias (DEMIER, 2017, p. 62).

Já Singer (2016) argumenta que com a entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda, em 2006, e a de Alexandre Tombini no Banco Central, em 2011, substituindo Henrique Meirelles, se tinha reunido as condições para que a nova matriz econômica baseada num maior “ativismo estatal” pudesse dar um “salto de qualidade”. Embalada por índices de crescimento econômico positivos e taxas de

²⁰ “Distintamente das democracias welfarianas, nas quais os movimentos sociais organizados conseguiam penetrar de forma mediada (por meio de representações políticas socialdemocrática e congêneres) nas instâncias institucionais do regime e pressionar pela implementação de suas reivindicações reformistas, as democracia blindadas têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares” (DEMIER, 2017, p 40).

desemprego baixas, o governo da Presidenta Dilma gozava de elevada aprovação popular. Então, lançando mão de várias medidas, a Presidenta reduziu juros, apostou na reindustrialização, desonerou vários setores de uso intensivo da força de trabalho, investiu em infraestrutura, usou maciçamente os aportes dos bancos públicos etc., para inaugurar uma nova matriz econômica. Estava em curso, segundo Singer, o “ensaio desenvolvimentista”, que, embora tivesse durado pouco, revelou “o viés antiliberal da experiência dilmista” (SINGER, 2016, p. 26), no início do terceiro mandato do PT.

Castelo (2013b) vai dizer que os governos do PT foram os que mais se aproximaram do social-liberalismo entre os países latino-americanos. Ele explica que a corrente social-liberal surge em resposta às crises vivida, em 1990, por alguns países da Ásia e da América Latina que haviam aplicado o receituário neoliberal. Embora os ideólogos do social-liberalismo continuem a defender a virtuosidade do mercado²¹, eles admitem a existência de distorções que devem ser corrigidas, defendendo “o direcionamento dos recursos do orçamento público para as políticas sociais de transferência de renda focalizadas nos miseráveis, tidas como ‘inovadoras e mesmo revolucionárias’” (CASTELO, 2013a, p. 436). Mas, mesmo apontando a necessidade de criação de uma agenda para a “questão social”, não representa uma ruptura com o neoliberalismo, pelo contrário, ele mantém a sua essência, atuando pela:

A retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho, o aumento das taxas de exploração da força do trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na “questão social”, o apassivamento e cooptação da classe trabalhadora e, em determinados casos, a decapitação das suas lideranças (CASTELO, 2013b, p. 122).

Na nossa análise concordamos com a caracterização de Castelo (2013b), no plano geral, quando o mesmo afirma que as experiências dos governos de Lula e Dilma representaram de forma melhor acabada a aplicação da agenda social-liberal – enquanto variante ideológica do neoliberalismo – em nosso país. Portanto, entendemos não ter ocorrido ruptura com o padrão de dominação burguesa em sua

²¹ “O social-liberalismo reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história de organização social para a produção de riqueza” (CASTELO, 2013b, p. 121).

fase neoliberal, mesmo considerando o maior investimento em políticas sociais, pois, ao contrário do que afirmam Sader (2013) e Chauí (2013), elas não se voltam contra o neoliberalismo, mas são supostas em sua variante social-liberal. A seguir, pretendemos detalhar melhor a análise acerca da política dos governos petistas.

2.4 Alguns elementos sobre a política do PT no governo

O modelo de desenvolvimento econômico implantado pelos governos do PT manteve na essência – incorporando novos elementos diferenciais que os aproximaram das teses social-liberais – os pressupostos neoliberais baseados na política de juros altos, geração superávit primário, desregulamentação de capitais, preponderância do capital financeiro na economia e na lógica privatizante do patrimônio público, agora, numa nova modalidade (CASTELO, 2013a). No primeiro Governo Lula foi predominante uma política econômica mais ortodoxamente neoliberal²² (CARCANHOLO, 2010; BRAGA, 2017; SINGER, 2012), mas no segundo Lula e primeiro Governo Dilma – ao menos na primeira metade – outros componentes se somaram, ainda que sem a superação daqueles do primeiro (BRAGA, 2017; SINGER, 2016), para terminar no segundo Governo Dilma com aplicação de uma política de austeridade econômica neoliberal.

Do final do primeiro mandato do Governo Lula até 2013, já sob o Governo Dilma Rousseff, houve uma elevação com os investimentos sociais e uma política econômica que favoreceu a geração de emprego²³, aumentou o salário mínimo acima da inflação em termos reais, aqueceu o mercado de consumo interno – também fortalecido por políticas de transferência de renda e facilitação do acesso a crédito popular – (BRAGA, 2017), ampliou a presença ativa do Estado no desenvolvimento econômico, investindo – com subsídios, renúncia fiscal - em grupos e empresas nacionais a partir dos bancos públicos, sobretudo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (SINGER, 2016). Esse contexto foi incrementado pela demanda por commodities no mercado internacional,

²² Castelo (2013b) diz que “há praticamente um consenso desta adesão de primeira hora do PT ao neoliberalismo. Mesmo apoiadores do governo comungam desta avaliação” (p. 122).

²³ Segundo Braga (2017, p. 106) nos governos Lula foram gerados em média 2,1 milhões de novos empregos por ano.

alavancado pela China, e pela elevação de seus valores, robustecendo o crescimento econômico brasileiro.

Pode-se dizer que essa foi uma face do momento vivenciado pelo país no início do século XXI. A outra nos mostra, porém, que esse mesmo fator (o “superciclo das commodities”) de melhoria nos indicadores da economia aumentou a vulnerabilidade do país às oscilações do mercado internacional e elevou a tendência de reprimarização da economia (CARCANHOLO, 2010; GOMES, 2017). E no que se refere:

Aos aumentos do salário mínimo acima da inflação seguiu-se um endurecimento nas condições de consumo da força de trabalho: nos anos 2000, a taxa de rotatividade subiu cerca de 10%, passando de 33% em 1999 para 36% em 2009. Para os que recebem entre 0,5 e 1,5 salário mínimo, a taxa de rotatividade foi de 86% em 2009, ou seja, um crescimento de 42% em comparação com 1999. Além disso, entre 1996 e 2000, a taxa de terceirização do trabalho subiu em média 13% ao ano. [...] De cerca de 3 milhões de trabalhadores prestando serviços para outras empresas em 2002, fomos para 12,7 milhões de trabalhadores terceirizados em 2013 (BRAGA, 2017, p. 107).

O autor ainda acrescenta que dos 2,1 milhões de empregos gerados por ano entre 2003-2010, “cerca de 2 milhões remuneravam mensalmente o trabalhador com até 1,5 salário mínimo” (p. 106) e a maioria deles localizados no setor de serviços, incorporando um público majoritariamente feminino, não branco e jovem. Simultaneamente ao aumento do número de trabalhadores com algum grau de proteção social, se observou também o crescimento do número de acidentes de trabalho (BRAGA, 2017). A oferta de crédito como um dos meios de manter aquecido o mercado de consumo, levou ao endividamento crescente de famílias trabalhadoras.

Nos grandes centros urbanos - locais de concentração do proletariado e dos serviços públicos²⁴ - obras oriundas do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, “desenhado por empresários da construção e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal” (MARICATO, 2013, p. 23), apesar do discurso de combate ao déficit habitacional, induziram a um processo de especulação sobre a terra

²⁴ “As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança” (MARICATO, 2013, p. 19-20).

urbana que resultou num aumento exorbitante do valor dos imóveis e numa maior disputa entre o capital imobiliário e a força de trabalho sobre o espaço urbano, levando a “fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia” (p. 24). Atrelada a essa disputa, processos de reintegração de posse e despejos se tornaram mais recorrentes, demonstrando o alinhamento entre o poder judiciário, político e empresarial em torno dessa disputa. Quando do início das obras dos chamados megaeventos (Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas), os conflitos se acirraram ainda mais e com um nível de violência contra as populações moradoras das periferias das cidades sede, reveladora dos reais significados daqueles eventos e a que classes eles atendiam (MARICATO, 2013).

Nesse mesmo período se soma também, para a piora do quadro nas grandes cidades, uma política de ampliação do crédito para compra de carros em parcelas a perder de vista, “incentivos e renúncias fiscais para as multinacionais, [...] e direcionamento da construção pesada para a ampliação de infraestruturas destinadas aos automóveis” (ARANTES, 2014, p. 57), em detrimento do investimento em transporte público e mobilidade urbana:

Os poucos orçamentos públicos para investimento em obras urbanas são tragados em proporção acintosa por mais pontes, avenidas e túneis [...]. Sem falar na isenção de impostos, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados): o transporte privado individual no Brasil recebe 11 vezes mais recursos públicos do que o transporte coletivo. (idem, p. 59-60).

Essa diretriz resultou numa elevação do número de carros nas ruas e em obras urbanas que tornaram impraticável a mobilidade urbana. As péssimas condições dos transportes públicos junto aos congestionamentos intermináveis obrigaram a maioria da massa trabalhadora que depende de ônibus, metrô e trem para se locomover, a amargar horas a fio parados e perdendo tempo no trânsito de casa para o trabalho e do trabalho para casa (MARICATO, 2013).

Cabe ainda anotar, mesmo que de modo sucinto, algumas considerações sobre a dimensão política desse processo. Segundo Iasi o período que se atravessava se caracterizou pelo apassivamento fundado numa democracia de

cooptação. Afirmando que o PT passara por um processo de transformismo²⁵, portanto, abandonando o horizonte socialista, lasi identificou, nos rumos daquele partido a frente do Governo Federal, uma operação política que manteve as massas trabalhadoras anestesiadas. A base para o êxito dessa operação política teria sido a articulação de um pacto social de classes que:

Garantia patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores nos limites da ordem burguesa em troca de dois aspectos essenciais: emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neoassistenciais, para os miseráveis. (2017, p. 311).

Esse apassivamento teria predominado em quase todo o tempo de Governo do PT, apesar de uma razoável e permanente “inquietação social” (BRAGA, 2017, p. 225). Para Braga o transformismo do PT encontrou no Estado o seu lócus principal de acomodação, a partir de onde conseguiu articular o consentimento passivo das massas populares e o consentimento ativo das direções sindicais, partidária e de movimentos sociais. O consentimento passivo das massas populares foi alcançado graças à política de transferência de renda, aumento do salário mínimo acima da inflação, a crescente formalização do trabalho e a melhorias salariais e benefícios trabalhistas conquistados através de negociações coletivas (BRAGA, 2016). No caso do consentimento ativo:

O projeto de governo petista soube combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e dos setores médios intelectualizados, criando as bases para um consentimento ativo ao lulismo, cujo lócus é o aparelho de Estado. Além da absorção de milhares de sindicalistas às funções de assessoria parlamentar, cargos em ministérios e chefias de empresas estatais, parte da burocracia sindical ascendeu a posições estratégicas nos conselhos dos grandes fundos de pensão das estatais administrados como fundos de investimento, assumindo, em acréscimo, posições nos conselhos gestores do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. (p. 87-88).

Esse processo teria construído uma relação social hegemônica de base precária, por ele chamada de hegemonia lulista, que foi responsável por manter um clima de pacificação social, muito embora sob esse clima aparente fosse possível

²⁵ Nos termos de Gramsci (2015, C19, §24, p. 63), “absorção gradual, mas contínua, e obtida com método de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos”.

perceber um “estado mais ou menos latente de inquietação social” (Idem, p. 225). Essa passivização, como consequência do duplo consentimento costurado por essa relação social hegemônica, expressou também o processo de esvaziamento das lutas sociais e de desmobilização dos sujeitos políticos como uma opção tática e estratégica que apostou na via institucional-eleitoral como a única mediação possível para mudanças sociais. A decorrência dessa operação significou um maior distanciamento entre as demandas populares e seus organismos de representação, além de radicalizar a descrença e hostilidade em relação às instituições tradicionais da democracia: partidos políticos, Congresso Nacional, Judiciário, Executivo, políticos profissionais etc.

A confluência dos determinantes sócio-históricos plasmados no aumento da precariedade dos serviços públicos, na piora das condições de vida das massas trabalhadoras nas grandes cidades, numa “inquietação social” de anos represada, formaram uma atmosfera propícia para convulsões sociais, que pareciam apenas esperar por um motivo para transbordar em torrente. E transbordaram. As Jornadas de Junho - sem qualquer romantismo, pois os seus desdobramentos desencorajam avaliações muito otimistas – nos parecem representar o transbordamento dessa inquietação latente que revelou o profundo “mal-estar social” (SAMPAIO JR., 2014, p.93) gerado pela dinâmica de acumulação do capitalismo dependente brasileiro e os primeiros sinais de saturação da hegemonia lulista. No entanto, como mostraremos a seguir, as Jornadas de Junho foram um acontecimento histórico que revelaram tendências de uma realidade em constante movimento e mudança. Não podem ser confundidas com a própria história, como se antes delas nada tivesse ocorrido e o que veio depois fosse sem importância. Pelo contrário, entendemos as Jornadas de Junho como um momento de síntese histórica que revela tendências da própria história em movimento.

2.5 Tendências das Jornadas de Junho de 2013

As Jornadas de Junho mostraram *in nuce*, ao menos dois possíveis quadros de desdobramento para a conjuntura brasileira e simultaneamente duas linhas de força que, mesmo não se desenvolvendo com igual predominância, permaneceriam atuantes na conjuntura. Estamos nos referindo ao caráter de esquerda expresso nas

mobilizações, bem como as manifestações de pautas conservadoras, de direita, nelas contidas. A composição social dos atos foi, como já vimos, policlassista, indicando a presença de segmentos vinculados a um “novo proletariado” (SINGER, 2016) e às classes médias tradicionais que, grosso modo, vocalizaram e polarizaram a direção política das manifestações de rua. Muito embora nossa avaliação seja que, do ponto de vista imediato, as Jornadas de Junho de 2013 tenham sido marcadas pela predominância de pautas e reivindicações ligadas historicamente à esquerda, sobrepujando, portanto, a força à direita nos protestos, isso não quer dizer que esta tenha se dissipado, se desagregado por completo²⁶. Pelo contrário, pensamos que ela permaneceu viva mesmo depois de findado os protestos, porém sem atuar nas ruas com força de massas. Isso só volta a acontecer em 2015, quando essa base social de direita e extrema direita adquire importância significativa no quadro conjuntural.

Como dizíamos, as Jornadas de Junho colocaram – novamente, *in nuce* – a possibilidade de, ao menos, dois desdobramentos²⁷ para a conjuntura: primeiro, de massificação das lutas sociais e fortalecimento das organizações de esquerda; e segundo, de crescimento de posturas conservadoras vinculadas à direita e à extrema-direita no cenário nacional. Visivelmente, hoje, as forças que predominam são vinculadas ao segundo cenário conjuntural que indicamos como possibilidade²⁸. No entanto, afirmar a sua predominância não quer dizer anulação da primeira tendência indicada, pois, não obstante, pode-se verificar que ela também se

²⁶ Sobre a predominância de bandeiras de esquerda Souza (2016) diz: “o que esteve em jogo essencialmente nas grandes manifestações das ‘jornadas de junho’, como ficaram conhecidas as mobilizações de massa no Brasil em 2013, embora difusamente, foram demandas em torno da melhoria dos serviços públicos (destaque feito para os transportes, pedra de toque do Movimento Passe Livre), garantia de direitos, denúncias contra os abusos policiais, entre outras que dizem respeito ao aprofundamento da democracia política, sobretudo as questões ligadas à saúde e à educação. Essa tonalidade articulada à agenda histórica de lutas das esquerdas não permite, por outro lado, obscurecer a presença, naquele momento minoritário, de tendências e movimentos marcadamente conservadores, naquele momento, unificados sob o lema tão antigo quanto vago do ‘combate à corrupção’” (p. 272).

²⁷ Aqui resgatamos a indicação de Braga (2017) para interpretação das Jornadas de Junho: “a chave explicativa para interpretarmos os sentidos de Junho está não no centro, mas nos extremos do espectro político” (p. 232).

²⁸ Reforçando essa linha de análise sobre os desdobramentos conjunturais, Demier coloca, no momento em que ocorriam as ocupações estudantis em 2016, que: “uma nova situação política foi aberta no Brasil em junho de 2013 e, no atual momento, tanto a radicalização das lutas sociais (com destaque para as ocupações estudantis) em um polo, quanto o avanço do conservadorismo de extrema-direita, em outro (*bem mais forte*), podem ser vistos como elementos que guardam profundas conexões com o inverno quente daquele ano” (2017, p. 67).

desenvolveu, permanecendo atuante na conjuntura, por outras mediações. Vale aqui lembrar algumas palavras de Gramsci (2014, C13, §23, p. 61):

A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas.

Embora não fosse o caso de perda do controle sobre os homens e sobre o programa em andamento, a capacidade das “classes subalternas” de se reorganizar com velocidade continua a ser menor do que a da “classe dirigente tradicional”. Porém, mesmo que num ritmo menor, elas buscam se reorganizar. Por exemplo, temos acompanhado o crescimento das greves desde o ano de 2008 quando houve uma virada em relação a anos anteriores. E já em 2013 foi registrado o maior número desde o início da série histórica em 1984, com novo recorde batido em 2016²⁹ (DIEESE, 2017). Esses dados revelam que o proletariado, antes, durante e depois das Jornadas de Junho, já vinha e continuou demonstrando sinais de sua insatisfação e se mobilizando frente ao modelo de desenvolvimento adotado pelos governos petistas - e agora, num nível radicalizado, pelo de Michel Temer. Nesse contexto, é possível que as manifestações de Junho de 2013 tenham alimentado o ímpeto do movimento sindical, animando a sua disposição para paralisações e greves³⁰.

Outras mobilizações populares endossam a nossa hipótese. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST - junto a outras organizações locais estiveram presente em várias manifestações de questionando às obras da Copa de Mundo e o impacto que elas trouxeram para as populações que viviam nas regiões onde foram construídos os estádios ou obras relacionadas, bem como denunciaram os gastos

¹⁵ Segundo o Dieese (2017), em 2016 ocorreram 2.093 greves, totalizando 140.214 horas paradas. O número de greves foi maior que o de 2013 (até então este era o ano com o maior número de greves) e superior em número de horas paradas ao ano de 1989 (até então este era o ano com maior número de horas paradas).

³⁰ “Apesar de não podermos afirmar de modo cabal que o número de greves tenha aumentado após junho de 2013, pois o SAG-Dieese não fornece a curva de greves mês a mês, o crescimento de 134% no número total e de 28% no número de horas paradas nos permite aventar a possibilidade de que os protestos tenham reforçado o apetite grevista dos trabalhadores. [...] Algumas greves vitoriosas de rodoviários e garis, por exemplo, emergiram de maneira invulgar na conjuntura produzida pelos protestos de 2013” (BRAGA, 2017, p. 240).

absurdos gerados pelas mesmas. Outras ações também foram desenvolvidas no sentido de barrar a apropriação do espaço urbano por grandes construtoras, pondo em evidência a tendência de privatização do espaço público nas grandes cidades, além de ocupações que visam garantir o direito à moradia e a função social da terra urbana. Para demonstrar a força com que os movimentos de luta por moradia, em especial o MTST, se inseriram nessa conjuntura, Braga, relacionando às Jornadas de Junho, fala:

A combinação entre o acirramento das lutas sociais após as Jornadas de Junho de 2013 e a crise do modelo de desenvolvimento pós-fordista e financeirizado no país estimulou a entrada em cena do MTST. Sem mencionarmos o crescimento do ativismo de organizações como a Frente de Luta por Moradia (FLM), a Central de Movimentos Populares (CMP) e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o MTST protagonizou 63 mobilizações em 2014 apenas na cidade de São Paulo. Em relação ao número de ocupações urbanas, o crescimento foi notável. Se entre 2011 e 2012 aconteceram pouco mais de 200 ocupações em São Paulo, entre 2013 e 2014 esse número saltou para 680 ocupações, sobretudo a partir do segundo semestre de 2013 (2017, p. 174).

Acrescentamos ainda o processo nacional de ocupação de escolas, institutos técnicos e universidades em 2016 contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC - 241, hoje Emenda Constitucional – EC - 95, que instituiu o teto de gastos públicos por vinte anos. Em 2017 houve a realização da greve geral em abril, paralisando por inteiro todos os setores da economia que envolveu praticamente todas as centrais sindicais, da Força Sindical, passando pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, Intersindical até a Central Sindical e Popular Conlutas - CSP-Conlutas -, afora a importante participação das Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular que contemplam partidos de esquerda, movimentos sociais populares, sindicatos e organizações da juventude.

Citamos ainda as manifestações contra o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2015-2016; as mobilizações denunciando a execução da vereadora da cidade do Rio de Janeiro do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – Marielle Franco em 2018; mobilizações contra a intervenção militar naquele mesmo estado também em 2018; atos unitários em defesa da liberdade do Presidente Luis Inácio Lula da Silva quando da determinação de sua prisão imediata em 2018; a controversa, porém não menos marcante, greve nacional dos caminhoneiros realizada em maio de 2018; entre outros processos que sinalizam a movimentação

da classe trabalhadora e da esquerda brasileira em resposta ao aprofundamento das medidas contrarreformistas. Compreendemos, portanto, que mesmo com o cessar das mobilizações ligadas diretamente às Jornadas de Junho de 2013, a classe trabalhadora, os movimentos populares e a esquerda de modo geral – com toda a diversidade que existe nela - permaneceram politicamente ativos³¹, ainda num nível fragmentário, em boa medida espontâneo, atuando defensivamente e numa relação de forças desfavorável, mas presente e expressando o acirramento da luta de classes em nosso país.

Mas, sob essa mesma atmosfera de acirramento da luta de classes, a direita passou a ganhar força – assim como os contornos de uma agenda de radicalização conservadora - na conjuntura nacional. Todavia, como dissemos, na relação de forças com a esquerda, sendo predominante política e socialmente. Embora façamos a relação com as Jornadas de Junho de 2013, entendemos que há uma mudança de qualidade daquele momento para o das mobilizações massivas pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2015 e 2016. Nas palavras de Souza (2016, p. 274): “consideramos que entre 2013 e 2015/2016 houve não uma continuidade, mas uma ruptura na qualidade predominante das grandes manifestações, um movimento geral que representou uma guinada à direita”. Inegavelmente, nesse último período, o conservadorismo e a extrema-direita ganham mais força e mais base social.

Ao tratar do conservadorismo no Brasil, Souza (2016) ressalta as suas particularidades, considerando a herança escravista, a via de revolução burguesa não clássica na forma de uma modernização conservadora e a simbiose das classes dominantes, constituindo um novo bloco de poder. À semelhança do conservadorismo clássico o “pensamento conservador à brasileira” (Idem, p. 215) reforça alguns traços típicos daquele, como o “desprezo pela institucionalidade democrática; o ‘aristocratismo’ ou ‘elitismo’, que se expressa no cotidiano como preconceito e ódio de classe; o elogio da desigualdade social e da concentração de poder político e econômico, entre outras” (idem, p. 217). Atualmente podemos

³¹ Nas palavras de Braga (2017, p. 232), “é importante destacar que as Jornadas de Junho não se esgotaram nos protestos de rua, mas transbordaram em múltiplas direções”. Ou ainda, segundo Souza (2016, p. 271), “junho de 2013 foi antecedido (e sucedido) por centenas de greves e mobilizações de luta de movimentos sociais e sindicatos combativos, em diversos setores: educação, transportes, operários da construção civil em obras do Programa de Aceleração do Crescimento, limpeza urbana, entre outros”.

visualizar com facilidade a expressão desses traços do “conservadorismo à brasileira”, basta recobrar as próprias manifestações pedindo o impeachment da Presidenta Dilma ou ainda os atos favoráveis à intervenção militar. Todas elas embaladas pelo suposto combate à corrupção e ao mal comunista. Ademais, outros aspectos desse conservadorismo extremamente presente na nossa realidade, correspondente à particular formação social brasileira, são o conjunto de ideias racistas, machistas e homofóbicas que ainda circulam com muita força e violência, como temos visto ultimamente.

Além dos elementos mencionados até aqui a respeito do conservadorismo, chamamos a atenção para um processo que tem gerado formas agregadoras de um ativismo de direita e de extrema-direita mais ou menos organizadas com incidência maior em setores da juventude. Estamos pensando naquilo que alguns têm designado por Nova Direita, como o Movimento Brasil Livre – MBL - de onde provém a liderança jovem de Kim Katagiri, o Movimento Vem Pra Rua, o grupo Revoltados On-line, o grupo Estudantes Pela Liberdade – ligado ao Students of Liberty - entre outros. Esses movimentos/grupos têm inspiração, no geral, em correntes conservadoras e no liberalismo. Atuam como uma espécie de tropa de choque da direita brasileira, não sendo o seu núcleo de direção intelectual. Este pode ser identificado nas Federações e Confederações empresariais (FIESP, FIRJAN), nos institutos (Millenium, Liberal), em supostos intelectuais como Rodrigo Constantino, Olavo de Carvalho, Luis Felipe Pondé, entre outros que têm desempenhado papel de difusão das ideias conservadoras no Brasil, vertebrando os movimentos que assim se reivindicam (SOUZA, 2016).

Assim, fica claro que conservadorismo não surgiu nas manifestações de 2013, nem tampouco nos atos pelo impeachment em 2015 e 2016. Ele tem penetração profunda no senso comum

Não pode ser tomado de maneira endógena, sob pena de abstração de determinações mais profundas. 2015/2016 representam o ponto de chegada de um acúmulo de forças e disseminação histórica de ideias conservadoras nos vários aparelhos privados de hegemonia. A grande mídia monopolista, as redes sociais e a histórica pedagogia conservadora de instituições tradicionais cultivam o conservadorismo diuturnamente, há décadas, educando também o senso comum de acordo com a cartilha conservadora (SOUZA, 2016, p. 277).

No cenário contemporâneo mundial, “o conservadorismo tem assumido, progressivamente, a direção intelectual e moral das classes dominantes” (idem, p. 256) como ideologia capaz de conduzir o processo de recuperação econômica no contexto de crise do capital³². Como tendência internacional, o conservadorismo também sinaliza sua presença no nosso país, o que nos faz concluir que ele “sempre esteve por aqui, forte e persistente” (IASI, 2017 [2015], p. 380).

Entre a aparição nas Jornadas de Junho de 2013 e os protestos pelo impeachment em 2015/2016, há uma mudança qualitativa na força das manifestações que a direita e a extrema-direita convocaram (SOUZA, 2016). Claramente, a possibilidade de interrupção do mandato da presidenta Dilma Rousseff ganha base social de massas, alcançando, inclusive, setores da classe trabalhadora, embora, majoritariamente, esse apelo tenha se concentrado entre os setores médios³³. Essa força de massas, entretanto, não emergiu espontaneamente. Foi estimulada e orientada politicamente pelos setores das classes dominantes que decidiram romper com o pacto social de conciliação de classes, tendo por vanguarda o monopólio midiático, partidos de direita da oposição e alguns partidos que compunham a base aliada do PT. Sobre o caráter induzido das mobilizações da direita, Braga acrescenta dizendo que elas “além do apoio midiático, foram dirigidas e financiadas por organizações com claros vínculos classistas – algumas delas ligadas a think tanks estadunidenses -, cujo foco foi o impeachment de Dilma Rousseff” (2017, p. 180).

Mas, não sendo um processo espontâneo, o que fez com que setores das classes dominantes, favorecidos pela política petista, estimulassem manifestações pelo impeachment? Quais elementos explicam o crescimento da direita e do conservadorismo?

³² Na sua tese de doutorado Souza (2016) apresenta um panorama de fortalecimento do conservadorismo na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina onde a extrema-direita tem galgado posições importantes a partir, na maioria das vezes, de eleições nacionais.

³³ “Em março e abril de 2015 [...] houve uma flagrante predominância da população adulta, concentrada entre trinta e cinquenta anos, esmagadoramente branca e recebendo mais de cinco salários mínimos. E os manifestantes populares, isto é, aqueles vivendo em famílias que ganham até três salários mínimos, não passaram de 20%” (BRAGA, 2017, p. 179-180).

2.6 Crise e o prenúncio do golpe

Dissemos em momento anterior que os governos do PT foram caracterizados por uma baixa taxa de desemprego, aumento real do salário mínimo, políticas de transferência de renda, crescimento econômico, política de estímulo ao empresariado nacional etc. (SINGER, 2016). Durante quase todos os 14 anos de Governo o Partido dos Trabalhadores conseguiu se manter na Presidência da República graças a combinação dos elementos citados, afora outros de caráter político que abordamos antes. Porém, quando os impactos da crise econômica mundial de 2008 – além dos primeiros questionamentos sociais em 2013 ao modelo de regulação lulista (BRAGA, 2017) - se fizeram sentir em nosso país, o pacto social de conciliação de classes que deu sustentação aos governos do PT começou a ruir.

A crise do subprime nos Estados Unidos atingiu de imediato a Europa e a China, provocando desaceleração econômica, e em seguida espalhou-se para outros países, impactando em especial na economia brasileira em função da queda da demanda por commodities no mercado internacional (BRAGA, 2017). De imediato as consequências não foram sentidas, pois o Governo Federal acionou políticas para favorecer o consumo interno, como medida anticíclica: manteve a política de aumento do salário mínimo acima da inflação e de transferência de renda; elevou a oferta de crédito popular³⁴, bem como de crédito para as empresas brasileiras via BNDES³⁵; a construção civil permaneceu em alta com as obras da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas; isentou diversos setores empresariais³⁶; entre outras

³⁴ “No final do segundo mandato de Lula, a fatia correspondente à exportação de bens primários entre as exportações brasileiras subiu de 28 para 41%, no que o espaço dos bens manufaturados caiu de 55 para 44%; no final do primeiro mandato de Dilma, as matérias primas eram responsáveis por mais de metade do valor das exportações. Mas de 2011 em diante, os preços das principais mercadorias comercializadas pelo país entraram em colapso: o minério de ferro caiu de 180 dólares para 55 dólares a tonelada, a soja caiu de aproximadamente 40 dólares a saca para 18 dólares, o petróleo cru baixou de 140 dólares para 50 dólares o barril. E reagindo ao fim da bonança do comércio exterior, o consumo interno também entrou em declínio. Durante o seu governo, a principal estratégia do PT foi expandir a procura interna ao aumentar o poder de compra das classes populares. E isso foi possível não apenas com o aumento do salário mínimo e com transferências de renda para os pobres com o Bolsa Família, mas também por uma massiva injeção de crédito nos consumidores” (ANDERSON, 2016, p. 04).

³⁵ Singer (2016) se referindo às ações do Governo Dilma em meio a nova vaga da crise econômica de 2011 cita como uma das iniciativas o uso intensivo do BNDES: “o BNDES estabeleceu robusta linha de crédito subsidiado para o investimento das empresas por meio de repasses recebidos do Tesouro. O primeiro aporte, de R\$ 100 bilhões, havia ocorrido em 2009, mas teve expansão no primeiro mandato de Dilma, chegando a R\$ 400 bilhões” (p. 29).

³⁶ “Em abril de 2012 é anunciada a desoneração da folha de pagamento para 15 setores intensivos em mão de obra. No seu auge, em 2014, a desoneração atingiria 42 setores e pouparia cerca de R\$

ações, que, embora tenham surtido efeito positivo no curto prazo, no médio não foram suficientes para contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro gerada pela crise econômica mundial. Com a desaceleração econômica seguida de recessão, o Governo Dilma adotou uma política econômica mais conservadora, aplicando medidas de austeridade fiscal.

Após sua reeleição em 2014 a Presidenta realiza uma série de mudanças que dificultam o acesso ao auxílio doença, pensão por morte, seguro defeso, abono salarial e seguro desemprego, em suma, mudanças para o acesso a alguns benefícios previdenciários que vieram através das Medidas Provisórias nº 664 e nº 665, posteriormente transformadas em leis (nº 13.134 e nº 13.135 respectivamente). Afora isso, volta a praticar altas taxas de juros, realiza um corte no orçamento para as áreas sociais de R\$80 bilhões, permite redução de salário com diminuição da jornada de trabalho, ao setor empresarial através do Plano de Proteção ao Emprego (SILVEIRA JR. 2017), tudo ao longo do ano de 2015 no esforço de garantir o superávit primário, exatamente o contrário daquilo que havia dito em campanha nas eleições de 2014.

Como era esperado, essas medidas não reverteram a tendência de crise econômica, muito pelo contrário, confirmaram a sua realidade: o desemprego começou a crescer, a inflação a sair de controle e ao fim do ano o desempenho econômico do país ficou cravado em 3,5% negativos. Nas palavras de Marques (2017)

O resultado do ajuste não poderia ser mais desastroso e as consequências incalculavelmente tão perversas. Todos os índices registram aumento do desemprego, redução de postos de trabalho, encolhimento dos empregos no setor formal, jogando milhões de trabalhadores para a informalidade, altas nas taxas de juros, corte nos gastos em seguridade pública e nas políticas sociais de um modo geral; conseqüentemente flexibilizando direitos e depauperando a ínfima rede de proteção social que havia no país (p. 92).

As medidas tomadas e os seus resultados provocaram enorme frustração dos eleitores que haviam votado numa proposta que defendia direitos, deslocando uma

25 bilhões anuais aos empresários. A 'carga fiscal elevada' era vista como uma das 'grandes distorções na economia'. Cumpre mencionar, também, a desoneração do IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] e do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre bens de investimento, o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) e o estabelecimento de novo regime tributário para a cadeia automotiva" (Idem, p. 29-30).

parte deles para o campo da oposição de direita³⁷. Essa guinada à direita do Governo Dilma, olhada sob uma perspectiva de longo prazo, revelou o fechamento do ciclo iniciado com o abandono das reformas democráticas e populares e do próprio papel do partido enquanto instrumento de organização e de conscientização de classe por parte do PT. A estratégia adotada por esse partido resultou em desmobilização e apassivamento da classe trabalhadora (IASI, 2017), ao mesmo tempo em que impulsionou um processo de desenvolvimento socioeconômico por meio do qual o acesso aos direitos de cidadania se deu mediado pelo mercado.

Ao conduzir-se por essa política o PT enfraqueceu os instrumentos de classe criados na década de 1970/1980, vinculados ao processo de organização da classe trabalhadora e do campo democrático-popular; facilitou a difusão de elementos do “senso comum”, contribuindo, direta e indiretamente, para o fortalecimento da direita e de ideologias conservadoras, sejam estas mais ligadas à radicalização do neoliberalismo, ou ao conservadorismo. Ao priorizar a governabilidade conciliatória, o PT esvaziou as disputas nas bases e deixou espaço aberto para que uma concepção de mundo mais conservadora fosse conquistando terreno. Ao protagonizar uma política neoliberal depois se eleger sobre bases populares, o PT colocou contra si parte de sua histórica base social e deu a oportunidade para a oposição de direita passar à ofensiva.

Às debilidades geradas pela aplicação do plano de ajuste fiscal escolhido pela Presidenta Dilma, se somou à crescente dificuldade de articular maioria e pautar a agenda do Governo na Câmara dos Deputados quando o ex-deputado federal Eduardo Cunha assume a Presidência daquela casa. A configuração de forças na Câmara a partir de 2015 por si só já indicava um cenário mais adverso que na legislatura anterior (2010-2014): esse era o Congresso mais conservador desde os anos da Ditadura Militar. Não querendo aceitar a derrota no pleito eleitoral de 2014 a oposição de direita, mais fortalecida socialmente, trabalhou para tornar inviável a gestão Dilma Rousseff, acentuando - em certa medida artificialmente - o cenário de crise econômica no Brasil:

³⁷ “É a traição pelo então recém-eleito governo das expectativas populares despertadas por uma campanha presidencial vertebrada pela garantia dos empregos e da inviolabilidade dos direitos social e trabalhistas, o que explica a alienação das bases sociais petistas” (BRAGA, 2017, p. 243).

Indo de encontro aos interesses de suas próprias bases burguesas, a antiga Oposição de Direita se dedicou a criar um clima de instabilidade política que, por si só, inviabilizava a reversão da crise econômica, isto é, inviabilizava a recuperação da alta lucratividade do capital. Colocando, por assim dizer, a política acima da economia, a então Oposição de Direita, ao promover um cenário político periclitante, inadequado à acumulação capitalista, não deixou à burguesia outra opção senão perceber que a retirada do PT do governo federal seria uma condição necessária para o retorno à tranquilidade política, ou seja, uma condição necessária para que os seus interesses econômicos pudessem ser politicamente satisfeitos. (DEMIER, 2017, p. 97).

Sem forças para reagir e com a economia degradingolando, o Governo Dilma viu as classes dominantes lhe abandonarem por completo, se tornando um alvo ainda mais vulnerável.

2.7 O golpe, a radicalização conservadora e o Projeto Ético-Político do Serviço Social - PEPSS

Entre abril e agosto de 2016, o impeachment que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff de seu cargo e pôs ilegalmente Michel Temer no lugar, consolidou uma tendência de fortalecimento da direita e da extrema direita, abrindo uma nova conjuntura no país. O alinhamento entre as frações da burguesia, os partidos políticos de direita e de extrema-direita e suas expressões sociais conformou um bloco sociopolítico de radicalização conservadora. Este bloco dirigido por uma fração (grupos empresariais brasileiros, partidos da direita tradicional em maior sintonia com os interesses do imperialismo estadunidense) interessada em aplicar imediatamente a agenda contrarreformista de caráter ultraliberal se apoia num segmento parlamentar e social (classe média tradicional e uma parcela do proletariado). O ponto de unidade dessas diversas forças se encontra na agenda contrarreformista posta em andamento pelos promotores do Golpe. De acordo com Iasi (2017) o bloco golpista e sua agenda contrarreformista se basearam em três eixos fundamentais: “o ajuste econômico manifesto nas medidas [...] de ‘austeridade’, medidas no campo dos valores e relativas à ofensiva moralista/obscurantista e medidas jurídico-políticas de garantia da ordem”. ([2016] p.

397). Mas, apesar da unidade em torno desses eixos, o bloco conservador é bastante heterogêneo, prenhe de conflitos internos, sensível a instabilidades³⁸.

Muitas foram as ações realizadas pelo Governo Temer ao longo dos dois anos em que o mesmo ocupou ilegitimamente a Presidência da República. Trataremos aqui apenas de algumas que consideramos centrais e que melhor expressam o teor conservador desse governo e da base social que o tornou possível. Podemos citar, de início, a Emenda Constitucional (EC) 95, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a mudança no regime de partilha do pré-sal. A EC nº 95 versa sobre o congelamento de investimentos públicos por 20 anos para a seguridade social, educação, segurança pública, entre outras áreas, deixando livre, no entanto, os gastos financeiros. A promulgação da EC nº 95 se deu sob a justificativa de contenção das despesas do Estado que, em tese, teria sido inchado de forma irresponsável, elevando seus gastos acima de suas receitas, o que, por consequência, teria trazido enormes prejuízos para a economia. A sua resultante, entretanto, será uma acentuação do processo de sucateamento das áreas contingenciadas, precarização das condições de trabalho e salariais da força de trabalho empregada nelas e a interdição do crescimento do funcionalismo público, enquanto os compromissos com o capital financeiro são respeitados religiosamente.

No que diz respeito aos direitos e legislações trabalhistas, o Governo Temer realizou um dos mais duros ataques contra os trabalhadores. A reforma trabalhista realizada em 2017 (lei nº 13.467³⁹) significou um retrocesso ainda incomensurável, mas certamente desastroso. Mudanças como a prevalência do negociado sobre o legislado, a flexibilização da jornada de trabalho e a adoção de modalidades de trabalho intermitente, nas palavras de Braga (2017, p. 182), “colocaram um ponto final naquele longo ciclo iniciado nos anos 1930 de organização do mercado de

³⁸ Sobre isso Iasi (2017 [2016]), ainda antes da conclusão do processo que selou a deposição da Presidenta Dilma Rousseff, antecipou o que seria em boa medida o presente governo: “estamos diante de um governo provisório ilegítimo e instável. Os ex-governistas querem a volta da presidente, os aliados do usurpador disputam entre si o protagonismo em uma nova fase de crescimento que virá, os trabalhadores reagem, ainda desordenadamente, contra a brutalidade do ‘ajuste’, e disso tudo resulta que a instabilidade é a regra e nada indica que tal quadro se reverta no curto prazo. O ajuste, no entanto, não espera estabilidade política, ao contrário do que se apregoava; ele vai se implantando no próprio curso da tempestade. Começou ainda no governo interrompido, seguiu por entre a crise do afastamento da presidente e seguiu no governo usurpador indiferente aos percalços políticos que o abalam. Enquanto a esfera política decide quem governa, o capital exerce seu direito ao Estado e impõe a direção necessária” (p. 406).

³⁹ Ver no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.

trabalho brasileiro com algum grau de proteção assegurado ao trabalhador”. Inscreve-se também nesse quadro a generalização da terceirização (lei nº 13.429⁴⁰), forma contratual em que se encontra aquela parte da força de trabalho brasileira mais desprotegida e mais barata. Essas reformas por si só falam em alto e bom som sobre o desprezo, a ausência completa de compromisso e, portanto, do grau de reacionarismo do bloco conservador em relação aos trabalhadores. Mas não bastassem, o Governo Temer, por demanda da bancada ruralista, ensaiou uma modificação no conceito de trabalho escravo que não se sustentou graças a pressões, críticas e a suspensão⁴¹, por parte do Supremo Tribunal Federal, da portaria⁴² emitida pelo Ministério do Trabalho. Meses depois o governo lançou nova portaria⁴³ revendo aquelas modificações, dessa vez, alinhado ao conceito moderno de trabalho escravo. Por consequência dessas modificações na legislação trabalhista, recentemente o Brasil foi inserido na “lista suja”⁴⁴ da Organização Internacional do Trabalho – OIT – e convocado a prestar esclarecimentos sobre a reforma trabalhista.

Acrescentamos ainda as investidas – por enquanto frustradas - contra a previdência social contida na Proposta de Emenda Constitucional – PEC - nº 287 de 2016. Aqui as intenções não são menos preocupantes e retrogradadas. As propostas vão desde a elevação do tempo mínimo de contribuição e da idade mínima para se aposentar, passando por regras de transição confusas, a modificações perversas para o acesso a aposentadoria rural, ao Benefício de Prestação Continuada – BPC – e a pensões. Como ainda não foi aprovada no Congresso Nacional, a depender da correlação de forças nesse espaço quando inaugurada a nova legislatura e do resultado do pleito presidencial, a proposta pode ser piorada. Mas é notório o esforço de setores conservadores em não deixar essa pauta desaparecer do horizonte programático das candidaturas em contenda, sobretudo, das de direita.

Outra medida aprovada pelo Governo Temer foi o novo regime (lei nº 13.365/2016⁴⁵) de partilha do pré-sal que constitui um ataque à soberania nacional.

⁴⁰ Ver no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm.

⁴¹ Ver no endereço: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF489liminar.pdf>.

⁴² Ver no endereço: http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P1129_17.html.

⁴³ Ver no endereço: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2017/12/29>. (nº249, seção 1, p. 186).

⁴⁴ Ver no endereço: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/na-lista-suja-brasil-tera-de-explicar-reforma-trabalhista-para-oit>.

⁴⁵ Ver no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13365.htm.

Se pela lei anterior aprovada ao final do segundo Governo Lula a Petrobrás não tinha o monopólio de toda a cadeia produtiva de exploração do petróleo encontrado na camada do pré-sal, com a nova lei ela perde ainda mais espaço ao tempo em que empresas estrangeiras ganham. Na lei aprovada em 2010, a participação da Petrobrás na exploração de todos os campos de petróleo do pré-sal era obrigatória e correspondente a um mínimo de 30%. Além disso, ela era a única a poder operar a exploração. Mas, como falamos, não se tratava de exclusividade na exploração, tanto que, em 2013, quando do leilão do campo de Libra – o maior do pré-sal – ganhou o direito de explorá-la o consórcio formado pela Petrobrás, Total (francesa), CNPC, CNOOC (chinesas) e Shell (anglo-holandesa)⁴⁶. Hoje não há obrigatoriedade de participação da Petrobrás na exploração. Outras empresas podem fazê-la sem o envolvimento da empresa brasileira.

Um componente que também tem caracterizado o golpismo até o momento é a presença das forças armadas no governo, ocupando ministérios e sendo recorrentemente convocadas para a Garantia da Lei e da Ordem – GLO. Por exemplo, o atual Ministro de Estado da Defesa é um General do Exército Brasileiro - o General da reserva do Exército Joaquim Silva e Luna. Desde que o ministério foi criado em 1999 ele é o primeiro militar a ocupar o cargo. Todos que o antecederam eram civis. E, além dele, ocupa como Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional – GSI – da Presidência da República, o General Sérgio Westphalen Etchegoyen – também do exército - que está no cargo desde que Michel Temer assumiu a Presidência da República interinamente.

Afora a presença política de membros das forças armadas no Governo, chama a atenção também que em dois anos, desde que assumiu interinamente, o Presidente Michel Temer autorizou o uso das Forças Armadas, através da GLO, em várias ocasiões: durante as Olimpíadas⁴⁷; em Pernambuco⁴⁸ quando da greve da Polícia Militar; no Espírito Santo⁴⁹ durante a greve da Polícia Militar; no Rio Grande do Norte⁵⁰ também em ocasião da greve da Polícia Militar; em Brasília⁵¹ para

⁴⁶ Ver endereço: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/consorcio-formado-por-petrobras-e-mais-4-empresas-vence-leilao-de-libra.html>.

⁴⁷ Ver decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/Dsn14401.htm.

⁴⁸ Ver decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8928.htm.

⁴⁹ Ver decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Dsn/Dsn14440.htm.

⁵⁰ Ver decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14436.htm.

⁵¹ Ver decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14464.htm.

repremir à manifestação que pedia a sua renúncia; no estado do Amazonas⁵² durante as eleições suplementares; no Rio de Janeiro⁵³ em resposta aos problemas na segurança pública; e em todo território nacional quando da greve dos caminhoneiros⁵⁴. O uso da GLO no governo Dilma também ocorreu de maneira frequente (13 vezes⁵⁵), porém a quantidade de dias em que esteve válida totalizou 303 dias, enquanto no Governo Temer um decreto só, o do Rio de Janeiro, supera em muito o total de dias verificado no governo anterior. Além de que, no caso recente da greve dos caminhoneiros, sua extensão foi válida para todo território nacional.

Esses elementos mostram, no caso da busca da resolução de questões relacionadas à segurança pública e de certo impasses e lutas sociais, como o exemplo da manifestação em Brasília em 2017 e da greve dos caminhoneiros em 2018, o crescimento do papel das forças armadas na condução de processos que deveriam ser tratados no âmbito da política. Temos, portanto, uma tendência em acelerado desenvolvimento que revitaliza a função política das forças armadas – com apoio barulhento de alguns setores da sociedade -, antecipando um quadro de recrudescimento da repressão às lutas sociais, em perfeita sintonia com dispositivos jurídicos como a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016) criada no governo Dilma.

Ademais do que foi dito, a reforma do ensino médio, o projeto escola sem partido, a tentativa de cercear iniciativas em algumas universidades para debater o Golpe de 2016, a proposta de privatização da Eletrobrás, a sugestão de acabar com o Sistema Único de Saúde – SUS -, a criação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP – na linha da escalada militarizante da vida social, a decisão da justiça em inocentar policiais do massacre do Carandiru, sob a justificativa de que eles tinham seguido ordens, a esterilização forçada autorizada judicialmente e com conivência do Ministério Público, a prisão de Lula, a execução da vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL Marielle Franco e do motorista Anderson, o crescimento das intenções de voto do candidato Jair Bolsonaro, entre outros absurdos, reforçam e ao mesmo tempo revelam a

⁵² Ver decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14484.htm.

⁵³ Ver decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Dsn/Dsn14506.htm. Neste estado em particular o decreto vigora de 28 de julho de 2017 até 31 de dezembro de 2018.

⁵⁴ Ver decreto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9382.htm.

⁵⁵ Ver endereço: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2017/05/glo-uma-tentacao-perigosa-por-alberto-kopittke/>.

formação de uma atmosfera social densamente conservadora. Fica evidente que o objetivo do bloco conservador foi aplicar o ajuste fiscal com velocidade e toda radicalidade possível: dilapidar o patrimônio público, retirar direitos sociais, dismantelar as políticas públicas, rebaixar o valor da força de trabalho para, assim, recolocar as taxas de lucro num patamar aceitável para o grande capital. E, ao contrário do que diziam, essas medidas não puseram o país no trilho do crescimento econômico como tanto foi anunciado. As taxas de desemprego permanecem elevadas⁵⁶, a economia estagnada e o salário mínimo reajustado pelo segundo ano abaixo das expectativas.

Portanto, para além do impeachment, a radicalização conservadora consistiu na fomentação de uma base social de massas sensível às investidas do conservadorismo, estimulado por parte de alguns partidos da direita brasileira, intelectuais conservadores e setores da mídia sempre predispostos às saídas golpistas. Não apenas um momento de crescimento da direita e ampliação de seus quadros e bases sociais. Mas um momento de crescimento de qualidade diferencial das ideologias conservadoras que permite a sua defesa e implementação radicalizadas. É uma recuperação fundamentalista e ortodoxa de suas ideias. A simbiose entre preceitos liberais e um sistema ideológico antidemocrático, elitista, autoritário, racista, machista, formando um bloco sociopolítico de radicalização conservadora.

Resta claro que a hegemonia desse projeto representa uma ofensiva de classe cuja avançada e radicalização alcança o Serviço Social e o seu Projeto Ético-Político. Em outra ocasião, sob um contexto consideravelmente distinto, mas que guarda algumas semelhanças com o momento presente, Braz (2004) sugeria que a persistência do projeto neoliberal entre nós poderia ativar um processo de crise do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Dizia ele:

Se persistirem as políticas neoliberais postas na direção da (contra)reforma do Estado, teremos uma redução/degradação dos serviços públicos que podem indicar, mais uma vez, um aviltamento das condições de trabalho dos assistentes sociais nestes espaços e, articuladamente, progressivas

⁵⁶ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística “a taxa de desocupação do trimestre encerrado em março de 2018 chegou a 13,1%, com aumento de 1,3 ponto percentual em relação ao último trimestre do ano passado (11,8%).” (IBGE, 2018). Ver endereço: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>.

dificuldades para a efetivação de princípios históricos que partilhamos e defendemos, circunscritos na defesa das políticas públicas de responsabilidade estatal, tanto na saúde, na previdência, na assistência social e nas demais políticas sociais (BRAZ, 2004, p. 59-60).

Pensamos que a problematização feita por Braz em 2004 e reforçada em 2007 no debate da crise do Projeto Ético-Político do Serviço Social por ele proposto, reproduz bem algumas características da problemática conjuntura atual, embora ele estivesse se referindo, na época, às tendências em andamento do primeiro Governo Lula. Revelando a mesma preocupação, Netto (2007) reiterava que aquela conjuntura incidia negativamente sobre o Projeto Ético-Político a ponto de tornar a sua conversão em processo real potencialmente inviável. Fazia-se necessário, para o enfrentamento das tendências regressivas em voga, defender com firmeza os princípios do Projeto Ético-Político e articular sua defesa à criação de “formas e mecanismos políticos adequados ao tamanho do desafio” (BRAZ, 2007, p. 10), orientados pela necessidade de:

Transcender o nosso campo específico de atuação, compreendendo o quadro que nos aflige como parte da dinâmica de reprodução ampliada do capital, que envolve os vários segmentos do mundo do trabalho que se veem acuados e na defensiva, diante da ofensiva do governo central em favor das forças do grande capital. Para tanto, nossa tarefa deve se concentrar no esforço de identificar os setores mais avançados e combativos da luta social para com eles estabelecer frentes comuns de resistência (idem, p. 10).

Para Braz (2007) a própria substância do Projeto Ético-Político do Serviço Social apresentava as frentes de atuação que deveriam ser seguidas e articuladas: o apego intransigente às conquistas históricas da profissão sob a hegemonia do Projeto Ético-Político e a sua vinculação à construção de um projeto societário da classe trabalhadora. Essa vinculação nos parece essencial e estratégica ante a conjuntura extremamente adversa por que passamos. Foi ela fundamental para a consolidação da hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social (NETTO, 2009) e continua a ser neste contexto de radicalização conservadora. Tomamos, portanto, essa vinculação como pressuposto necessário para pensar o momento atual, a localização da categoria profissional dos/as assistentes sociais representados pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – e as mediações – parciais e limitadas - que articulam a atuação política do Serviço Social nesta

quadra, através das iniciativas daquela entidade, “a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social” (NETTO, 2009, p. 18). Sendo esta uma das condições para que o Projeto Ético-Político tenha futuro, consideramos central refletir acerca dos componentes daquele projeto societário “sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24), para assim compreender melhor, a partir das proposições do CFESS no contexto da radicalização conservadora, a expressão de sua atuação enquanto mediação política parcial inscrita numa cadeia que envolve vários segmentos representantes dos trabalhadores orientados para a emancipação humana.

3 EMANCIPAÇÃO HUMANA, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A AÇÃO POLÍTICA DO CFESS.

Neste capítulo tratamos, de início, da categoria emancipação humana a partir do levantamento das obras de Marx, identificando elementos centrais para a sua compreensão. Em seguida, - considerando a opção ético-política da categoria profissional pela construção de uma ordem societária sem exploração, dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, pela emancipação humana - realizamos uma discussão a respeito do processo de ruptura com conservadorismo no interior da profissão e a constituição de uma nova direção social consubstanciada no Projeto Ético-Político do Serviço Social que responde pela hegemonia profissional. E, por fim, trazemos para a discussão a ação política do Conjunto CFESS, reconstruindo a sua trajetória histórica e o seu papel na construção, amadurecimento, aprofundamento e defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social, levando em conta a emancipação humana enquanto horizonte societário defendido pela profissão, e o conjunto problemático de questões que surgem exatamente da complexa e contraditória relação entre a ação política do CFESS situada na presente conjuntura de radicalização conservadora e as mediações políticas que envolvem uma práxis voltada à emancipação humana.

3.1 Sobre a emancipação humana em Marx

Em duas de suas obras da juventude – “Sobre a Questão Judaica” e a “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: introdução” – Marx introduziu elementos para a discussão sobre a emancipação política e a emancipação humana, travando uma polêmica com Bruno Bauer, intelectual alemão da esquerda hegeliana. Este, em sua “A questão judaica”, supunha que, para os judeus conquistarem sua emancipação perante o Estado Alemão, antes eles precisariam, por um lado, abrir mão da sua própria religiosidade de judeus, e, por outro, reivindicar a emancipação do caráter cristão do Estado alemão para que ele se efetivasse plenamente como Estado político, pois, de acordo com o mesmo, “enquanto o Estado for cristão e o judeu judaico, ambos serão igualmente incapazes de tanto conceder quanto receber a emancipação.” (Apud MARX, 2010a, p. 34). Para Bauer, a dissolução da “questão

geral da época” se encontrava na superação da questão judaica, visto que ela possuía um significado universal.

Na busca por cidadania, segundo o referido autor, o judeu anseia, do seu ponto de vista judaico, “viver em condições humanas universais”. No entanto, a sua lei judaica o impede de gozar uma vida livre, pois “revoga a sua liberdade pela lei”. A vida em liberdade, isto é, universalmente livre, nesse caso, coincide com a supressão política da religião - “não havendo religião privilegiada não há mais nenhuma religião. Tirei da religião seu poder de excluir e ela deixará de existir” (BAUER, p. 66, apud MARX, 2010a, p. 36) - e a supressão política da religião torna-se condição para existência do homem e do Estado livres, ou seja, do “Estado verdadeiro” em que o homem é emancipado e livre.

Em artigo de título semelhante (“Sobre a questão judaica”), Karl Marx (2010a) problematiza criticamente o sentido abstratamente universal atribuído por Bruno Bauer à emancipação política. Para Marx, o seu interlocutor incorreu numa “compreensão unilateral da questão judaica”, pois:

De modo algum bastava analisar as questões: quem deve emancipar? Quem deve ser emancipado? A crítica tinha uma terceira coisa a fazer. Ela devia perguntar: *de que tipo de emancipação se trata?* Quais são as condições que têm sua base na essência da emancipação exigida? (2010a, p. 36).

Ao propor, como resposta à questão judaica, que os judeus deixassem de ser o que religiosamente são e o Estado Cristão despisse suas vestes religiosas para vestir-se de Estado Político, alcançando assim a liberdade, Bauer, de acordo com Marx, elaborou uma falsa resposta. Primeiro, porque fixou condições para a emancipação política que, para a sua realização plena, não eram imprescindíveis; e segundo, porque limitou a sua crítica à religiosidade do Estado Cristão (“*teólogo*”) e não a expandiu às fronteiras políticas do “Estado como tal”, por consequência, deixando para trás, antes mesmo de ir adiante, a análise a respeito da relação entre emancipação política e emancipação humana.

Marx (2010a), ao iniciar sua crítica, levanta a seguinte pergunta: “o ponto de vista da emancipação *política* tem o direito de exigir dos judeus a supressão do judaísmo e do homem de modo geral a supressão da religião?” (p. 36-37). Com essa

indagação ele questiona se, ao considerar a existência de Estados emancipados de toda e qualquer religião, isto é, de Estados políticos plenamente desenvolvidos, seria realmente necessário que os judeus ou cristãos ou o homem religioso abandonassem sua religião para que os mesmos obtivessem a sua emancipação política como cidadãos desses Estados também politicamente emancipados.

Citando os Estados Unidos, Marx (2010a) ilustra de maneira inequívoca que a relação entre Estado político e a presença da religião não é de forma alguma incompatível e, portanto, é absolutamente possível que um determinado grupo social, neste caso, os judeus, continue existindo como grupo particular ao mesmo tempo em que é considerado pelo Estado político como seu cidadão. Diz ele:

Se até no país da emancipação política plena encontramos não só a *existência* da religião, mas a existência da mesma *em seu frescor e sua força vitais*, isso constitui a prova de que a presença da religião não contradiz a plenificação do Estado (2010a, p. 38)

Nesse trecho, além de demonstrar a coexistência não antagônica da “presença da religião” com a “plenificação do Estado”, Marx revela também que mesmo o Estado obtendo a emancipação religiosa, isto é, existindo agora como um “Estado como tal”, o homem particular não alcança tal liberdade de existir como homem livre. Por esse motivo o autor considera a emancipação política como limitada, pois o Estado é “capaz de ser um *Estado livre* [Freistaat, república] sem que o homem seja um homem *livre*” (2010a, p. 39). Nesse sentido, o Estado é capaz de expressar avanços político-sociais sem que estes necessariamente se reflitam plenamente na vida dos indivíduos particulares, ainda que os mesmos enquanto cidadãos genéricos sejam por esses avanços formalmente contemplados.

Essa limitação também fica explícita quando Marx, na sua “Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução”, tratando da situação particular de seu país, diz que “O sonho utópico da Alemanha não é a revolução *radical*, a emancipação *humana universal*, mas a revolução parcial, *meramente* política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício” (2013a, p. 160). Aqui, novamente, a emancipação humana é contraposta à emancipação política como uma “revolução radical”, “universal”, enquanto a outra é “parcial”, “*meramente* política”. Eis alguns dos primeiros elementos de crítica colocados por Marx a respeito da emancipação política.

Outro aventado por ele consiste na consideração de que o homem para se vir livre de alguma restrição, busca no Estado a forma pela qual efetivar a sua superação. Através do Estado, dessa instituição que é uma mediação alienadora, o homem realiza a sua libertação, isto é, delegando-a a uma entidade exterior. Nas palavras de Marx:

O comportamento do Estado, principalmente *do Estado livre*, para com a religião nada mais é do que o comportamento das pessoas que compõem o Estado para com a religião. Disso decorre que o homem se liberta de uma limitação, valendo-se do *meio chamado Estado*, ou seja, ele se liberta *politicamente*, colocando-se em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação de maneira *abstrata e limitada*, ou seja, de maneira parcial. Decorre, ademais, que o homem, ao se libertar *politicamente*, liberta-se através de um *desvio*, isto é, de um *meio*, ainda que se trate de um *meio necessário* (2010a, p. 39).

O Estado político é, portanto, o local onde o homem se faz gênero em contraposição ao que este mesmo homem é feito em sua vida individual. Pela igualdade política concedida parcialmente por esse “meio”, por esse “desvio” que é o Estado pleno, a vida do homem particular ganha abstratamente amplitude enquanto cidadão, e enquanto cidadão ele se universaliza na sua existência política, voltando às costas para a sua vida real como indivíduo particular. A sua genericidade só tem vez no espaço “estatal”; sua particularidade na “sociedade burguesa”.

Disso decorre que o homem emancipado politicamente goza de uma dupla existência: a que, como membro do Estado político é considerado um cidadão, ente genérico; e a que, como membro da sociedade burguesa, é tido como um homem particular:

Ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um juguete na mão de poderes estranhos a ele (MARX, 2010a, p. 40).

Essa cisão entre um homem “público” e um homem “privado” revela uma vez mais os limites da emancipação política. No entanto, apesar de limitada, não por isso há de se supor incompleta. Pelo contrário, a sua limitação - o deslocamento de elementos particulares da esfera estatal para a sociedade burguesa que dá origem a

essa dupla existência - é ao mesmo tempo o limite de sua emancipação limitada, isto é, a realização plena da emancipação política.

Por esses aspectos é que Marx vai apresentar a sua crítica à emancipação política como uma crítica que precisa ser necessariamente radical, que vai à raiz e, nesse caso, diz ele, a raiz “é o próprio homem”, o seu mundo, o seu Estado e a sua sociedade: “A crítica do céu transforma-se, assim, em crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política” (2013a, p. 152). O Estado político e a sociedade burguesa são, como podemos ver, alvos centrais na sua crítica da emancipação política, e esta crítica, por sua vez, pressuposto da emancipação humana. Só assim torna-se possível fazer emergir as condições teóricas para um feito prático pela emancipação humana universal.

Porém, a crítica – ou a filosofia - tal como concebida por Marx, não modifica a realidade por força do pensamento, tampouco é o pensamento ou a crítica por si só uma força material. É somente na medida em que a filosofia efetiva-se como necessidade de um povo que ela consegue se realizar como força material, e, como força material apropriada pelas massas, a crítica radical se realiza em “revolução de necessidades reais”.

Essa força material munida de uma crítica radical é, para Marx, o proletariado. Por sua situação de opressão, sua posição imediata, por suas necessidades materiais, o proletariado é a única classe da sociedade civil que não está atada a essa sociedade, é o único “estamento” que pode significar o fim de todos os estamentos, é a única classe particular que na sua particularidade sofre uma injustiça universal e por esse motivo, ao se emancipar, esta classe carrega consigo o potencial de emancipação de todas as classes. Dito de outro modo:

Onde se encontra, então, a possibilidade positiva de emancipação alemã? Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontra numa oposição unilateral às consequências, mas apenas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem.

Tal dissolução da sociedade como um estamento particular, é o proletariado (MARX, 2013a, p. 162).

Nessa obra, diferentemente de sua crítica em “sobre a questão judaica”, Marx avança para a localização de um sujeito revolucionário que, embora nesse momento seja justificado como tal por sofrer “a injustiça por excelência” e não “uma injustiça particular”, isto é, de uma forma relativamente abstrata, ele prosseguirá na sua caminhada intelectual qualificando o proletariado como sujeito da revolução, entretanto, a partir de uma crítica teórica mais concreta e consistente. Essa localização, no sistema teórico marxiano, adquire tal centralidade sem a qual é impossível conceber a revolução e, por conseguinte, a emancipação humana.

Aqui, de modo distinto, a emancipação do proletariado não é a mesma que a emancipação dos judeus frente ao Estado, mas uma emancipação que pretende superar o Estado, superando a sociedade burguesa; pretende obter não uma conquista particular, mas uma conquista universal, e, para tanto, a organização das suas próprias forças não mais separadas de si como forças políticas é imprescindível. Desse modo, o sentido da emancipação de que trata Marx vai além de uma emancipação particular, “meramente política”, “parcial”. Ele está tratando de um “tipo de emancipação” universal, a emancipação humana, e esta, segundo o nosso autor:

Só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política* (2010a, p. 54).

Em suas “Glosas críticas ao artigo: ‘o rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano.’”, Marx (2010b), novamente a partir da crítica a outro autor, realiza uma problematização sobre o significado de “revolução política” e “revolução social”. Sem adotar literalmente as definições de emancipação política e emancipação humana Marx (2010b), no entanto, polemiza contra as ideias escritas no artigo de Arnold Ruge, sob perspectiva similar a que utiliza nos textos anteriores. O autor do artigo objeto da crítica de Marx, se referindo à revolta dos trabalhadores silesianos, afirma

que a mesma não havia sido exitosa, pois carecia de uma “alma política”, isto é, a sua luta não refletia a necessidade dos trabalhadores silesianos de romper com o isolamento em relação à “comunidade política”, ao “sistema estatal”, ao Estado. Para Ruge, era necessário reivindicar a inclusão das demandas daqueles trabalhadores na “comunidade política”, exigir do Estado o reconhecimento delas, de sua legitimidade. Aí estaria a sua “alma política”.

Marx, porém, questiona exatamente a potencialidade dessa “alma política” em superar a “penúria social” vivida pelos trabalhadores silesianos, pois para ele:

A alma política de uma revolução consiste na tendência das classes sem influência política de eliminar seu isolamento em relação ao sistema estatal e ao governo. Sua perspectiva é a do Estado, a de um todo abstrato, que somente ganha existência pelo isolamento em relação à vida real, que é impensável sem a contraposição organizada entre ideia universal e existência individual do ser humano. Conseqüentemente uma revolução de alma política também organiza, em conformidade com a natureza restrita e contraditória dessa alma, um círculo dominante na sociedade, à custa da sociedade (Idem, p. 51).

Marx ressalta, portanto, o caráter “restrito”, “abstrato” da revolução política, mantendo, para este caso, a mesma crítica sobre as limitações contidas na emancipação política. Quando se refere à “revolução social” ele a coloca como uma revolução que não visa apenas mudar a forma de Estado, nem tão somente o poder instituído. Para ele, mais que mudar a forma do Estado, a revolução social tem por objetivo extinguir as “relações antigas”, a “antiga sociedade”:

A revolução social encontra-se na perspectiva do todo – mesmo que ocorra em um único distrito fabril - por ser um protesto do ser humano contra a vida desumanizada, por partir da perspectiva de cada indivíduo real, porque a comunidade contra cujo isolamento em relação a si o indivíduo se insurge é a verdadeira comunidade dos humanos, a saber, a condição humana (MARX, 2010b, p. 50-51).

Mantém-se, na discussão de revolução social, a dimensão universal em contraposição à particular, a perspectiva do todo em relação à parcial, também presente na compreensão de emancipação humana. Mas, fazendo uma diferenciação entre revolução política e revolução social, Marx observa que mesmo uma revolução social requer um ato político, qual seja, a “derrubada do poder

constituído” (p. 52). Sem esse ato revolucionário o socialismo não é possível⁵⁷. Aqui o socialismo equivale à revolução social enquanto processo de destruição das “relações antigas” e início de novas relações, cujo elemento ativo é o proletariado⁵⁸.

Outro aspecto de sua crítica que comparece no artigo em questão é o entendimento do Estado. Além de defini-lo como um “todo abstrato”, ele diz que o “Estado é a organização da sociedade” (2010b, p. 38); a “administração é a atividade organizadora do Estado” (p. 39); que ele é fundado na contradição entre interesses públicos e interesses privados, revelando caracterizações similares ao que ele havia escrito nos dois primeiros textos aqui discutidos.

Nos *manuscritos econômico-filosóficos*, escrito cujo centro temático é a economia-política, Marx (2010c) faz a discussão sobre emancipação humana designando-a, agora, como comunismo, porém sem deixar de se referir à emancipação humana. Nesse texto, direcionando sua atenção ao trabalho alienado, Marx, com tom enfático diferente das obras até então citadas, relaciona o comunismo à “suprassunção” da propriedade privada⁵⁹ e assim o faz, pois, para o mesmo, se trata da condição para a superação da alienação do trabalho, do “estranhamento-de-si humano”. O comunismo seria a recuperação do “homem a si”, o “retorno pleno, tornado consciente e interior a toda a riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem social, isto é, humano” (MARX, 2010c, p. 105).

Marx desdobra do processo de suprassunção da propriedade privada a superação das condições que interdita a fruição plena dos cinco sentidos humanos - este sendo outro aspecto original que se distingue do debate anterior sobre emancipação humana. Enquanto há a prevalência da carência e da limitação como constrangimento dos sentidos humanos, a apropriação das qualidades essenciais humanas se realiza de forma estranhada, ou melhor, não se realiza. Por isso:

⁵⁷ “Sem revolução o socialismo não poderá se concretizar. Ele necessita desse ato político, já que necessita recorrer à destruição e à dissolução” (MARX, 2010b, p. 52).

⁵⁸ “Somente no socialismo um povo filosófico encontrará a práxis que lhe corresponde, ou seja, somente no proletariado encontrarão o elemento ativo de sua libertação” (MARX, 2010b, p. 45-46).

⁵⁹ “A suprassunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, enquanto apropriação da vida humana é, por conseguinte, a suprassunção positiva de todo estranhamento (*Entfremdung*), portanto o retorno do homem da religião, família, Estado etc., à sua existência (*Desin*) humana, isto é, social” (MARX, 2010c, p. 106).

A supressão da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente (MARX, 2010c, p. 109).

Sem a supressão da propriedade privada, portanto, o comunismo não pode se realizar, e assim, o estranhamento-de-si humano continua a se repor. Outra dimensão à qual Marx também chama a atenção é o Estado. À semelhança de obras anteriores, nosso autor situa à supressão do Estado como uma dimensão constituinte da sociedade burguesa que precisa ser superada em articulação com a supressão da propriedade privada. Do contrário, a “reintegração ou retorno do homem a si” (p. 105) se mantém incompletos, conforme os limites da emancipação política. Por isso, o comunismo não se restringe a alteração de uma única dimensão da vida social, pois ele é “o momento efetivo necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico” (p. 114).

N'A *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007), em alguns trechos, discutem a libertação do homem condicionando-a a existência material de uma realidade social que possibilite a satisfação das necessidades humanas, não sendo possível, portanto, falar em liberdade quando não se tem condições materiais mínimas para o atendimento de necessidades como a de alimentação, vestimenta, moradia⁶⁰ etc.

A satisfação dessas condições “que é a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades” (Idem, p. 33), está articulada à necessidade de superação da divisão capitalista do trabalho, pois que a sua persistência conserva a contradição entre interesses individuais e interesse coletivo. Para os nossos autores, enquanto a divisão do trabalho se mantém, o homem desempenha algumas atividades específicas (caça, pesca, pastoreio etc.) – aparentemente lhe dadas por natureza - porque precisa de um meio para sobreviver, decorrendo dessa realidade o estranhamento em relação a alguns aspectos de sua atividade. Sendo ela estabelecida como algo natural em oposição a uma decisão voluntária e consciente, a “cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos [...] não como seu próprio poder unificado, mas sim

⁶⁰ “Não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato do pensamento, e é ocasionada por condições históricas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

como uma potência estranha, situada fora deles, [...] que não podem mais controlar” (Idem, p. 38).

Assim, Marx e Engels (Idem) compreendem ser necessário o desenvolvimento de uma “regulação comunista da produção” como mediação para a “supressão da relação alienada dos homens com seus próprios produtos” (p. 39). Na sociedade comunista os indivíduos associados detêm sob seu controle a produção material; eles a regulam como um produto de sua ação – da atividade humana – e não mais enquanto algo dado naturalmente que lhes aparece como estranho:

Somente nessa fase a autoatividade coincide com a vida material, o que corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos até se tornarem indivíduos totais e à perda de todo seu caráter natural; e, assim, a transformação do trabalho em autoatividade corresponde à transformação do restrito intercâmbio anterior em intercâmbio entre os indivíduos como tais. Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos unidos, acaba a propriedade privada. Enquanto na história anterior uma condição particular aparecia sempre como acidental, agora se tornou acidental o isolamento dos próprios indivíduos, a aquisição privada particular de cada um (p. 74).

Marx e Engels (2007), como pudemos perceber, ressaltam, nesse escrito, aspectos do domínio da produção material, afirmando, antes de qualquer coisa, que “é preciso estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (Idem, p. 33). Fica evidente a importância por eles atribuída ao desenvolvimento “dos meios”, isto é, das forças produtivas, para a satisfação daquelas necessidades e para a emancipação humana. No entanto, esta não é a única condição para se “fazer história”. Nas sociedades onde o modo de produção capitalista é dominante, é necessário também superar a divisão do trabalho, instaurando em seu lugar a “regulação comunista da produção” baseada na associação dos indivíduos. Assim, “com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos unidos, acaba a propriedade privada” (p. 74).

Em outra importante obra, esta eminentemente política - *Manifesto do Partido Comunista* -, nossos autores reiteram alguns elementos relacionados à emancipação humana, ou ao comunismo, como aqui eles se referem mais. Muitos trechos ressaltam a relevância da constituição da autonomia e independência do

proletariado para a conquista do poder político⁶¹, da revolução como meio para a tomada do poder político pelo proletariado⁶², da supressão da propriedade privada⁶³ e da organização da produção baseada na associação dos indivíduos. No *Manifesto do Partido Comunista* Marx e Engels (2017) colocam que o proletariado deve se utilizar de sua supremacia política para centralizar todos os meios de produção sob seu controle⁶⁴, tendo por objetivo sufocar as classes antagônicas e as relações de produção que as sustentam. Assim eles colocam:

Quando no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, junto com essas relações, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe (2017, p. 40-41).

Aqui, como em outras obras, comparece a temática da revolução como momento necessário a tomada do poder político; a organização da produção através da livre associação dos indivíduos enquanto mediação para controle dos meios de produção; e a extinção das relações de produção capitalista como processo de superação de uma sociabilidade baseada na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. Mas, também, aparecem outras categorias que entre si se articulam.

A organização autônoma do proletariado é relacionada à atuação do Partido Comunista, ainda que dele não dependa exclusivamente. Vale dizer que Marx e Engels (2017) não elaboram uma teoria da organização partidária, mas neste texto eles fazem algumas colocações, a partir das quais é possível perceber elementos

⁶¹ “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 2017, p. 33).

⁶² “A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade” (Idem, p. 39).

⁶³ “O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa” (Idem, p. 33).

⁶⁴ “O proletariado usará sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas” (MARX; ENGELS, 2017, p. 39).

incipientes de uma teoria do partido. A princípio, o partido político⁶⁵ é identificado como a “organização do proletariado em classe” (Idem, p. 30). Mas, ao mesmo tempo, eles dizem que “os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários” (p. 32), refletindo uma concepção de organização partidária que existe na forma de organismos de classe, sem serem eles mesmos a classe. Dizem mais:

Não têm interesses diferentes dos interesses do proletariado em geral. Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendem moldar o movimento operário. Os comunistas se distinguem dos outros partidos operários somente em dois pontos: 1) nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; 2) nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento em seu conjunto. Na prática, os comunistas constituem a fração mais resolvida dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário. O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado (MARX; ENGEL, 2017, p. 33).

Essa passagem expressa uma série de elementos constituintes do partido comunista. Citamos alguns: a defesa “dos interesses do proletariado em geral”, dos seus “interesses comuns” e “do movimento em seu conjunto”, em contraposição a “princípios particulares”, interesses particulares; de seu caráter de vanguarda, de sua força resolvida, “que impulsiona as demais”; de sua compreensão teórica mais “nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário”; e de seus objetivos revolucionários. Queremos destacar, entre esses elementos, que, sendo um dos objetivos do partido comunista a constituição do proletariado em classe, a organização autônoma e independente dos proletários não pode vir a ser espontaneamente. O partido comunista precisa intervir tanto no sentido teórico, quanto no político-organizativo, desempenhando um papel central na condição de mediação para a organização política do proletariado em classe.

Outra questão que se coloca, articulada a anterior, é a conquista do poder político pelo proletariado. Pressuposta a sua organização autônoma enquanto

⁶⁵ Em obras anteriores, como *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* e *Glosas críticas ao artigo: as reformas sociais do rei da Prússia: de um prussiano*, o partido enquanto instrumento de organização do proletariado já comparece.

classe, ela é concebida a partir de uma revolução que resulta no controle dos meios de produção, e, por conseguinte, na sua condição de classe dominante que é configurada de modo a oprimir a burguesia e extinguir as relações de produção capitalistas. O momento político, nesse texto, se relaciona ao momento econômico numa perspectiva revolucionária, condicionados à superação dos antagonismos de classe, enquanto processo de transição ao comunismo, isto é, à emancipação humana. Esses elementos ganham mais concreticidade a partir das reflexões feitas por Marx (2011a) no texto “A guerra civil na França”.

Se em boa parte das obras anteriormente tratadas, a articulação das categorias se dava na crítica da emancipação política – com destaque para as duas primeiras trabalhadas neste tópico -, na sua “A guerra civil na França”, onde analisa a Comuna de Paris, Marx (2011a) trouxe à tona elementos reais mais concretamente articulados para se pensar a emancipação humana, problematizando aspectos específicos da conformação do Estado na organização legislativa, executiva, judiciária e militar, contextualizando historicamente a atmosfera em que eclodiu a revolta dos trabalhadores parisiense, definindo a movimentação das classes dominantes, bem como a organização e anseios dos trabalhadores de Paris. Além disso, ele também identificou, - agora com mais consistência e densidade teórica, partindo de uma situação concreta -, mediações essenciais para a revolução socialista e a emancipação humana, a começar pela organização autônoma e independente da classe trabalhadora, já sinalizadas, de algum modo, em obras anteriores.

Em diversas passagens desse livro, Marx (2011a) aponta o protagonismo do proletariado como mediação constituinte de sua autonomia política na luta de classes. Esta autonomia, naquele contexto, foi fundamental para a constituição da classe trabalhadora enquanto poder político⁶⁶, e, por conseguinte, para a luta pela emancipação humana - categoria esta que nesse texto ganha outras denominações, como: “emancipação social”, “emancipação do trabalho” e “emancipação econômica do trabalho”, muito embora essas outras denominações não impliquem, do nosso ponto de vista, em rupturas categoriais, mas sim num enriquecimento que tem por

⁶⁶ “Em meio ao fracasso e às traições das classes dominantes, [os operários] compreenderam que é chegada a hora de salvar a situação, tomando em suas próprias mãos a direção dos negócios públicos (...) compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito absoluto tornar-se donos de seus próprios destinos, tomando o poder governamental” (MARX, 2011a, p. 54).

medida o exercício de aproximações sucessivas no estudo da dinâmica contraditória da realidade social, baseada no modo de produção capitalista.

A independência da classe trabalhadora perante as outras classes e ao Estado burguês, na exposição feita por Marx (2011a) sobre a Comuna de Paris, se mostrou indispensável para a constituição de uma consciência e uma ação revolucionárias. E essas, segundo o nosso autor, só puderam se desenvolver a partir da auto-organização e do exercício prático do poder, seja por meio do controle e organização da produção de bens e serviços, seja na capacidade e possibilidade da decisão e condução política dos processos sociopolíticos. As análises de Marx (2011a) sobre a Comuna mostram bem como se deram as medidas adotadas pela classe trabalhadora no exercício do poder e como elas tensionaram para a superação em processo da ordem estabelecida. Um dos aspectos em que se concentraram mais as ações dos comunardos foi à reorganização completa do aparelho estatal.

No texto a que nos referimos, o Estado comparece com algumas características que nos textos anteriores não tinham sido indicadas, mas sem deixar de conservar outras já mencionadas, que não se apresentam mais com a mesma intensidade. Uma dessas que refletiu mais fidedignamente as formulações anteriores é a que qualifica o Estado como mediação que aliena do homem individual real o seu potencial universalizador, alheando-o de sua essência e de sua força social⁶⁷. No entanto, o aspecto que mais aparece ressaltado é o caráter repressivo⁶⁸ do aparelho de Estado, como um instrumento de dominação⁶⁹ utilizado pelas classes “apropriadoras” contra as classes “expropriadas”. Sendo assim, esse era um aspecto central a ser levado em conta pelos revolucionários para fazer avançar a construção do socialismo: o Estado precisava ser tomado pelos trabalhadores e ter as suas ferramentas de “guerra” “contra o trabalho” desmanteladas, quebrantadas:

⁶⁷ “O regime comunal teria restaurado ao corpo social *todas as forças até então absorvidas pelo parasita estatal* [grifo nosso], que se alimenta da sociedade e obstrui seu livre movimento” (2011, p. 59). Em outro trecho ele fala do alteamento do Estado: “O poder estatal, que *aparentemente pairava acima da sociedade*, era, na verdade, o seu maior escândalo e a incubadora de todas as suas corrupções” (2011a, p. 56).

⁶⁸ Contextualizando o acirramento da luta de classes, Marx escreveu que “ante uma ameaçadora sublevação do proletariado eles agora serviam-se do poder estatal, sem misericórdia e com ostentação, como de uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho” (2011a, p. 55).

⁶⁹ Essa característica é antecipada nas “Glosas crítica ao artigo: ‘o rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano’” e no “Manifesto do Partido Comunista”.

O proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diferentes frações rivais nos sucessivos momentos de seu triunfo, simplesmente se apossar desse corpo estatal existente e empregar esse aparato pronto para seu próprio objetivo. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar [a] maquinaria estatal e destruí-la (MARX, 2011a, p.169).

E foi exatamente isso que ocorreu. O proletariado de Paris, tendo por perspectiva a construção de um poder dos trabalhadores, na edificação da Comuna, iniciou uma série de transformações no Estado, logo após terem se apossado dele. Substituíram o exército permanente por uma milícia constituída pelo povo em armas⁷⁰ – “Paris armada era a revolução armada” (MARX, 2011a, p. 35) -, fundiu as obrigações executivas e legislativas num único “órgão de trabalho” para o qual todos podiam ser eleitos e ao mesmo tempo terem seu mandato facilmente revogado; decretou o sufrágio universal; as escolas foram abertas ao público de maneira gratuita e delas tiraram a influência religiosa; as oficinas de fábricas passaram ao controle e organização do proletariado; e tantas outras medidas foram adotadas com vistas ao estabelecimento de um órgão de poder que elevasse os trabalhadores, nesse primeiro momento, à condição de classe dominante e, assim, abrisse caminho para a supressão da sociedade de classes.

Essas medidas encampadas pelo proletariado parisiense conformaram referências de mediações importantes para o processo revolucionário e, por conseguinte, para a emancipação humana. Trataremos de seus principais aspectos, a partir do texto que Marx nos legou. Primeiro, a substituição do exército permanente pela formação de milícias populares é compreendida enquanto uma das formas de destruição e superação do Estado burguês e parte de sua burocracia e hierarquia militar que, sob o governo da burguesia atuava na perspectiva de manutenção da ordem dominante. Essas milícias, além de contribuírem com a defesa e segurança do poder proletário em constituição, iriam favorecer na redução de encargos econômicos, visto que o antigo exército legava inúmeros prejuízos financeiros⁷¹ ao

⁷⁰ “O primeiro decreto da Comuna ordenava a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado.” (MARX, 2011a, p. 56).

⁷¹ “(Bastaria ao povo organizar essa milícia em escala nacional e ele estaria livre dos exércitos permanentes; [essa é] a primeira *condition sine qua [non]* econômica para todos os melhoramentos sociais, eliminando de uma vez essa fonte de taxas e do endividamento estatal e esse constante perigo de usurpação governamental do domínio de classe – seja do domínio de classe regular ou de um aventureiro fingindo-se de salvador de todas as classes); sendo ela, ao mesmo tempo, a mais segura garantia contra uma agressão estrangeira e tornando de fato impossível o custoso aparato militar em todos os outros Estados” (MARX, 2011a, p.129).

povo que tinha de sustentar as forças armadas parasitárias. No caso da Comuna, as milícias eram formadas pelo próprio povo armado: por operário, camponeses e setores médios, remunerados com o salário de um operário, dessa forma, suprimindo os pesados encargos financeiros e garantindo a defesa do poder proletário.

Segundo:

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna (MARX, 2011a, p. 56-57).

Essa passagem demonstra que a “forma política enfim descoberta”, organizada e em desenvolvimento, condensada na Comuna de Paris, ampliou e facilitou a participação política dos trabalhadores, além de lhes conferir efetivamente o poder de decisão sobre a condução política que fora dada à Comuna. Articulado a esse processo de “transferência progressiva dos poderes de decisão aos ‘produtores associados’” (MÉSZÁROS, 2007, p. 229), a junção das funções executivas e legislativas foi materializada na instituição de um organismo de trabalho composto por - a semelhança das milícias populares - operário, camponeses e setores médios - estas constituídas pelo funcionalismo público precipitado ao proletariado -, o que, no plano político, significou eliminar a separação burocraticamente alienante do legislar e executar, e, no plano econômico, refletiu numa diminuição das despesas vinculadas a nova forma do Estado sob o domínio dos trabalhadores.

Terceiro: outra estratégica transformação na articulação da sociedade mediante a edificação da Comuna se deu com a assunção dos trabalhadores ao controle e à organização da produção, seja pela tomada da propriedade da

burguesia resistente em deixar Paris, seja pela ocupação daquela que foi deixada para trás e tornada propriedade do povo pelos comunardos. Esta mudança na base econômica era condição para que houvesse possibilidade de avançar na construção da sociedade socialista⁷², ainda que elas mesmas por si só não tivessem a força de garantir esse progresso ininterrupto. A esse respeito, de acordo com Marx, as classes trabalhadoras sabiam que:

A substituição das condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança da distribuição, mas uma nova organização da produção – ou, antes, requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual), libertando-se dos grilhões da escravidão, de seu atual caráter de classe – e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e internacional. [...] Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal de organização política e que é chegada a hora de iniciar esse movimento pra elas mesmas e para o gênero humano (2011a, p. 131-132).

Essas principais transformações operadas no aparelho estatal, na forma de propriedade e na produção econômica agora sob a direção da Comuna e da livre associação dos produtores, foram os primeiros “grandes passos” “para gênero humano”, isto é, para a recuperação⁷³ das propriedades e potencialidades humano-genéricas ligadas aos trabalhadores. Porém, por enquanto, eram apenas os primeiros passos, apesar de, sem sombra de dúvidas, serem indiscutivelmente “grandes”. Marx, ainda nesse texto, antecipa que as transformações referidas não poderiam ser configuradas como a expressão ou realização plena das condições para o “movimento de uma regeneração geral do gênero humano” (2011a, p. 131).

⁷² Sobre o significado dessa mudança na base econômica, Marx disse: “ela [a classe trabalhadora] inaugura a *emancipação do trabalho* – seu grande objetivo -, por um lado, ao remover a obra improdutiva e danosa dos parasitas estatais, cortando a fonte que sacrifica uma imensa porção da produção nacional para alimentar o monstro estatal, e, por outro lado, ao realizar o verdadeiro trabalho de administração, local e nacional, por salários de operários. Ela dá início, portanto, a uma imensa economia, a uma reforma econômica, assim como a uma transformação política” (2011a, p. 131).

⁷³ Ou como referido por Marx: “a reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjagam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão –, a forma política de sua emancipação social, no lugar da forma artificial (apropriada por seus opressores) (sua própria força oposta a elas e organizadas contra elas) da sociedade erguida por seus inimigos para a sua opressão. A forma era simples, como o são todas as coisas grandiosas” (2011a, p. 129).

O nosso autor esclarece que a Comuna, essa “forma política enfim descoberta”, não devia ser confundida com a “emancipação social” – ou emancipação humana - em si. A Comuna fora a mediação política encontrada pelo proletariado de Paris que pôs em andamento as transformações necessárias para a reestruturação do Estado – início de sua destruição-superação – e para organização econômica baseada em um novo modo de produção com mudanças na forma de propriedade. Ou seja, o que se concretizou com a Comuna e todas as modificações dela desdobradas foi, na verdade, o início de uma fase de transição social entre a sociabilidade capitalista e o comunismo. Sobre esse processo Marx vai dizer que:

Assim como a máquina e o parlamentarismo estatal não são a vida real das classes dominantes, mas apenas os órgãos gerais organizados de sua dominação – as garantias, formas e expressões políticas da velha ordem das coisas -, assim também a Comuna não consiste no movimento social da classe trabalhadora e, portanto, no ‘movimento de uma regeneração geral do gênero humano’, mas sim nos meios organizados de ação. A Comuna não elimina a luta de classes, através da qual as classes trabalhadoras realizam a abolição de todas as classes e, portanto, de toda [dominação de] classe (porque ela não representa um interesse particular, mas a liberação do ‘trabalho’, isto é, a condição fundamental e natural da vida individual e social que apenas mediante usurpação, fraude e controles artificiais pode ser exercida por poucos sobre a maioria), mas ela fornece o meio racional em que essa luta de classe pode percorrer suas diferentes fases da maneira mais racional e humana possível. (2011a, p. 131).

Resulta, por fim, que, partindo de uma situação concreta, isto é, de um acontecimento particular e historicamente determinado, Marx enriqueceu e desenvolveu categorias que transcenderam a expressão empírica do que configurou a Comuna de Paris. O autogoverno e a autogestão dos trabalhadores como uma expressão genuinamente distinta do poder desta classe em relação ao poder da burguesia; a posse dos meios de produção, a organização no modo de produzir; a socialização da riqueza, a substituição do exército por milícias populares e os ganhos culturais foram elementos concretos que possibilitaram a Comuna abrir caminho para a construção de uma sociedade humanamente emancipada⁷⁴. Estas considerações Marx irá utilizar para estabelecer um trato crítico a respeito das proposições programáticas do Partido Operário Alemão.

⁷⁴ Sobre o significado sócio-histórico da Comuna, Marx crava: “Paris hasteou a bandeira do gênero humano” (2011, p. 105).

Na “Crítica ao programa de Gotha” Marx (2004) apresenta uma série de “observações sobre o programa do Partido Operário Alemão” em que compõem problematizações sobre o direito, o Estado, a independência de classe, a sociedade comunista - entre outros - que nos são os temas mais próximos à discussão sobre a emancipação humana, por isso também, os que iremos priorizar nesse momento, a começar pela igualdade de direitos.

A noção de direito expressa no programa de Gotha, segundo Marx (2004), é igualitarista, porque baseada “no emprego do trabalho como unidade de medida comum” (p. 108), e nesse sentido não se diferenciava da concepção burguesa⁷⁵. Seria dizer que “o direito do produtor é proporcional ao trabalho que forneceu” (p. 108). Nisto consistiria a igualdade. No entanto, nosso autor questiona esse pressuposto evidenciando que:

Esse direito igual é um direito desigual para um trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque cada homem é um trabalhador como os outros; mas reconhece tacitamente como privilégio natural a desigualdade dos dons individuais e, por conseguinte, da capacidade de rendimento. Portanto, no seu teor, é um direito baseado na desigualdade, como todo o direito. [...] Com igualdade de trabalho e, por conseguinte, igualdade de participação no fundo social de consumo, há, portanto, uns que efetivamente recebem mais que os outros, uns que são mais ricos que os outros etc. Para evitar todos esses inconvenientes, o direito deveria ser não igual, mas desigual (p. 109).

Ainda assim, Marx admite que numa sociedade de transição socialista, formas do direito burguês permanecerão, com algumas modificações, mas se mantém⁷⁶. Isso pode nos levar a reflexão sobre a luta por direitos e por transformações mais radicais de forma articulada à função que essas dimensões da luta desempenham e como elas permanecem numa sociedade de transição. No limite, pode-se pensar, atualmente, na relevância das políticas sociais combinadas à luta revolucionária. Na medida em que se superarem as mediações estruturais do capital e que as forças produtivas estiverem suficientemente desenvolvidas, abre-se a possibilidade de desenvolver plenamente as potencialidades humanas individuais e coletivas, sendo uma a condição para a outra.

⁷⁵ “O direito igual continua aqui, portanto, no seu princípio, a ser o direito burguês” (MARX, 2004, 108).

⁷⁶ “Mas esses defeitos são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como acaba de sair da sociedade capitalista, após um longo e doloroso parto” (Idem, p. 109).

É interessante notar que para Marx (2004) a sociedade comunista, a semelhança de textos tratados anteriormente, estaria relacionada à superação de certas condições e relações da economia política do capital, como, por exemplo, ao desaparecimento da “divisão do trabalho”, da “oposição entre o trabalho intelectual e trabalho manual”; quando o “trabalho” deixasse de ser “um meio” de vida e se tornar ele próprio na “primeira necessidade vital” etc. Em suas palavras:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio na primeira necessidade vital; quando o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiverem também aumentado e todas as fontes da riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” (p. 109-110)

Em articulação ao debate sobre direito igual Marx (2004) aponta algumas observações acerca do caráter do Estado e de sua função no processo revolucionário. Segundo o mesmo não há como tratar do Estado desconsiderando o “terreno” sobre o qual ele se assenta. Ao criticar a formulação do Partido Operário Alemão, Marx chama a atenção para o fato de que não é objetivo dos trabalhadores “tornar livre o Estado”. Tal formulação obscurece que a questão deve ser abordada tomando a “sociedade presente”, isto é, a “sociedade burguesa moderna” como fundamento do “Estado presente” e não o contrário, tratando o Estado “como uma realidade independente, que possui os seus próprios ‘fundamentos intelectuais, morais e livres’” (Idem, p. 118). Deve-se buscar, portanto, a emancipação dos trabalhadores na análise da “sociedade presente”, e a partir daí compreender as possíveis funções a serem desempenhadas pelo Estado no processo de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista, “período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que não a ditadura revolucionária do proletariado” (p. 119).

Ainda no que se refere ao Estado, Marx (2004), em outra passagem, mais uma vez critica o Programa de Gotha por reivindicar a “ajuda do Estado” no processo de transformação revolucionária da sociedade. Ele observa o equívoco dessa concepção que atribui ao Estado papel estratégico na luta pelo socialismo, em

prejuízo da ação autônoma e independente da classe trabalhadora. Para nosso autor essa concepção impede a constituição da “plena consciência” da classe trabalhadora, pois o Estado é parte imprescindível da reprodução do capital. Intimamente relacionada a essa questão, Marx discute a criação das cooperativas de trabalhadores e diz que “elas só têm valor à medida que forem-são criadas pelos próprios trabalhadores, quando estes forem independentes e não protegidos nem pelos governos nem pelos burgueses” (Idem, p. 117-118). Aqui comparece, em outras palavras, o tema da independência e autonomia da classe trabalhadora perante o Estado e à burguesia para a constituição de uma consciência e ação revolucionárias. Este tema, a nosso ver, sempre esteve presente na obra de Marx, variando, no entanto, a sua abordagem sobre a questão.

No volume III de “O Capital” essa discussão é feita novamente. Num trecho breve Marx (1986) articula uma reflexão entre o “reino da necessidade” e o “reino da liberdade”, colocando que, quando o trabalho não for mais determinado pela necessidade – ainda que permaneça sendo enquanto condição da existência humana – e por “finalidades externas”, a liberdade, enquanto desenvolvimento das forças humanas, poderá “florescer sobre aquele reino da necessidade” (idem, p. 273). Marx expõe a questão da seguinte forma:

O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas, que as satisfazem. Neste terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental (Idem, p. 273).

Novamente a produção associada é trazida como modo de controle, produção e regulação de “seu metabolismo com a Natureza” para a efetivação da liberdade

humana, de seu desenvolvimento e de sua natureza. Mas ela apenas começa quando o “reino da necessidade” deixa de preponderar sobre o “reino da liberdade”; quando este deixa de ser limitado por aquele; quando a satisfação das necessidades humanas resulta na ampliação das possibilidades de desenvolvimento e realização das “forças humanas”. Para tanto - visto que o reino da liberdade começa “onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação de finalidades externas” (idem) – a luta pela redução da jornada de trabalho é a “condição fundamental”, pois guarda a potencialidade de expandir o tempo livre para o trabalhador.

No esforço de síntese sobre a análise realizada, a partir da leitura e interpretação das obras aqui trabalhadas, compreendemos emancipação humana em diversos aspectos, entre os quais alguns nos parecem se articular na forma de eixos centrais: a luta de classes; a organização política do proletariado; a luta frente ao Estado; e o desenvolvimento de um modo produção associado. A luta classes⁷⁷ é o terreno sócio-histórico em que o proletariado pode tomar consciência da necessidade da luta pela emancipação humana e, ao mesmo tempo, a determinação histórica que precisa ser superada para a realização do comunismo. A luta de classes é expressão da contradição entre as relações de produção e as forças produtivas, a mediação pela qual os antagonismos entre proprietários e proletários ganham materialidade e simultaneamente pela qual podem ser suprimidos⁷⁸. Essa determinação objetiva da sociedade configura-se também como mediação para as transformações sociais. A partir dela, as outras mediações que mencionamos se articulam de modo decisivo. A luta de classes dimensiona a questão da organização política do proletariado, da sua luta frente ao Estado e do desenvolvimento de modo de produção associação.

No que se refere à organização política do proletariado, a nosso ver, desde as obras da juventude até as da maturidade, especificamente aquelas aqui tratada, Marx (e em outros momentos Marx e Engels) enfatiza a importância da organização autônoma e independente do proletariado em classe enquanto mediação para a

⁷⁷ “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2017, p. 21).

⁷⁸ “Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (Idem, p. 41).

emancipação humana. No entanto, antes mesmo de ser uma mediação para a emancipação humana, que é um processo de dimensão universal e mais complexo, a constituição do proletariado em classe independente e autônoma aparece como uma mediação política imprescindível, sobretudo, para a conquista do poder político e de sua condição em classe dominante⁷⁹, num primeiro momento considerado de transição socialista. A essa “primeira fase da revolução operária” (MARX; ENGEL, 2017, p. 39) se articula necessariamente a centralização dos meios de produção nas “mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante” (Idem, p. 39) e o controle da produção através da livre associação dos trabalhadores, com a perspectiva de extinguir as relações de produção capitalistas e a propriedade privada. Para evitar imprecisões, dizemos ainda que o eixo da organização autônoma do proletariado é central mesmo antes da conquista do poder político. A sua constituição em classe é necessária para evitar o seu atrelamento à burguesia ou à pequena-burguesia, garantindo que os seus interesses históricos sejam discutidos independentes, autonomamente àquelas classes.

No eixo da luta frente ao Estado se colocam novamente uma série de questões. A primeira, a da universalidade e da parcialidade, é mais presente nas primeiras obras de Marx, porém se mantém válida nas últimas também. Nosso autor chama a atenção da impossibilidade de alcançar a emancipação humana através da iniciativa do Estado; que as modificações feitas na sociedade por meio do Estado seriam sempre parciais e limitadas, típicas da emancipação política; e que essa ação do Estado retira do proletariado a sua iniciativa histórica⁸⁰, sob a ilusão de uma intervenção isenta, acima das classes e de todas elas representante. Todavia, para se tornar poder político dominante, o proletariado precisa se apossar do Estado. Já

⁷⁹ Em alguns trechos do Manifesto do Partido Comunista isso é evidenciado: “o objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGEL, 2017, p. 33); “o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e elevar-se a classe dirigente da nação, [...] mas não de modo nenhum no sentido burguês da palavra” (Idem, p. 38); “vimos que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia” (p. 39).

⁸⁰ Criticando o Programa de Gotha, Marx fala: “em vez de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, ‘a organização socialista do conjunto do trabalho’ ‘resulta’ da ‘ajuda do Estado’, ajuda que o Estado fornece às cooperativas de produção que ele próprio (e não o trabalhador) ‘criou’. Acreditar que se pode constitui uma sociedade nova por intermédio de subvenções do Estado tão facilmente como se constrói um novo caminho de ferro, eis uma coisa bem digna da imaginação de Lassalle!” (2004, p. 117).

vimos que o proletariado deve se utilizar de seu poder político a frente do Estado para enfraquecer a burguesia. Porém, Marx (2011a) alerta para outra questão:

O proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diferentes frações rivais nos sucessivos momentos de seu triunfo, simplesmente se apossar desse corpo estatal existente e empregar esse aparato pronto para seu próprio objetivo. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar [a] maquinaria estatal e destruí-la (MARX, 2011a, p.169).

Embora Marx destaque esse aspecto de reconfiguração do Estado sob domínio do proletariado, ele, ao mesmo tempo, levanta a seguinte indagação: “que funções sociais análogas às atuais funções do Estado subsistirão?” (2004, p. 119), sugerindo claramente que algumas funções do Estado como o conhecemos não irão desaparecer de imediato, mas apenas no longo processo de transição ao comunismo. Não obstante a complexidade da questão, Marx (2011a) toma como parâmetro para pensar as modificações imediatas do aparelho estatal as mudanças políticas impulsionadas pelos trabalhadores parisienses, quando da revolução que edificou a Comuna de Paris. Portanto, há uma abordagem de múltiplas dimensões que, se fundamentando na necessidade histórica de ultrapassagem do Estado para a superação do capital, reivindica também a sua conquista e a transformação revolucionária de suas funções sociais no processo de transição, ao longo do qual haveria uma “reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjagam” (2011a, p. 129).

O terceiro eixo, a instituição de um modo produção associado, se volta para o controle sobre meios de produção e o estabelecimento de novas relações de produção conduzidas conscientemente pelos produtores associados. Aqui é colocada a questão da necessidade e da liberdade, da carência e da abundância. Para poder fazer história o ser humano precisa, antes, satisfazer necessidades básicas, materiais, como discutimos anteriormente. A produção das condições para satisfação dessas necessidades se identifica com o desenvolvimento das forças produtivas que, a depender de seu grau de desenvolvimento, pode permitir a satisfação das necessidades materiais humanas. Mas as relações de produção, no caso concreto da sociedade burguesa, se colocam como um obstáculo para o atendimento daquelas necessidades básicas. Por isso, a propriedade coletiva sobre

os meios de produção, bem como sobre a riqueza socialmente produzida, é um dos pontos centrais, na dimensão da produção material da vida, para superação das relações sociais burguesas. Significa iniciar um processo de superação da propriedade privada, base da divisão do trabalho, da alienação do trabalho e das relações de mercado. Colocar os meios de produção sob o controle da livre associação dos produtores, hoje, é estabelecer um modo de produção favorável ao desenvolvimento de uma sociabilidade em que o “reino da liberdade” comece a preponderar sobre o “reino da necessidade” e assim o ser humano possa se dedicar para o desenvolvimento de outras capacidades humanas, como a arte, a música, a ciência ou mesmo o lazer. Para tanto, “a redução da jornada de trabalho é a condição fundamental” (MARX, 1986, p. 273).

Os eixos centrais acima referidos configuram-se enquanto mediações fundamentais para a realização da emancipação humana e por meio delas processos de luta podem ser mobilizados, objetivando a construção de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem. É esse projeto societário que os/as assistentes sociais referenciados pelo Projeto Ético-político do Serviço Social optam por construir. Esse projeto que orienta a ação político-profissional do CFESS enquanto representação e expressão da organização política da categoria. Mas, para situar melhor a questão, buscaremos, a seguir, realizar uma discussão sobre a construção do Projeto Ético-político do Serviço Social, seus componentes, seu desenvolvimento e consolidação enquanto projeto profissional hegemônico.

3.2 Projeto Ético-político do Serviço Social e a participação política do CFESS na sua construção

Braz e Teixeira (2009), ao problematizarem a relação entre projeto profissional e projeto societário, colocam que aqueles são “impensáveis” sem a remissão a estes; ficam sem fundamento social, pois “os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.” (Idem, p. 05). Assim, considerando que vivemos numa sociedade dividida em classes, a dimensão de classe dos projetos coletivos é uma característica ineliminável de todo e qualquer projeto, inclusive os profissionais.

Sintonizados a um projeto societário, os projetos profissionais podem eleger valores que só se realizam plenamente com a plena realização da sociedade e, portanto, do projeto societário a que fazem referência. Todavia, a impossibilidade de realização plena daquilo que expressa determinados valores em função da vigência de uma determinada e antagônica sociedade, não inviabiliza que esses valores sejam reivindicados e eleitos como patrimônio ético de uma profissão. Pelo contrário, estes valores se materializam na práxis social tensionando para a transformação da sociedade.

Sabe-se que os/as assistentes sociais passaram a construir um Projeto Profissional de Ruptura com o conservadorismo presente na categoria desde pelo menos a década de 1970, ganhando força, como dissemos, nos anos 1980, e nos 1990 consolidando sua hegemonia⁸¹. Até a conquista dessa hegemonia o Projeto Profissional de Ruptura – convencionado chamar de Projeto Ético-político do Serviço Social - percorreu um trajeto que não podemos deixar de mencionar, ainda que sucintamente, sob o risco de abstrair momentos fundamentais e decisivos dessa construção.

O primeiro elemento ou “condição” para início da constituição do novo projeto profissional, segundo Netto (2009), foi a “recusa e a crítica ao conservadorismo profissional” (p. 09). Sem elas a negação do passado conservador não seria possível e, por conseguinte, o processo de ruptura teria sido interrompido desde logo. Mas essa primeira condição não emergiu espontaneamente como um fenômeno natural, conduzindo a história da profissão num progresso linear. Ela esteve muito bem situada historicamente, sintonizada com as mobilizações e discussões que se estabeleciam sobre o Serviço Social em nível de América Latina, impulsionadas pelo Movimento de Reconceituação. Especificamente no Brasil esse processo foi vivenciado simultaneamente à ditadura militar de 1964, variando o ritmo e a cadência com que avançava nas discussões da categoria, por motivos de repressão e censura.

Mas, com a entrada em cena da classe trabalhadora, em especial, do operariado, o processo de resistência, contestação e desgaste da ditadura militar foi

⁸¹ “Pode-se localizar aí a *gênese do projeto ético-político*, na segunda metade da *década de 1970*. Esse mesmo projeto *avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção*” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 13).

sendo acelerado. Nessa conjuntura outros segmentos sociais começaram a intervir de forma mais decidida na luta de classes: trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, movimentos populares, movimentos culturais, órgãos profissionais como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa etc., todos eles reivindicando demandas democráticas e populares (NETTO, 2008).

Nesse quadro, pela primeira vez o projeto conservador no Serviço Social se viu abertamente questionado e tendo que conviver com outro projeto pela disputa de hegemonia na profissão. A condição política para a derrota do conservadorismo na categoria profissional estava dada e cada vitória do campo democrático-popular sobre a ditadura militar era uma vitória do Projeto Profissional de Ruptura contra o projeto conservador. Essa condição era necessária, mas não suficiente. Para a viabilização do novo projeto profissional, outros componentes precisaram comparecer (NETTO, 2009).

Entre esses outros componentes, tem lugar estratégico o amadurecimento teórico e a formação de uma “massa crítica” competente e qualificada. A formação dessa massa crítica se deu a partir da consolidação do Serviço Social no ambiente acadêmico com a criação da pós-graduação e a produção de conhecimento fomentado pelos/as pesquisadores/as da área. Mas, destaca-se com maior importância o fato desse acúmulo teórico ter se dado mediante aproximação e apropriação da perspectiva marxista⁸², coincidindo coerentemente com o projeto de ruptura com o conservadorismo que se empreendia na categoria. Além desse, tivemos também a discussão sobre a reforma curricular que resultou de forma lapidar nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. No entanto, antes mesmo dessas diretrizes, na década de 1980 a categoria já estava bastante empenhada em construir um novo perfil profissional, baseado na redefinição dos componentes

⁸² Dadas as circunstâncias conjunturais da sociedade brasileira, imersa numa ditadura militar que afetou preponderantemente a dimensão cultural no País e impediu o acesso às obras originais do legado marxiano; bem como, considerando as interferências enviesadas da própria perspectiva marxista, advinda do marxismo ocidental, com forte influência do viés dualista e anti-humanista de Louis Althusser, o acesso e as interpretações das obras de Marx sofreram no Brasil e, particularmente no Serviço Social, uma influência também enviesada, particularizando alguns aspectos, considerados predominantes, em detrimento de uma leitura da totalidade da obra marxiana. Tal constatação pode ser evidenciada por Netto (1994) e Coutinho (2010) e nos indicam para o atual momento histórico, a necessidade de uma aproximação a Marx, na sua originalidade, numa releitura de suas obras, especialmente aquelas consideradas da “juventude” para que se recupere a dimensão filosófica que assegura a unidade do pensamento marxista.

curriculares que fundamentavam a formação em nível de graduação. A proposta que se mostrou exitosa se colocou:

No sentido de adequar a formação profissional, em nível de graduação, às novas condições postas seja pelo enfrentamento, num marco democrático, da “questão social” exponenciada pela ditadura, seja pelas exigências intelectuais que a massa crítica em crescimento poderia atender. (NETTO, 2009, p. 13).

Esse redimensionamento de alguns elementos da formação profissional foi responsável, sobretudo, por oferecer condições para o profissional enfrentar com “eficácia e competência” as demandas desafiadoras que se apresentavam para o Serviço Social, tanto as mais tradicionais quanto as que emergiam na sociedade brasileira e requisitavam da profissão qualidade teórico-metodológica e técnico-operativa. Essas, em geral, foram as condições que possibilitaram fazer avançar no terreno profissional um novo projeto coletivo com clara dimensão política, crítico ao conservadorismo e sintonizado com as lutas sociais (NETTO, 2007).

Mas, ainda nesse contexto, já como efeito da consolidação do Projeto Ético-político do Serviço Social, se inscreve também a reformulação do código de ética dos/as assistentes sociais, num primeiro momento muito motivado por posições políticas que não conseguiram equacionar de maneira adequada a reflexão ética na profissão, deixando, em alguma medida, o conteúdo do código de 1986 comprometido. (As razões dessa incompletude do código de 1986 encontram-se explicadas na nota acima, tendo em vista o próprio caráter enviesado do acesso ao legado marxiano que se deu no interior da profissão). Por essa razão, e por querer adequar o código às necessidades emergentes no campo de atuação profissional, principalmente pelas ações profissionais se darem nos ambientes institucionais, e na tentativa de definir princípios filosóficos que orientassem o agir profissional, de forma mais explícita, anos depois foi realizada a sua revisão do código de 1986 que levou ao amadurecimento do código de ética de 1993 (Idem). Este código contém 11 princípios⁸³ norteadores, dentre os quais destaca-se a “defesa intransigente dos

⁸³ “I- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V- Posicionamento em favor

direitos humanos” e a ação voltada para “uma nova ordem societária sem exploração/dominação de classe, raça/etnia ou gênero”.

Isso nos antecipa alguns elementos que foram centrais para a conquista da hegemonia do Projeto Ético-político na década de 1990. Netto (2009) ressalta dois: o primeiro se trata do crescente envolvimento da categoria nos fóruns de discussão que se propunham pensar, organizar e encaminhar coletivamente aquilo que dizia respeito ao Serviço Social: a sua função na sociedade e às próprias modificações pelas quais esta passava. O crescimento dessa participação foi importante, ademais, para o fortalecimento das entidades que representam a categoria, notadamente o conjunto formado pelos Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social - CFESS-CRESS - , a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS - e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO. O segundo elemento foi o alinhamento do movimento profissional às mobilizações democráticas e populares que se desenvolviam na sociedade brasileira, lutando pelo fim da ditadura de 1964 e, por consequência, por conquistas democráticas⁸⁴. Em síntese, a hegemonia foi alcançada pela capacidade que a categoria e seus setores de vanguardas demonstraram ter em articular a “vontade política-organizativa” a uma nova “direção social estratégica” para a profissão (Idem).

da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais bem como sua gestão democrática; VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; IX- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores; X- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física” (CFESS, 2012, p. 24-25).

⁸⁴ Sobre esse segundo elemento Yamamoto (2007a) fala: “o projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos” (p. 223).

Refletindo sobre a consolidação do Projeto Ético-político do Serviço Social, Braz e Teixeira (2009) colocaram alguns elementos que o constituem e os componentes que o materializam. Entre os que o constituem:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (Idem, p. 07-08).

Esses elementos constitutivos do novo projeto profissional se articulam em torno e por meio dos componentes que viabilizam a sua materialização, quais sejam: “a produção de conhecimentos no interior do Serviço Social”, “as instâncias político-organizativas da profissão” e “a dimensão jurídico-política da profissão” (BRAZ e TEIXEIRA, 2009, p. 08-09). Cada um desses componentes expressa, em dada proporção, a realização do Projeto Ético-político do Serviço Social. Mas, isso não quer dizer que através desses componentes o Projeto Ético-político do Serviço Social se concretize plenamente, pois, na medida em que o projeto profissional se constitui tendo por componentes valores e princípios antagônicos à sociedade do capital, a sua integral efetividade só pode se dar numa sociedade emancipada. O que não quer dizer que, pela incompatibilidade com o capitalismo, esses valores e princípios devam ser abandonados ou apenas reivindicados quando houver uma sociedade coerente com os mesmos (BRAZ; TEIXEIRA, 2009). Aqui recolocamos a questão da relação entre projeto profissional e projeto societário, no entanto, tratando agora de forma mais concreta a relação do Projeto Ético-político do Serviço Social com um determinado projeto societário.

Na sua inserção enquanto parte da classe trabalhadora na luta de classes e na disputa interna da categoria, parte dela, dos e das assistentes sociais, desde a ruptura, vincularam-se aos projetos societários de caráter transformador e emancipatório, tendo estes como referência para o desenvolvimento de seu exercício profissional. Inclusive, como fruto desse processo de ruptura com as

práticas tradicionalmente conservadoras da profissão, se conquistou a inscrição de um princípio no Código de Ética de 1993 que informa expressamente a “opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma ordem societária sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24). Ou seja, como resultado da consolidação e hegemonia do Projeto Ético-político do Serviço Social, a categoria profissional assumiu o compromisso de envidar esforços pela transformação da sociedade⁸⁵ ou, se preferirmos, pela emancipação humana.

Ocorre, no entanto, que a prática profissional orientada teleologicamente por um ideário emancipatório se dá no contexto do capitalismo monopolista, ou seja, nos limites de uma política social – ainda que mediada pela luta do proletariado - fomentada pelo Estado burguês que não objetiva – nem poderia - superar a “questão social”, colocando determinações essenciais (objetivos, atribuições, recursos, prazos, metas etc.) ao desenvolvimento da intervenção do Serviço Social que por esse Estado é solicitada. Não obstante o quadro de dificuldades, a profissão tem feito escolhas e criado alternativas coerentes com o seu Projeto Ético-político, desempenhando uma práxis com rebatimentos políticos seja no espaço sócio-ocupacional junto aos usuários de seus serviços e a outros trabalhadores, na produção de conhecimento crítico à sociedade do capital, seja nos processos de luta em que atua junto à classe trabalhadora, nela se reconhecendo.

Nesse processo de amadurecimento da nova direção social para a profissão, o conjunto CFESS-CRESS se constituiu enquanto um espaço de organização política da categoria, embora, a rigor, não seja esta a sua finalidade. O histórico do Conselho Federal de Serviço Social – pelo menos até os anos 1980 -, a semelhança de outros conselhos de fiscalização profissional, nos informa uma atividade de regulação profundamente burocrática e punitivista. Segundo Ramos (2005) a origem dos conselhos profissionais se dá na década de 1930 no contexto do primeiro

⁸⁵ Braz e Teixeira colocam que “não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário” (2009, p. 5).

governo Vargas, atendendo à necessidade de maior controle estatal sobre as profissões⁸⁶.

O conselho profissional responsável por fiscalizar o exercício do Serviço Social, na época Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, só nasceu em 1962, cinco anos depois da primeira lei de regulamentação da profissão. No entanto, apesar dessa distância temporal entre o surgimento de alguns conselhos profissionais na década de 1930 e do CFESS, a condução das atividades do, então, CFAS seguiu “uma lógica meramente burocrática, baseada em uma concepção de fiscalização policalesca e punitiva” (Idem, p. 127), inegavelmente influenciada pela função histórica desempenhada pelos conselhos de fiscalização profissional no Brasil⁸⁷ e pela própria conjuntura da luta de classes nacional e internacional.

Mas, ao final da década de 1970 e início da de 1980, acompanhando a mobilização de setores da esquerda brasileira, o Serviço Social vivenciou um processo de “Intenção de Ruptura” (NETTO, 2008) que iniciou a constituição de uma nova direção social para a profissão, superando o conservadorismo enquanto tendência profissional, até aquele momento hegemônica na categoria. Esse processo também se fez sentir no âmbito do CFESS a partir da maior inserção de profissionais progressistas nos espaços deste Conselho Federal, dos questionamentos sobre o papel político-profissional do CFESS que alargaram a perspectiva de fiscalização e imprimiram uma direção social ao conjunto CFESS-CRESS alinhada ao projeto de ruptura com o conservadorismo, isto é, ao Projeto Ético-político do Serviço Social que estava em construção⁸⁸.

Essa mudança na estrutura e direção do CFESS se expressou de diversas formas: na abertura aos CRESS para a participação nas atividades de fiscalização,

⁸⁶ “No Brasil os conselhos de fiscalização profissionais se formaram a partir da década de 1930, quando o Estado, no âmbito do primeiro governo Vargas, regulamenta profissões e ofícios liberais, no contexto de expansão do padrão de regulação da cidadania. O processo de construção dos conselhos inicia-se, portanto, a partir de um controle político do Estado dentro de uma lógica burocrática e autoritária, na qual os processos eram decididos ‘pelo alto’” (RAMOS, 2005, p. 121-122).

⁸⁷ “Nos marcos históricos do Serviço Social tradicional, os conselhos Federal e regionais de Serviço Social, não distantes da mesma perspectiva conservadora, apenas exerciam o seu papel de controle, em nome do Estado, sobre os profissionais. Eram conselhos corporativistas, com função meramente burocrática e disciplinadora do exercício profissional. Até então, a legislação profissional era resguardada por princípios neotomistas e positivistas, haja vista os Códigos de Ética de 1947, 1965 e de 1975” (SANTOS [et al], 2010 p. 07).

⁸⁸ Naquele momento o novo projeto profissional ainda não havia sido nomeado de Projeto Ético-político do Serviço Social. Esta definição é da década de 1990.

na “realização das primeiras eleições, livres e diretas com voto não obrigatório, para o Conselho Federal, em 1987, o que representava a consolidação do processo de democratização da entidade” (RAMOS, 2005, p. 128) e na elaboração do Código de Ética do/a Assistente Social de 1986 e, posteriormente, no de 1993, ano em que também foi instituída a nova lei de regulamentação da profissão.

Embora a atividade fiscalizadora tenha uma conotação eminentemente policialesca, de controle, e a história dos conselhos profissionais, em geral, e a do CFESS, em particular, reforcem esse caráter, no processo de constituição do Projeto Ético-político do Serviço Social a concepção de fiscalização - atividade precípua dos conselhos de fiscalização profissional - no interior do conjunto CFESS-CRESS foi alterada sensivelmente. A começar pela assimilação dos CRESS que passaram a se estruturar para o exercício de fiscalização de tal modo a contemplar essa atividade nos seus planejamentos. Mas essa atitude de descentralizar a fiscalização profissional em si expressa apenas uma mudança na condução administrativa das atividades. O sentido político democrático só é plenamente manifesto com as modificações da concepção de fiscalização que passaria a ser concebida:

Como instrumento de luta, cujo alvo não mais era exclusivamente os profissionais, mas as instituições; instrumento esse dotado de capacidade de politização, organização e mobilização da categoria, na defesa de seu espaço de atuação profissional (CFESS, 1997, p.24, apud RAMOS, 2005, p. 134).

Apesar do alargamento e da nova concepção que compreende, no exercício da fiscalização, uma dimensão político-pedagógica⁸⁹, o caráter disciplinador e de controle sobre a prática profissional continuou sendo componente da atividade geral que caracteriza a fiscalização. Superou-se o viés punitivista, burocrático e corporativista por uma perspectiva formativa, democrática e politizada, sem, no

⁸⁹ No trecho a seguir, essa mudança de compreensão é reafirmada: “vale ressaltar que esta atividade (a fiscalização) passou por um processo de ampliação e renovação da sua concepção, pois deixou de ter um caráter meramente disciplinador, adquirindo uma dimensão político-pedagógica que evidencia o compromisso da categoria com a qualidade dos serviços prestados enquanto direitos sociais historicamente conquistados e evidencia compromissos coletivos e públicos com as demandas sociais, sobretudo no que se refere à preocupação com a qualidade dos serviços prestados. A concepção diferenciada de fiscalização adotada no Serviço Social reflete na intervenção profissional no campo das políticas públicas e do controle social também com uma análise diferenciada, pois percebe esses espaços como *locus* privilegiado para a disputa de projetos societários e a democratização do acesso aos direitos pelas demandas provenientes do trabalho” (SANTOS [et al], 2010 p. 03).

entanto, abandonar a dimensão punitiva de alguns dispositivos de competência do CFESS enquanto órgão de fiscalização profissional (RAMOS, 2005).

Essa concepção afinada à nova direção social para a profissão foi amadurecida e se materializou na Política Nacional de Fiscalização, documento este que expressou três dimensões de trabalho para o exercício da fiscalização. São elas:

I — Dimensão afirmativa de princípios e compromissos conquistados — expressa a concretização de estratégias para o fortalecimento do projeto ético-político profissional e da organização política da categoria em defesa dos direitos, das políticas públicas e da democracia e, conseqüentemente, a luta por condições condignas e qualidade dos serviços profissionais prestados;

II — Dimensão político-pedagógica — compreende a adoção de procedimentos técnico-políticos de orientação e politização dos assistentes sociais, usuários, instituições e sociedade em geral, acerca dos princípios e compromissos ético-políticos do Serviço Social, na perspectiva da prevenção contra a violação da legislação profissional;

III — Dimensão normativa e disciplinadora — abrange ações que possibilitem, a partir da aproximação das particularidades socioinstitucionais, instituir bases e parâmetros normativo-jurídicos reguladores do exercício profissional, coibindo, apurando e aplicando penalidades previstas no Código de Ética Profissional, em situações que indiquem violação da legislação profissional (CFESS, 2007, Resolução nº 512, p. 08).

As três dimensões referidas, articuladas organicamente sob a direção do Projeto Ético-político do Serviço Social, revelam de forma cristalina uma concepção de fiscalização cuja dimensão punitivista é desprivilegiada em favor e reforço da compreensão adotada de claro viés educativo, ainda que conservando – e não poderia ser diferente dada a natureza fiscalizatória inerente aos conselhos profissionais – a dimensão “normativa e disciplinadora”. Mas não foi apenas o sentido da fiscalização que sofreu uma mudança significativa no processo de ruptura com a hegemonia do conservadorismo no seio profissional. A política de comunicação e de capacitação profissional também foram frentes de atuação impulsionadas pelo CFESS (RAMOS, 2005).

A política de comunicação no CFESS passou a ser tratada como estratégica numa dupla perspectiva: “na primeira como mecanismo de disputa social e na

segunda de fortalecimento da autoestima dos(as) profissionais e da organização dos CRESS” (RAMOS, 2005, p. 137). No primeiro caso, a diretriz para a comunicação dava conta de difundir os posicionamentos ético-políticos da categoria profissional, informar a sociedade sobre a condução governamental das políticas sociais, denunciar os desmontes das mesmas e a lógica privatista impressa à coisa pública, intervindo, assim, no sentido de apresentar o projeto societário emancipatório defendido pela categoria para incidir na disputa dos rumos da sociedade. No segundo caso, a preocupação girava em torno da necessidade de articular a defesa da identidade profissional perante a sociedade, dando visibilidade à profissão, de modo a fortalecer a autoestima dos/as assistentes sociais (Idem).

Outra frente, como citamos, é a da promoção e capacitação profissional. Esta frente é resultado do esforço do Conjunto CFESS-CRESS em materializar uma mediação concreta em consonância com o princípio inscrito no Código de Ética do/a assistente social em que consta o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p. 24). Exemplos da ação nessa frente é a realização do curso Ética em Movimento promovido até hoje (2018) e o curso de capacitação em Serviço Social e Política Social que teve algumas edições. Além desses, podemos citar também os seminários sobre diversas políticas sociais que tem sido realizado por diversas gestões do CFESS e a sua significativa atuação nos espaços de controle social de políticas públicas, articulando a capacidade intelectual de suas dirigentes na elaboração de leis aos posicionamentos críticos às concepções das classes dominantes sobre as políticas públicas, uma ação política que traduz a sua defesa pela ampliação da democracia e pela efetivação dos direitos.

É inegável, portanto, a contribuição do CFESS para a constituição e amadurecimento do Projeto Ético-político do Serviço Social. Porém, há também limites intrínsecos à sua natureza. Embora, conforme inscrito no artigo 5º do seu Estatuto, “o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social não mantêm com os órgãos de administração pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico” (CFESS, 2005, p. 03), na condição de “entidade dotada de personalidade jurídica de direito público” (p. 03), o CFESS precisa prestar contas financeiras ao Estado através do Tribunal de Contas da União - TCU, mesmo não

recebendo nenhum recurso financeiro do Estado brasileiro. Além desse aspecto administrativo-financeiro, a própria finalidade do CFESS⁹⁰ impõe-lhe limites para atuar enquanto mediação para organização política dos/as assistentes sociais, na medida em que sua função precípua é a fiscalização, enquanto a defesa dos interesses trabalhistas está mais vinculada à organização sindical. Entretanto, de modo algum esse elemento anula a contribuição do CFESS para a organização política dos/as assistentes sociais, no máximo fixa-lhe limites.

Assim, não obstante os limites referidos, o CFESS, como expressão da organização política dos/as assistentes sociais, se mostrou uma mediação central na construção do Projeto Ético-político do Serviço Social e continua a ser para o seu aprofundamento e manutenção. Seus posicionamentos além de revelarem o patrimônio acumulado com o processo de permanente ruptura com o conservadorismo na profissão, revelaram também o modo coletivo e democrático com que a categoria profissional conduz a si mesma. Isto é, aquilo que se traduz nas gestões do Conjunto CFESS/CRESS nada mais é do que a síntese das deliberações aprovadas pelo conjunto da profissão no seu maior fórum, o Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS.

Mas, se é inegável a contribuição do CFESS para a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a realização de parte de seus pressupostos nos marcos da profissão, não é sem polêmica que se pode fazer a mesma afirmação tomando por espaço a sociedade, sobretudo, quando considerada a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). Isso porque, um dos princípios que a profissão passou a adotar se relaciona à “construção de uma nova ordem societária”, isto é, à emancipação humana. Este princípio, a exemplo dos outros, também orienta as ações políticas do CFESS. No entanto, se essa orientação se concretiza, é uma questão que merece mais espaço para reflexão. Parece-me possível, de antemão, afirmar alguns pressupostos sobre esta questão: 1º no âmbito da profissão há um acúmulo teórico-político razoável,

⁹⁰ O CFESS, segundo Estatuto, tem por finalidade “orientar, fiscalizar, disciplinar e defender o exercício da profissão do assistente social, em todo o território nacional, conforme os princípios e normas estabelecidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS” (CFESS, 2005, p. 03).

segundo o qual não cabe à mesma impulsionar um processo revolucionário⁹¹; 2º na condição de categoria profissional partícipe da classe trabalhadora, cabe, porém, a escolha ético-política de se vincular à “luta geral do movimento dos/as trabalhadores/as” (Idem, p. 24)⁹². Esses pressupostos situam que a questão deve ser analisada de forma mediada, isto é, sem uma relação mecânica de causa e efeito. A relação entre a ação política do CFESS orientada pelo Projeto Ético-político do Serviço Social e a emancipação humana só é possível ser compreendida como relação mediada, portanto, independente da ação de que se esteja tratando, a intervenção do CFESS não aciona diretamente modificações para a emancipação humana. Apenas mediatamente e inserida num processo de articulação mais ampla de forças sociais podemos considerar a questão. Mas, mesmo nesta configuração, tais mediações só ganham inteligibilidade se apreendidas de um ponto de vista histórico-concreto. É a partir do trato de uma particularidade histórica que a questão da relação mediada entre ação política do CFESS e a emancipação humana se torna concreta⁹³, “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 2011b p. 54). Por isso, buscamos compreender o potencial da ação política do CFESS enquanto possível mediação – parcial e limitada - para o enfrentamento dos retrocessos sociais e para a emancipação humana, situando-o na conjuntura atual de radicalização conservadora marcada pelo golpe jurídico-parlamentar, na qual os pressupostos do Projeto Ético-político do Serviço Social são fortemente tensionados. E assim o fazemos, pois, como disse lamamoto (2009) em outro momento também adverso, “a vitalidade desse projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências e contra-tendências dos processos sociais” (p. 113-114). E, ademais, acreditamos que o:

⁹¹ lamamoto (2007), a esse respeito diz: “o messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão ‘heróica’, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social” (p. 116).

⁹² Conforme Braz e Teixeira (2009, p. 12): “desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras”.

⁹³ “O sujeito só pode tomar como objeto de seu pôr de fim, de sua alternativa, as possibilidades determinadas a partir do meio e por meio do complexo de ser que existe independentemente dele” (LUKÁCS, 2013, p. 76).

Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social contribui decisivamente para a consolidação de uma cultura profissional insurgente, rebelde e de esquerda. Podemos dizer, sim, que esse projeto é uma ideologia afirmativa do nosso *ethos profissional* e que, sob determinadas condições, pode ser tencionado, negado ou revisado — mas sua reafirmação e definição se tornam fundamentais para tecer a unidade do enfrentamento ao projeto político dominante, neste momento de regressão de direitos sociais, políticos e civis, no cenário dos retrocessos golpista, neoliberal, conservador e moralista que imperam no país (MOTA, 2016, p. 50).

Procuraremos identificar, então, quais mediações - considerada a direção do Projeto Ético-Político do Serviço Social - têm sido mobilizadas pelo CFESS no contexto do Golpe jurídico-parlamentar, expressão da radicalização conservadora em nosso país, tomando por referência societária a articulação para a emancipação humana.

4 OS POSICIONAMENTOS POLÍTICOS DO CFESS NO CONTEXTO DE RADICALIZAÇÃO CONSERVADORA: TENSÕES E MEDIAÇÕES PARA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Neste capítulo, concentramo-nos na análise dos posicionamentos políticos do CFESS - no espaço temporal de 2016 a 2018 - expressos a partir do informativo *CFESS Manifesta*, de notas avulsas publicadas no seu site, da Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, nas resoluções do 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS de 2016 e no documento *Carta de Cuiabá* (2016). Neles buscamos apreender a análise de conjuntura que o CFESS vem fazendo do contexto de radicalização conservadora, priorizando, como momento de inflexão, o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Num primeiro momento reproduzimos os elementos de análise do CFESS sobre a conjuntura para, em seguida, problematizar a caracterização que o mesmo faz acerca desse contexto e, especificamente, do golpe jurídico-parlamentar.

Além disso, empreendemos uma reflexão acerca das propostas feitas pelo CFESS com vistas à resistência e ao enfrentamento das tendências regressivas em curso na conjuntura, contidas nos referidos documentos, que apresentam uma orientação política ao conjunto de assistentes sociais. Partimos do pressuposto que o CFESS desempenha uma função dirigente perante a categoria profissional, portanto, as suas análises e propostas contribuem para organizar a ação política das/os assistentes sociais na luta de classes, como membros da classe trabalhadora, de modo à tensionar - no quadro adverso da conjuntura, na sua limitação e parcialidade e em articulação com outros sujeitos coletivos - mediações para a emancipação humana.

4.1 Análise de conjuntura do CFESS

Iniciamos esse item tendo por objetivo reproduzir a análise de conjuntura feita pelo CFESS nos últimos anos. A primeira consideração é de ordem teórico-metodológica. Seguindo a “ancoragem” do Serviço Social no marxismo⁹⁴, o CFESS

⁹⁴ Braz e Teixeira (2009) dizem que um dos elementos constituintes do Projeto Ético-Político do Serviço Social “se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora” (p. 07), isto é, o marxismo.

expressa em suas análises a necessidade de ultrapassar a aparência dos fenômenos imediatos; de apreendê-los criticamente, evitando e combatendo o caráter enviesado das informações disseminadas pelos oligopólios midiáticos das classes dominantes. Nas suas palavras:

Debater o nosso exercício profissional, no contexto de acirramento das posições e das forças políticas no cenário nacional, exige atenção com os acontecimentos e reflexão com potencial crítico. Exige capacidade de irmos além do aparente, reproduzido pelos meios de comunicação dominados pela burguesia, e do simplismo de suas polarizações. Instiga-nos a partir de parâmetros que nos orientem para uma direção política fundamentada nos princípios éticos fundamentais da profissão (CFESS, 2017 [2015], p. 35).

Nesse mesmo sentido, em outro momento, reafirma a importância de se posicionar diante da conjuntura por compreender que os diversos contextos sociais têm implicações no exercício profissional, bem como nas condições de vida da classe trabalhadora⁹⁵, e ressalta também que tais posicionamentos desempenham um papel pedagógico e de orientação política para a categoria:

Isso, porque a categoria ampliou o sentido centralmente tecnocrático de uma autarquia pública de profissão regulamentada e sua função precípua, para redimensioná-la do ponto de vista pedagógico e com clara direção política de defesa dos interesses da sociedade, da profissão, a partir de uma identidade e apoio à classe trabalhadora (CFESS, 2017 [2016], p. 79).

Compreendemos que esses dois apontamentos reforçam a direção ético-política construída nesses últimos anos pela categoria profissional e instigam as/os assistentes sociais a procurarem se formar teórica e tecnicamente para qualificar a sua atuação profissional, sem deixar de se posicionar politicamente ante a realidade, sobretudo, quando ela apresenta uma forte tendência de avanço do conservadorismo. Postas essas breves considerações, passamos a análise de conjuntura propriamente dita.

O CFESS, em várias edições do informativo *CFESS Manifesta*, notas políticas e notícias diversas publicadas no seu site, tem apresentado sua análise a respeito

Essa referência não ao marxismo não anula, em nenhuma hipótese, o pluralismo teórico e político existente na profissão. Apenas reforça a hegemonia de um determinado projeto profissional.

⁹⁵ “É parte do legado dos nossos 80 anos como profissão no Brasil o reconhecimento de que a história nos atinge e nos mobiliza, seja na formação ou no trabalho profissional cotidiano. A natureza de nossa matéria de intervenção implica necessariamente em tomada de posição diante das relações sociais, culturais e políticas que se expressam na conjuntura. Nesse sentido, tornou-se parte de nossa tradição a busca pelo entendimento do contexto social e suas implicações para nossas condições e escolhas profissionais” (CFESS, 2017 [2016], p. 78).

da dinâmica da conjuntura brasileira e internacional. Nesses materiais algumas caracterizações se destacam, atribuindo unidade à interpretação feita pelo CFESS sobre o momento político e econômico pelo qual estamos passando. A princípio, é importante colocar que o CFESS realiza sua análise partindo da crise econômica aberta em 2008 nos Estados Unidos, compreendida como aprofundamento da crise de 1970 e expressão da crise estrutural do capital⁹⁶.

De acordo com o CFESS (2017), em seguida do processo de reestruturação produtiva consolidado décadas atrás no Brasil, que legou substantivos impactos na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora, as classes dominantes locais associadas à burguesia internacional, sob o pretexto da crise econômica, vêm impondo uma agenda contrarreformista com o objetivo de recompor, em níveis mais altos, suas taxas de lucro, intensificando os processos de exploração da força de trabalho no Brasil, o que, por consequência, resultou no acirramento dos antagonismos de classe. A velocidade dos ataques aos direitos sociais tem expressado a “radicalização do neoliberalismo”, sobretudo, a partir ascensão de Michel Temer ao posto de Presidente da República, embora esse processo já estivesse em curso desde governos anteriores⁹⁷:

Não nos pode parecer que os retrocessos sociais hoje em curso no Brasil, e bem destacados pelos movimentos de resistência ao interino e ilegítimo governo Temer, sejam bem uma novidade na busca do capital de se apropriar e aprofundar os processos de exploração da classe com o apoio fundamental do Estado. Não é de hoje que nós, trabalhadores e trabalhadoras, pagamos a conta pela crise (CFESS, 2017 [2016], p. 79).

Mas, ao mesmo tempo em que afirma haver elementos de continuidade entre um momento e outro, chama a atenção para a radicalidade das propostas e para a

⁹⁶ “A crise do capital que se manifesta desde o início dos anos 1970, com aprofundamento a partir de 2008, traz consequências diversas para a humanidade. Não se trata apenas de uma crise financeira, mas de uma crise estrutural do capital” (CFESS, 2017, p. 123).

⁹⁷ Já em 2015 o CFESS indicava alguns elementos de continuidade: “quando tomamos esta referência para pensar o contexto brasileiro nos últimos governos (FHC, Lula e Dilma), observamos elementos de continuidade, em especial no que diz respeito à perda dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, em particular os trabalhistas e previdenciários. Ainda que não possamos deixar de citar as diferenças presentes nos governos petistas (a exemplo da estruturação da Política Nacional de Assistência/PNAS, a relativa valorização do salário mínimo, alguns avanços na política de enfrentamento da violência contra a mulher e a ampliação de direitos trabalhistas para empregadas e empregados domésticos), de fato, a opção pelo governismo expresso num amplo e irrestrito arco de alianças está claramente evidenciada no último pacote do segundo governo Dilma, que ataca direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, como o seguro-desemprego e a pensão por morte” (CFESS, 2017 [2015], p. 35-36).

velocidade com que essas medidas postas em curso pelo “ilegítimo Governo Temer” estão sendo aprovadas⁹⁸, revelando “a pressa que os segmentos dominantes têm, na atualidade, de fortalecer o seu domínio sobre a exploração do trabalho e incrementar a acumulação capitalista” (Idem, p. 80). Esse quadro não permite avaliações que subestimem o caráter social conservador e, em alguma medida, reacionário do processo em andamento⁹⁹. Inclusive, o CFESS tece também considerações importantes a respeito do crescimento desse conservadorismo.

O Conselho Federal de Serviço Social situa o crescimento do conservadorismo no mesmo contexto da crise econômica do capital. Diz que o esgotamento das possibilidades civilizatórias da sociedade burguesa - manifestado com mais vigor de tempos em tempos a partir das crises econômicas - abre espaço para o avanço do conservadorismo e de tendências reacionárias¹⁰⁰, representando uma forte ameaça à garantia do Estado democrático de direito, mesmo nos limites da democracia liberal. Particularmente, ao considerar a realidade brasileira, coloca que o conservadorismo tem vínculos profundos com a tradição autoritária, escravocrata, elitista, machista e antipopular que marca a formação social do país, não sendo o avanço do conservadorismo, portanto, um fenômeno estranho ou inédito no Brasil, porém, não menos preocupante (CFESS, 2017).

A partir da composição do Congresso Nacional (o mais conservador desde a Ditadura Militar¹⁰¹), das manifestações pelo impeachment da Presidenta Dilma

⁹⁸ Quando da ocorrência do 1º de maio de 2016, logo em seguida da aceitação do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff na Câmara Federal dos Deputados, foi lançado uma edição do *CFESS Manifesta* em que dizia: “em especial esse 1º de maio se realiza em um momento em que muitos/as de nós encontramos-nos perplexos com o ataque das classes dominantes, e observando o absurdo avanço da direita, expressivo de uma regressão e inversão de valores” (CFESS, 2017 [2016], p.73).

⁹⁹ Mesmo sendo perceptível o elo de continuidade entre os governos, o CFESS chamava a atenção para a gravidade do momento: “o fato de não serem novidades em nossa história, entretanto, não significa que não sejam piores e, por isso, merecem um nível de resistência à altura do abismo que tem significado todas as propostas em curso do programa chamado ponte para o futuro, enquanto uma radicalização do neoliberalismo” (CFESS, 2017 [2016], p.79).

¹⁰⁰ “O avanço de tendências conservadoras, em muitos casos reacionárias, nas mediações ético-políticas entre o Estado e a sociedade (classes) deita raízes na crise estrutural do capitalismo mundial, que assinala o esgotamento do projeto civilizatório da sociedade burguesa e que pressiona as instituições e estruturas de poder do Estado para ampliação do controle, regulação e manipulação de várias dimensões da vida social” (Idem, p. 60). Em outro trecho o CFESS afirma: “os contextos de crise aguda do capitalismo tornam-se terrenos férteis para a emergência de reformas morais, do fascismo, do obscurantismo, do irracionalismo e tantas outras manifestações de cunho autoritário e anti-humanista” (CFESS, 2017 [2016] p. 63).

¹⁰¹ “Desde a autocracia do regime burguês-militar, não vivenciamos um parlamento tão conservador” (CFESS, 2017 [2016], p. 65).

Rousseff em 2015-2016, e de um conjunto de ideias racistas, machistas e homofóbicas reavivadas neste contexto, o CFESS identifica que o avanço do conservadorismo mais recentemente se articulou de forma direta às investidas das classes dominantes contra os direitos da classe trabalhadora, demonstrando que o mesmo, enquanto tendência ideológica, não se antagoniza aos anseios da burguesia: “o conservadorismo que põe em xeque direitos sociais e humanos no contexto de crise é completamente funcional aos interesses da ordem burguesa” (Idem, [2016] p. 81).

É nessa atmosfera de fortalecimento do conservadorismo e de radicalização neoliberal que ocorre o impeachment e que uma série de contrarreformas são colocadas em andamento, atingindo os direitos trabalhistas, previdenciários; a educação, a saúde; o financiamento das políticas públicas; e o patrimônio nacional. O CFESS desde o início tem se posicionado contra a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 287 - que visa reformar a Previdência Social, e se posicionou firmemente contra a reforma trabalhista e a, atual, Emenda Constitucional 95, responsável pelo congelamento dos investimentos sociais durante 20 anos. Além disso, se mantém contra as propostas reacionárias baseadas na defesa do Estatuto do Nascituro¹⁰² e no Estatuto da Família¹⁰³.

No debate sobre a legitimidade do impeachment, a posição do CFESS foi um tanto imprecisa. Ao mesmo tempo em que qualifica o governo Temer de “ilegítimo”, não caracteriza o impeachment como um golpe de Estado. Essa visão, no entanto, não foi consenso no interior da categoria profissional, tanto que quando deflagrado o processo de impeachment, as notas do CFESS – em especial, as edições do *CFESS Manifesta* – não deram o mesmo tom de gravidade do texto da Carta de Cuiabá, aprovada no 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, em 2016, onde estavam reunidas/os todas/os delegadas/os eleitas/os em assembleias de base nos CRESS. A direção que se sobrepôs na Carta de Cuiabá foi a de qualificar o impeachment como golpe:

Nós, assistentes sociais presentes no 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, realizado de 13 a 16 de outubro de 2016, reiteramos posicionamento contrário aos retrocessos propostos e encaminhado pelo governo ilegítimo de Michel Temer, fruto de um golpe ocorrido no Brasil na

¹⁰² O Estatuto do Nascituro propõe criminalizar o aborto em todas as circunstâncias.

¹⁰³ O Estatuto da Família só reconhece como legítima a família formada por casais heterossexuais.

atual conjuntura. Expressamos nossa indignação com as escolhas econômicas, sociais e políticas que fundamentam o ajuste fiscal, que resultam em cortes na seguridade social e nos mínimos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora em nosso país (CFESS-CRESS, 2016b, p. 01).

A posição do CFESS, como dissemos há pouco, um tanto imprecisa, pode ser resumida assim:

Não nos pode parecer que os retrocessos sociais hoje em curso no Brasil, e também destacados pelos movimentos de resistência ao interino e *ilegítimo governo Temer*, sejam bem uma novidade na busca do capital de se apropriar e aprofundar os processos de exploração da classe com o apoio fundamental do Estado. Não é de hoje que nós, trabalhadores e trabalhadoras, pagamos a conta pela crise. O fato de não serem novidades em nossa história, entretanto, não significa que não sejam piores e, por isso, merecem um nível de resistência a altura do abismo que tem significado todas as propostas em curso do programa chamado ponte para o futuro, enquanto uma radicalização do neoliberalismo (CFESS, 2017 [2016], p. 79).

Enquanto na Carta de Cuiabá se destaca o golpe como momento que possibilitou os retrocessos em curso, a posição do CFESS ressalta elementos de continuidade entre o governo anterior e o “ilegítimo governo Temer”, distinguindo-os por este último ser pior e expressar uma radicalização do neoliberalismo. Porém, em outro momento, o CFESS expressa a gravidade do evento ocorrido:

Esse processo ataca centralmente a legalidade democrática em nosso país e precisa ser desmascarado. Não porque defendemos o atual governo, mas porque defendemos princípios fundamentais como a democracia, mesmo que com suas limitações na ordem burguesa (CFESS, 2017 [2016], p. 75).

A qualificação de “ilegítimo” ao governo Temer e de ataque à “legalidade democrática” ao processo de impeachment, leva a entender que a legitimidade de tal processo é, no mínimo, questionável, o que poderia reforçar a afirmação de que houve um golpe. Mas a ausência de tal afirmação deixa dúvidas sobre um processo que foi eivado de vícios. Consideramos essa discussão relevante por dois motivos: 1- a não qualificação do impeachment como golpe de Estado abre espaço para que os argumentos dos setores dominantes, que se esforçam para dar ares de normalidade ao referido processo, sejam legitimados socialmente; 2- mesmo a qualificação política de golpe, ainda assim, não elucida a problemática questão e a gravidade dela decorrente para a sociedade brasileira, em mais um episódio trágico

de sua história. Portanto, para melhor embasar a discussão, realizamos, a seguir, algumas reflexões sobre o conceito de golpe, levando em consideração o impeachment ocorrido em 2016.

4.2 Sobre a definição de Golpe de Estado e a posição do CFESS

A destituição da Presidenta Dilma Rousseff acendeu a discussão sobre a existência de um golpe de Estado em andamento no Brasil. Tomando por referência também os casos de Honduras, em 2009, quando da deposição de Manuel Zelaya, e do Paraguai, em 2012, quando da interrupção do mandato de Fernando Lugo, muitos analistas, em especial da esquerda, qualificaram esses processos como golpe, muito embora não tenham sido protagonizados nem sucedidos por forças militares. Essa particularidade levanta questões sobre o que caracterizaria exatamente um golpe de Estado.

O acúmulo teórico sobre esse assunto é bastante significativo e tem contribuições de diferentes períodos históricos, o que faz tais formulações a respeito desse tema serem variadas. No geral, a ideia que paira no senso comum é de que um golpe de Estado é um processo levado a cabo por forças militares. Mas nem sempre essa foi a compreensão que se teve. Bianchi (2016) recupera esse debate e coloca que, antes do século XIX, os golpes de estado eram muito característicos de ações extraordinárias promovidas pelos príncipes (ou soberanos) que se viam forçados a agir em “situações difíceis e desesperadas, contrariamente à lei comum, sem manter qualquer forma de ordem ou justiça, colocando de lado o interesse particular em benefício do bem público” (NAUDÉ, 1679, p. 110, apud, BIANCHI, 2016, p. 01). Para Bianchi essa formulação apresenta dois elementos centrais para definição de um conceito de golpe: “seu sujeito e os meios excepcionais que este utiliza” (2016, p. 01).

Após o século XIX há uma mudança importante no conceito de golpe, pois o sujeito deixa de ser exclusivamente os príncipes ou soberanos e o lugar, agora, extrapola os limites dos palácios imperiais: “A trama que resulta no *coup d'état* era, assim, mais intrincada e envolvia atores que estavam fora do palácio, em especial aqueles que se encontravam na Assembleia Nacional e sem os quais o golpe não

teria sido possível” (Idem, p. 02). Ao longo do século XX o desenvolvimento conceitual de golpe de Estado o apresentaria como “o próprio ato de conquista do poder político” (p. 02), não opondo revolução à contrarrevolução, mas compreendendo-os enquanto parte de um mesmo “ato”; para depois buscar diferenciá-los a partir do sujeito: na revolução seus protagonistas são as massas populares; no golpe de Estado, a “burocracia estatal”, em muitos momentos identificadas com as forças armadas e a polícia, as quais foram responsáveis por diversos golpes¹⁰⁴.

Bianchi (2016) vai dizer, porém, que essa definição não daria conta de explicar processos “extraordinários” promovidos por forças do poder Legislativo e do poder Judiciário. Referindo-se às circunstâncias ocorridas em Honduras, no Paraguai e, mais recentemente, no Brasil, em que três presidentes foram destituídos de seus cargos por forte atuação do Legislativo e do Judiciário, Bianchi fala que “o conceito precisa, portanto, ser alargado” (2016, p. 04). O mais importante, nessa nova definição, parece ser a identificação do sujeito, dos meios que utiliza e do fim que pretende alcançar.

No trato específico dos três casos citados, alguns elementos aparecem comuns aos mesmos. Desde o início de seus mandatos (ou de seu novo mandato) houve tentativas de desestabilização, até mesmo de interrupção imediata através de não reconhecimento do resultado e pedido de recontagem dos votos¹⁰⁵; a participação da mídia na criação de uma atmosfera de descrédito em relação aos governos foi uma constante¹⁰⁶; a atuação de facções do parlamento no sentido de inviabilizar os mandatos presidenciais se fez presente; e o ativismo político do judiciário¹⁰⁷, variando o grau, também foi componente definidor no desenlace dos

¹⁰⁴ “O golpe militar é, sem dúvida, a forma predominante durante o século XX” (BIANCHI, 2016, p. 04).

¹⁰⁵ “Nos três casos, após o fechamento das urnas a oposição demonstra sua vocação antidemocrática ao não reconhecer o voto popular, seja através da revisão do resultado eleitoral ou em imediatos pedidos de destituição ainda na primeira semana de governo, como no caso Paraguai” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p.133).

¹⁰⁶ “A interferência da mídia monopolizada foi recorrente em Honduras, Paraguai e Brasil. Os principais meios de comunicação desses países dedicavam-se a desqualificar seus governos e respectivas políticas. [...] Nos três eventos, o oligopólio da mídia colaborou para a criação de um clima político em que a destituição não era apenas inevitável, mas necessária” (Idem, p. 134).

¹⁰⁷ “Nos três episódios neogolpistas, a participação, direta ou indireta, do sistema de justiça foi fundamental. No caso do brasileiro, ela ocorreu pela omissão do Supremo Tribunal Federal, quando se absteve de declarar a inconstitucionalidade da acusação, e pelo clima de linchamento político

três processos que resultaram na interrupção das gestões presidenciais de Manuel Zelaya, Fernando Lugo e Dilma Rousseff, além do envolvimento das classes dominantes. Embora em todos os três casos elas tivessem seus interesses, em graus diferentes, contemplados¹⁰⁸.

Temos aqui uma série de forças articuladas em torno do protagonismo jurídico-parlamentar voltado para o golpe. Os meios revelam a necessidade de criação de um razoável, mas não pleno, consenso social, cuja responsabilidade é assumida pelos conglomerados midiáticos, combinados a procedimentos formalmente legais conduzidos pelo Legislativo ou pelo Judiciário que desempenham a função de atribuir legalidade ao processo golpista. O objetivo é a exclusão de qualquer possibilidade de direção social que não esteja completamente alinhada ao projeto das classes dominantes. Por menor que seja, o inconveniente deve ser suprimido.

A formulação de Bianchi nos parece traduzir bem o conceito “alargado” de golpe:

O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os *meios* são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O *fim* é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (BIANCHI, 2016, p. 04).

criado pelos *vazamentos seletivos* e espetacularização das investigações que afetavam políticos do governo. Em Paraguai, o *Fiscalía* atuou politicamente diante de um conflito de terra sanguinário que desgastou ainda mais o governo. Esse, por sua vez, passou a ser acusado de semear conflitos entre ricos e pobres. A Corte Suprema não atuou para defender o direito de defesa do presidente Fernando Lugo e fechou os olhos para um jogo em que o final já estava decidido previamente. Com Zelaya, a Corte atuou diretamente ao ordenar que as Forças Armadas o retirassem do palácio presidencial em armas e sem direito de defesa” (Idem, p. 134).

¹⁰⁸ “Tanto Lugo, quanto Rousseff elegeram-se por coalizões com partidos conservadores. o primeiro caso, o vice-presidente de Lugo era do PLRA. No segundo, o vice-presidente era do PMDB. Ambos os segmentos mantinham forte ligação com as oligarquias locais, o agronegócio, o empresariado e, em dado momento da crise, abandonaram a base aliada, passando a ter forte atuação para concretização do impeachment” (Idem, p. 134).

O caso brasileiro incorporou ainda um elemento a mais fundamental para o êxito do golpe jurídico-parlamentar: a entrada em cena de um movimento de massas favorável ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Mesmo que se possa questionar a espontaneidade desse movimento - pois que foi financiado por diferentes partidos de direita, por organismos internacionais, e instigado, noticiado e enaltecido amplamente pelo conglomerado midiático brasileiro -, em dado momento ele chegou a superar quantitativamente as manifestações sociais de um setor da esquerda que saiu em defesa do mandato da então presidenta. Essas movimentações de massas da direita foram responsáveis por legitimar socialmente o sucesso do golpe de estado no Brasil.

Consideramos, portanto, à luz das reflexões apresentadas, que o suposto impeachment realizado contra a ex-presidenta Dilma Rousseff foi, na verdade, um golpe de estado. Porém,

Não achamos que isso se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos “inconvenientes” não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao “republicanismo” e, claro, à democracia (BRAZ, 2017, p. 89).

A realização de um golpe que ocorre não com a cassação de direitos típicos de Estados democráticos, mas apesar deles, certamente representa uma situação inédita e paradoxal, porque frente a ela se exige a defesa da democracia mesmo quando as instituições que formalmente a representam continuam em pleno funcionamento. Desse modo, a defesa da democracia e a condenação do impeachment enquanto golpe tem relevância política e pode servir para mobilizar contingentes populares significativos contra recuos ainda maiores, mas é preciso “ir além do mero emprego político do termo” (ARAÚJO; PEREIRA, p. 126). Compreender concretamente o ineditismo do golpe de estado no Brasil em 2016 é a única forma possível de enfrentá-lo conseqüentemente. Do contrário, corre-se o risco de pensar que a derrota do golpe e a restauração da democracia dependerão

exclusivamente das eleições, quando, pelo contrário, estas podem acabar servindo para a legitimação daquilo que resultou no cancelamento do voto popular. Evidentemente, não se trata de diminuir o valor das eleições, pois se elas em si não representam a amplitude do significado da democracia, sem elas tampouco pode-se falar em vida democrática. Trata-se, entretanto, de não superestimá-la nem tomá-la como a única estratégia frente ao golpe.

Tendo feito essas considerações sobre o conceito de golpe de Estado, nos parece que os elementos de análise apresentados pelo CFESS a esse respeito não traduzem com rigor o que realmente houve, o que pode induzir a avaliações que subestimem as tendências regressivas em andamento. Tampouco o mero emprego político da qualificação de golpe contida na Carta de Cuiabá ajudará mais a desvendar a sua trama real e as forças que operam por trás dela, ainda que politicamente possa surtir um efeito favorável no curto prazo. Teoricamente permanece o caráter impreciso da análise a respeito do episódio que resultou na interrupção do mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

A despeito dessa questão, o CFESS expressa compreensão de que o momento é grave para a classe trabalhadora, para as forças da esquerda e também para o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Por isso, frente a essa conjuntura o CFESS apresenta publicamente várias posições e propostas políticas para a resistência e enfrentamento das forças conservadoras e dos seus ataques que trataremos adiante.

4.3 A relação entre as mediações políticas afirmadas pelo CFESS no contexto de radicalização conservadora e a emancipação humana.

Embora a relação entre projeto profissional e projeto societário não seja de mera identidade, há de se frisar, no entanto, que ela revela um vínculo ético-político que os articula dinamicamente. Ou seja, do mesmo modo que um projeto societário, um projeto profissional também reivindica valores¹⁰⁹ para a prática de seus agentes, podendo ser ou não os mesmos para dois projetos. Porém, da materialização de um

¹⁰⁹ “A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em outras palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação de *valores* que a legitimam socialmente” (2009, NETTO, p. 02).

projeto profissional não resulta a materialização de um projeto societário, ainda que entre eles haja o compartilhamento dos mesmos valores éticos.

Na sociedade em que vivemos os projetos coletivos são determinados pelos antagonismos de classe¹¹⁰ que caracterizam a sociedade capitalista. Portanto, de forma mais ou menos explícita, os projetos coletivos – societários ou profissionais – refletem vínculos com as classes fundamentais – burguesia e proletariado – desta sociedade. No caso dos projetos profissionais que demonstram explicitamente seu vínculo com o projeto societário do proletariado – aqui compreendido como emancipação humana -, a sua existência resulta praticamente numa constante contradição com a sociedade burguesa, tensionando alguns aspectos de seus fundamentos.

Ora, se, por um lado, o tensionamento de alguns aspectos dos fundamentos da sociedade burguesa por parte da ação política de uma profissão é algo, como vimos ao longo da exposição, possível, por outro, o tensionamento pleno de todos os fundamentos desta mesma sociedade, elevado ao ponto de sua superação, não condiz, em absoluto, com os efeitos que uma intervenção profissional pode provocar, por mais otimismo que se tenha a seu respeito, “exceto se se quiser esterilizar no messianismo” (NETTO, 2009, p. 06). A dimensão da questão posta transcende em muito não só a função institucional atribuída a uma profissão, como também a sua própria vontade, se fosse o caso. A superação da sociedade capitalista não depende da ação política de uma profissão exclusivamente, por melhor intencionado que seja o seu agente¹¹¹. Isso serve também para o Serviço Social.

Entretanto, não se exclui o potencial da ação política de uma profissão, ainda mais quando, a exemplo do Serviço Social, seu agente tem por pressupostos valores ético-políticos emancipatórios. Assim, na conjuntura atual, buscamos analisar o potencial das mediações políticas acionadas pelo CFESS – considerando os seus limites e parcialidades - para organizar o Serviço Social, inserindo-o numa articulação mais ampla de sujeitos políticos, em direção à resistência e à emancipação humana.

¹¹⁰ “Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, etnia)” (Idem, p. 02).

¹¹¹ Sobre o debate messianismo e fatalismo ver lamamoto (2007b, p.113-118).

Antes de tudo, é importante registrar que o CFESS, em suas análises e ações, tem expressado o legado construído pela categoria profissional ao longo desses últimos anos após a Intenção de Ruptura. Suas posições reafirmam os valores ético-políticos eleitos pela profissão: defendem a democracia, a consolidação da cidadania, os direitos humanos, a equidade e a justiça social etc. As formas de luta propostas e contidas em sua práxis são as mais diversas: manifestações de rua, ocupação de espaços institucionais os mais variados, greves, paralisações, envolvimento em frentes de luta e espaços de formação. De tal modo que há, no nosso entendimento, o reforço da direção social conquistada pela profissão expresso no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Na análise que fizemos de seus documentos apresentados nos últimos dois anos (2016-2018), identificamos várias propostas, as quais condensamos nas seguintes mediações¹¹²: 1- democratização da sociedade; 2- unidade da esquerda; 3- auto-organização dos/as trabalhadores/as; 4- disputa de concepção de mundo¹¹³. Além dessas mediações, o CFESS também apresenta bandeiras defendidas pela categoria.

Na primeira mediação política, democratização da sociedade, o CFESS articula duas dimensões intimamente associadas: a da defesa de direitos e das políticas públicas; e a da articulação com movimentos sociais, conselhos profissionais, trabalhadores/as e usuários/as. A primeira dimensão fica evidente na seguinte colocação:

O Conjunto CFESS-CRESS tem participado de várias conferências nacionais na saúde e em diferentes conselhos em defesa das políticas públicas, por entender que ainda são espaços em que estão postas discussões importantes no interior das quais podemos incidir, defendendo os direitos da população usuária e o financiamento público dos serviços. Compreendemos que vem sendo possível travar algumas disputas e impor resistências à precarização e privatização dos serviços, além de apontar as

¹¹² Os eixos de mediação são sínteses feitas por nós que condensam várias propostas e bandeiras políticas defendidas pelo CFESS que, para efeito de sistematização, resolvemos apresentar na forma de eixos.

¹¹³ As concepções de mundo estão contidas em toda “linguagem”, “senso comum”, “bom senso” e em “todo sistema de crenças” (GRAMSCI, 2017, C11, §1, p. 93). Em maior ou menor medida elas expressam as diversas concepções de mundo constituídas em sociedade. O CFESS, aderindo a uma concepção de mundo crítica e autoconsciente intervém no sentido de difundi-la ao mesmo tempo em que submete à crítica radical outras concepções de mundo que reforçam no “homem-massa” o “senso comum”. Portanto, a disputa de concepção de mundo busca representar uma “atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do ‘senso comum’” (Idem, p. 101).

contradições desses espaços, reconhecer seus limites e expor as posições da categoria de assistentes sociais nas pautas em discussão. (CFESS, 2017a¹¹⁴).

Nessa dimensão se sobressai a ocupação de espaços institucionais para a disputa dos rumos das políticas públicas: seu financiamento público, sua garantia com qualidade, seu caráter universal e sua gestão democrática com a participação de todos os segmentos de direito. Essa disputa também envolve a denúncia ao processo de desmonte das políticas sociais que tem por objetivo favorecer os interesses privados das classes dominantes em detrimento das necessidades da maioria do povo brasileiro.

A atuação do CFESS nesses espaços de controle social não é recente, por isso mesmo significa que é uma atuação consciente dos seus limites e das suas contradições. Os espaços de conferências e conselhos de direitos não são homogêneos, pelo contrário, muitas vezes comportam interesses antagônicos, dependendo de uma correlação de forças favorável para expressar as necessidades das classes trabalhadoras¹¹⁵.

A postura do CFESS de incidir sobre os mais diversos direitos, expressando seu posicionamento em favor da ampliação e da consolidação dos mesmos também pode ser identificada na seguinte passagem:

A concepção de seguridade social defendida pelo Serviço Social se sustenta em um modelo que inclua todos os direitos sociais previstos no art. 6 da Constituição Federal (moradia, lazer, segurança, previdência, assistência social, educação, saúde e trabalho). Modelo que se pauta também pelos princípios da universalização; da garantia das políticas sociais como um direito e, portanto, responsabilidade do Estado; do orçamento redistributivo e da estruturação radicalmente democrática (CFESS, 2017 [2016], p. 91).

¹¹⁴ Esse trecho está compõe uma matéria publicada no site do CFESS. Para ver a matéria completa, lançada no dia 17 de agosto de 2017, acessar: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1398>.

¹¹⁵ “Os Conselhos e as Conferências não são espaços neutros, nem homogêneos, pois neles existe o embate de propostas portadoras de interesses divergentes para dar o rumo das políticas sociais na direção dos interesses dos segmentos das classes dominantes ou das classes subalternas lá representados, mesmo que estes interesses não sejam explicitados como tais. Estão presentes interesses da rede privada, corporativos, clientelistas, de entidades sociais, dos setores populares organizados e dos sindicatos. Isso quer dizer que o controle social é uma possibilidade neste espaço, a depender da correlação de forças dentro dos mesmos que, por sua vez, é resultante da correlação de forças existente no conjunto da sociedade civil” (CORREIA, 2013, p. 323).

Além disso, o CFESS também tem encampado a luta pelos direitos humanos¹¹⁶, pelos direitos das mulheres¹¹⁷, de negros e negras¹¹⁸, pessoa idosa, pessoa com deficiência¹¹⁹, população migrante¹²⁰, LGBT etc. É nessa perspectiva de defesa ampla dos direitos que o CFESS busca articular-se a outras organizações identificadas com os anseios populares. Essa articulação e essa disputa contribuem também na disputa de consciência junto, sobretudo, aos/às usuários/as no que se refere à noção de direitos sociais.

Tais ações têm por objetivos o aprofundamento da democracia e a consolidação da cidadania para a garantia da equidade e da justiça social. No entanto, a concepção sobre a democratização da sociedade expressa pelo CFESS e defendida pela categoria não tem por fundamento as teorias liberais. Isto é, ela não se limita à concepção de democracia formal; se fundamenta numa visão que transcenda esse campo.

Quando da reformulação do Código de Ética de 1993, a Comissão Técnica Nacional de Reformulação do Código de Ética do/a Assistente Social elaborou um documento no qual está expressa uma concepção de democracia e de seu papel na transformação social. Tal discussão é apresentada sob um duplo aspecto: a democracia como a via para a construção de outra ordem social; e a democracia como a realização do “único padrão de organização política” onde a liberdade e a equidade podem se explicitar plenamente.

¹¹⁶ “O Conjunto CFESS-CRESS conclama todas/os as/os assistentes sociais, assim como se une a outros sujeitos políticos e coletivos, para uma participação crítica na construção das Conferências Conjuntas de Direitos Humanos, tendo como objetivo a urgente intensificação das lutas históricas pela necessária efetividade desses direitos no Brasil” (CFESS, 2017 [2016], p. 71).

¹¹⁷ “Em consonância com o nosso projeto ético-político, reafirmamos a defesa intransigente da liberdade e dos direitos das mulheres; da legalização do aborto, como questão de saúde pública e como direito sexual e reprodutivo das mulheres. Reafirmamos o posicionamento contra a ‘reforma da previdência e a precarização do trabalho feminino e a luta pelo fim da violência sexista” (CFESS, 2017, p. 118-119).

¹¹⁸ “O Conjunto CFESS-CRESS aprovou, no seu último Encontro Nacional, realizado em setembro de 2017, a Campanha de Gestão, cujo tema será ‘Assistentes Sociais no combate ao racismo” (CFESS, 2017b, p. 02).

¹¹⁹ “O Serviço Social defende os direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, tanto no campo da defesa da seguridade social pública, na perspectiva de que políticas sociais devem garantir acesso a bens e serviços elementares à vida; quanto no campo da ética e dos direitos humanos, para que sejam pensadas a partir das necessidades e reivindicações das pessoas com deficiência e idosas” (CFESS, 2017c, p. 02).

¹²⁰ “É urgente encontrarmos formas que nos levem a um horizonte de unidade, na luta pelos direitos de migrantes e refugiados/as com os demais segmentos da classe trabalhadora” (CFESS, 2017 [2016], p. 89).

O primeiro aspecto situa a importância da luta pelo aprofundamento da democracia na perspectiva da ampliação e da consolidação da cidadania, porém não de uma cidadania baseada nas concepções limitadas e restritas do liberalismo, mas sim numa concepção redefinida, abrangente. Segundo tal definição, o processo de democratização da sociedade, traduzida na progressiva conquista de direitos, levada ao limite, geraria um impasse frente à dinâmica da acumulação capitalista, cuja tensão seria insolúvel nos marcos do capitalismo, colocando na ordem do dia a necessidade do socialismo. Dito de outro modo:

A luta pela democracia, assim como pela expansão e consolidação da cidadania, continua a ser uma tarefa primordial para toda a sociedade e, como tal, também para os assistentes sociais. Em particular, cumpre-nos uma contribuição efetiva nesse processo pela manutenção e ampliação dos direitos sociais e políticos das classes trabalhadoras, e, conseqüentemente, por uma redefinição mais abrangente de cidadania. Nesse sentido, cabe considerar que um alargamento do patamar de direitos sociais depara-se inevitavelmente com os limites impostos pela lógica de reprodução das relações sociais capitalistas. Não se trata, pois, de assegurarmos simplesmente o nível de satisfação das demandas sociais; parametrados pelo limite mínimo ou máximo aceito pela ordem política liberal. Observa-se, assim, que o pleno aprofundamento da democracia, impulsionada para além desses limites colide com a dominação capitalista e, ao mesmo tempo, coloca na ordem do dia a atualidade do socialismo (PAIVA [et al], 2012, p. 195-196).

Fica evidente, portanto, que na concepção referida a luta democrática dispõe de centralidade na construção de uma outra ordem societária, isto é, centralidade na construção do socialismo. No entanto, mais do que uma mediação para o socialismo, em alguns momentos nos parece que a democracia é compreendida, na formulação daqueles autores, como o “único padrão de organização política” em que valores ético-políticos poderiam se desenvolver plenamente. Dizem exatamente assim:

Entendemos que a realização da democracia corresponde, em determinado contexto histórico-concreto, ao patamar de socialização da participação política e, sobretudo, da riqueza produzida e da garantia de direito ao trabalho digno para a totalidade dos cidadãos. A democracia torna-se, portanto, valor ético-político central na medida em que é o único padrão de organização política capaz de promover e assegurar a explicitação de valores essenciais como liberdade e equidade (Idem, 196).

A centralidade da democracia na luta pela construção de uma ordem social sem exploração e dominação capitalista, cujo “padrão de organização política” é a

democracia plenamente realizada, articula sob esta perspectiva de luta vários outros princípios, como vimos: cidadania, equidade, justiça social, liberdade etc. A democracia, nesses termos, é ao mesmo tempo “condição indispensável para a conquista dos direitos de cidadania e [...] para a criação de uma ordem societária onde a liberdade não sacrifique os ideais de igualdade social” (Idem, p. 200).

Na concepção marxiana, a conquista dos direitos de cidadania e ampliação da democracia representam realizações da emancipação política, isto é, de conquistas parciais, desviadas, limitadas, mas, ainda assim, de “um grande progresso” (MARX, 2010a, p. 41). Frisamos que Marx não ignorava a importância das conquistas de emancipação política, inclusive, além de fazer referências na sua *Sobre a questão judaica*, Marx (2013b), em *O Capital*, coloca claramente a relevância da luta pela redução da jornada de trabalho para a organização dos trabalhadores/as, sendo esta também uma conquista de direito nos limites da emancipação política.

Porém, a dedução de que o alargamento dos direitos sociais confrontados com os limites possíveis do capital colocaria o socialismo no horizonte das lutas, não é uma tese que se possa afirmar sem polêmica. Lessa (2007) vai dizer sobre esse assunto, que a relação entre emancipação política e emancipação humana é de negação histórica. Enquanto a emancipação política resulta na consolidação da sociedade burguesa, “a emancipação humana é a superação histórica mais completa e radical do mundo da emancipação política” (LESSA, 2007, p. 09). E ele continua:

Somente podemos pensar que a emancipação política é uma etapa histórica no caminho da emancipação humana no preciso sentido de que o comunismo apenas pode vir a ser a partir do patamar de desenvolvimento das forças produtivas possibilitado pelo capitalismo. Mas não há qualquer sentido, nos termos colocados por Marx, considerar que a radicalização da emancipação política possa realizar o milagre de convertê-la em mediação para a emancipação humana. A radicalização da cidadania só conduzirá a uma cidadania mais radical, mas jamais à superação do Estado, da propriedade privada e do casamento monogâmico – que é a plataforma da emancipação humana (Idem, p. 09).

A posição de Lessa (2007) aparenta ser mais coerente com a formulação marxiana do problema da emancipação humana. O processo de democratização da sociedade se dá fundamentalmente com a ampliação dos direitos de cidadania, ou

seja, é um processo que se desenrola nos quadros do Estado, por meio dele, alargando os seus limites, mas ainda assim no âmbito da emancipação política. Marx (2004), a esse respeito, diz ser um erro pensar a construção de uma nova sociedade a partir de “subvenções” do Estado, pois essa perspectiva retira do proletariado a iniciativa histórica - autônoma e independente - e se baseia numa compreensão de que o Estado paira acima dos interesses das classes, independente delas.

Mas, dizemos novamente, não se trata de cancelar o potencial das lutas democráticas no âmbito da luta pela emancipação humana, nem tampouco de supor a ultrapassagem imediata do Estado, como se fosse possível superá-lo por mero gesto de vontade. Importa tão somente questionar a validade da *centralidade* da luta pela democracia como uma mediação predominante para a realização da emancipação humana.

Ademais, como estamos realizando a análise no contexto de radicalização conservadora em andamento no Brasil, ressalta-se que os vetores regressivos desta sociedade têm se voltado contra os direitos sociais e a democracia – comportamento político típico das classes dominantes brasileiras¹²¹ ao longo da história do país –, refletindo uma tendência internacional desde a crise de 1970, intensificada após a crise em 2008, de retirada de direitos e forte ajuste fiscal¹²² para a recomposição das taxas de lucro do capital. Além disso, sinaliza também que no atual momento histórico qualquer luta democrática, em determinadas formações sociais – e esse parece o caso brasileiro -, tem entrado em confronto direto com os interesses de reprodução do capital. Não obstante as limitações, a diretriz política do CFESS desempenha a função de organizar a intervenção política de assistentes sociais, enquanto parte da classe trabalhadora, seja na esfera do próprio CFESS – ou dos CRESS, nos conselhos e conferências de direito, se envolvendo nas lutas gerais dos

¹²¹ “No Brasil a burguesia nacional se aliou aos setores mais reacionários, como a aristocracia escravagista, o que desencadeou uma classe dominante e política antinacional, antidemocrática e antipopular, submissa também ao capital internacional, em especial à burguesia norte-americana, capaz de adotar mecanismos e instrumentos antidemocráticos frente a qualquer expressão de organização dos grupos subalternos” (MUSTAFÁ; SILVA; ANSELMO, 2018, p. 422).

¹²² “A crise da globalização iniciada em 2008 foi um divisor de águas na política internacional, levando as classes dominantes do Norte global a recorrer ao intervencionismo estatal a fim de tentar estabilizar o sistema. No entanto, uma vez assegurado tal objetivo, voltaram à ofensiva sobre as classes subalternas com uma versão ainda mais crua de neoliberalismo. Os trabalhadores estão pagando a conta da crise por meio de rigorosos planos de austeridade e de padrões de vida cada dia mais baixos” (BRAGA, 2017, p. 22-23).

movimentos populares etc., na perspectiva de alargamento da democracia e conquistas de direitos de cidadania.

A segunda mediação, unidade da esquerda, é uma das mediações políticas mais aventadas ante a conjuntura de radicalização conservadora. Ela se coloca em duplo sentido: um imediato, voltado para a resistência aos ataques desferidos contra a democracia e à classe trabalhadora; e outro mediato que aponta a necessidade de reconstrução de um campo de esquerda. O CFESS situa que:

Nessa conjuntura de retrocessos sociais, econômicos, políticos e culturais, o Serviço Social brasileiro reafirma seu compromisso com a liberdade e a democracia, conclamando os/as assistentes sociais a se mobilizarem nos *espaços coletivos* contra os avanços do neoconservadorismo na atual conjuntura (CFESS, 2017 [2016], p. 83).

E em outro trecho afirma que:

Os retrocessos que aqui qualificamos precisam ser enfrentados na recuperação de *frentes de luta* no campo da esquerda, na reconstrução de temas e estratégias que fomentem a *unidade* de partidos, sindicatos e movimentos anticapitalistas (Idem, p. 82).

A ocupação dos espaços coletivos de mobilização como uma das expressões da unidade da esquerda no sentido da resistência e do enfrentamento aos retrocessos dessa conjuntura explicita, por um lado, o entendimento do CFESS a respeito dos graves riscos contra a democracia e os direitos sociais nesse momento de ofensiva das classes dominantes, e, por outro, a compreensão política de que é preciso intervir prática e unitariamente enquanto campo de esquerda para resistir e sustar a radicalização conservadora. (Destaca-se a autoconsciência sobre sua posição no espectro da esquerda, convocando os/as assistentes sociais para assumir essa perspectiva de luta).

No entanto, mais que atuar no plano imediato, o CFESS demonstra a necessidade de recomposição do “campo emancipador” que avance na luta de classes:

Se apontamos a necessidade urgente de reconstrução do campo político com um caráter crítico e radical, temos esperança no poder histórico das lutas sociais. Assim, nos posicionamos contra a crescente onda conservadora, porque ela atinge também nossas reivindicações históricas. Reforçamos a importância de proteger as conquistas da democracia, que, a

despeito de suas contradições, resguardou a duras penas os direitos e legalidade de organização da classe trabalhadora. Ressaltamos, no entanto, que o caminho essencial para a força e unidade dos/as lutadores/as é, sem dúvida, a busca por superarmos ilusões e mitos e avançarmos na articulação política coletiva da classe. Sigamos juntos/as com quem se mantém na luta, sintonizando discursos e práticas cotidianas em defesa dos/as trabalhadores/as e o projeto de emancipação humana (CFESS, 2016e).

Na convocação política do CFESS, vem ao primeiro plano, a intervenção decidida na luta de classe e a compreensão de que é por meio dela que se expressa “o poder histórico das lutas sociais”. O próprio apontamento sobre a urgência na reorganização de um campo político de esquerda decorre da “esperança” na luta da classe trabalhadora. A unidade, nessa conjuntura de radicalização conservadora, aparece, portanto, como uma mediação política que articula dialeticamente as necessidades políticas urgentes da classe trabalhadora em defender conquistas democráticas, ao momento de reorganização de um “campo político com um caráter crítico e radical” para seguir na luta de classes pela emancipação humana.

Marx e Engels (2017), quando se refere à unidade, está apontando para a necessidade de unidade entre o proletariado¹²³ com a perspectiva de sua organização enquanto classe e de seu caráter internacional¹²⁴. A unidade, enquanto mediação política, na forma apresentada pelo CFESS atua de modo um pouco distinto. Desdobra uma ação imediata e, ao mesmo tempo, articula uma mediação para a organização de um campo de luta pela emancipação humana, como uma frente. Nesse caso, a unidade desempenha uma função política importante, orientando os/as assistentes sociais a se somarem unitariamente aos espaços de articulação coletiva, com o objetivo de resistir aos retrocessos em curso e de recompor um grande campo político classista. Na atual conjuntura de extrema fragmentação da classe trabalhadora que tende a piorar com a reforma trabalhista e a nova lei da terceirização, a unidade é uma mediação essencial para a articulação

¹²³ No Manifesto comunista Marx e Engels (2017) fazem a seguinte observação: “de tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é êxito imediato, mas *a união cada vez mais ampla dos trabalhadores*” (p. 29).

¹²⁴ Além da convocação clássica “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 2017, p. 51), outro trecho do Manifesto do Partido Comunista também faz alusão à natureza internacional que a luta do proletariado deve ter: “nas diversas lutas nacionais dos proletários, [os comunistas], destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, *independentemente da nacionalidade*” (Idem, 2017, p. 33); ou ainda na seguinte passagem: “os comunistas são acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade. Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem” (p. 38).

das forças do proletariado no enfrentamento à ofensiva da burguesia e para romper com os corporativismos e particularismos acentuados com a reestruturação produtiva e a flexibilização da legislação trabalhista.

Mas, ainda assim, a unidade é uma mediação política que, se não enlaçada a outras mediações, seu potencial se esvanece no plano imediato da luta de classes. Portanto, mais do que responder à conjuntura imediata, embora importante, a unidade deve estar articulada à organização do proletariado no seu processo de constituição em classe.

A terceira mediação, a auto-organização dos/as trabalhadores/as de forma autônoma e independente, também aparece com peso significativo entre as análises do CFESS. O êxito dessa mediação, inclusive, se relaciona organicamente à necessidade de formação da unidade para reconstrução de um campo de esquerda crítico e radical e, mais ainda, para a unificação do proletariado. Mas, embora relacionadas, a unidade e a constituição da autonomia e independência política da classe trabalhadora não são mediações idênticas. A unidade, nos documentos do CFESS tem mais um caráter de frente política composta por “partidos, sindicatos e movimentos anticapitalistas”. Articula-se à constituição da autonomia e independência da classe trabalhadora na medida em que favorece ao desenvolvimento desta, mas cumpre função diferente na organização da classe trabalhadora.

A autonomia e independência política da classe trabalhadora se expressa em algumas dimensões. No âmbito da categoria das/os assistentes sociais o CFESS a coloca enquanto construção de uma identidade de classe. No Serviço Social, o conservadorismo sempre esteve presente, de modo que a luta de classes, os projetos societários antagônicos também se expressam no seio da profissão, exigindo dos/as assistentes sociais que se vinculam à emancipação humana, a disputa constante pela direção político-profissional da categoria. A partir da conquista da hegemonia de um projeto profissional crítico ao conservadorismo e comprometido com os interesses históricos dos/as trabalhadores/as, a direção social da categoria tem se dado de maneira autônoma e independente aos partidos, governos e às classes dominantes, no sentido de contribuir para a organização de

assistentes sociais identificados com a classe trabalhadora¹²⁵, que assumem sua posição de classe determinada na divisão social do trabalho e nas relações sociais capitalistas. Nas palavras do CFESS:

A identidade de assistente social como classe trabalhadora se apresenta não como uma opção, mas como uma condição. O reconhecimento desta condição sempre nos levou ao caminho das lutas sociais para além das questões corporativistas e nos construiu como mulheres e homens em luta pela emancipação humana. Por isso, mais que um projeto profissional, temos um projeto ético-político (2017, p. 77).

Exatamente por expressar uma identidade e pertencimento de classe, compreendendo as lutas históricas aí implicadas, é que o CFESS reivindica também a necessidade de organização dos/as assistentes sociais enquanto classe trabalhadora, numa perspectiva de constituição da autonomia e independência política do proletariado em geral, isto é, de sua auto-organização. Portanto, além dessa dimensão direcionada à profissão, o CFESS, não obstante suas limitações, se soma aos processos de organização da classe trabalhadora como um todo, afirmando a necessidade de sua autonomia e independência política. No entanto, concretamente, na conjuntura presente, o CFESS faz ainda a seguinte observação acerca da constituição da autonomia e independência política da classe trabalhadora:

Parte destas análises demarca ainda a importância da recuperação da autonomia de organização da classe prejudicada, como bem ilustra o exemplo brasileiro, por meio das experiências de cooptação e passivização da luta de classes em nome da governabilidade (CFESS, 2017 [2016] p. 76).

Ou seja, mesmo partindo de um prisma geral da constituição da classe trabalhadora sob a perspectiva referida, a situação concreta pede uma resposta concreta. Para o CFESS isso significa combater a cooptação e a passivização a que foi submetida parte da classe trabalhadora. É, portanto, sob a atmosfera de

¹²⁵ “As posições do CFESS têm sido historicamente muito nítidas e autônomas quanto aos governos brasileiros e aos interesses das classes dominantes. Nossa profunda e necessária crítica reitera nossa responsabilidade com o que a categoria de assistentes sociais construiu nas últimas décadas com o projeto ético-político, e nosso compromisso com a classe trabalhadora, classe a que pertencemos e na qual construímos nossa identidade” (CFESS, 2016e).

radicalização conservadora, regressão dos direitos e de um período de apassivamento da classe trabalhadora que a sua autonomia e independência política deve ser reconstruída. Ademais, aparece novamente a mediação da luta de classes como momento de construção da luta pela emancipação humana; como momento que contribui para a constituição do proletariado em classe.

A constituição da autonomia e independência política da classe trabalhadora se relaciona também ao mundo da produção material, ao desenvolvimento de um novo modo de produção baseado na livre associação dos produtores. Essa é uma dimensão do problema da emancipação humana que se coloca, entretanto, no processo de transição socialista. Mas não há nas formulações do CFESS nenhuma remissão a essa dimensão da emancipação humana. A sua compreensão da superação do modo de produção capitalista é compreendida no processo democrático de socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

A quarta mediação, a disputa de concepção de mundo, a semelhança das outras, é articulado em algumas dimensões que são ao mesmo tempo distintas e relacionadas. O CFESS tem chamado a atenção, nessa conjuntura de radicalização conservadora, para a necessidade de retomada do trabalho de base¹²⁶ junto aos/às trabalhadores/as e da formação política com ênfase no campo sindical, incidindo também na disputa de consciência. Contextualizando o momento de ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo, o CFESS coloca que ele:

Exigirá dos/as lutadores/as a retomada urgente de processos de formação sindical classista, de fortalecimento de outras frentes de esquerda que reforcem a importância da autonomia e da unidade. Teremos que avançar no debate cultural e na disputa de valores morais, cada dia mais enraizados na naturalização do ethos da propriedade privada (2017 [2016], p. 76).

Esse diálogo mais próximo às bases e a formação com caráter político-profissional tem sido garantido ao longo das gestões do CFESS, a exemplo do projeto *CFESS na estrada*¹²⁷ (CFESS, 2016) e dos diversos seminários sobre

¹²⁶ “O tempo agora exige que a categoria se volte com maior força ao trabalho de base e continue nas ruas, resistindo e lutando para não perder direitos já conquistados” (CFESS, 2017, p. 41).

¹²⁷ Segundo a então vice-presidente do CFESS, Esther Lemos, o “objetivo é de aproximar as gestões do CFESS e dos CRESS, para a construção de uma unidade política e procedimental, consolidar o

políticas sociais e o trabalho do assistente social ou ainda o curso “Ética em Movimento”. Mas a disputa de concepção de mundo a que o CFESS faz referência vai além dos exemplos citados. Incide na disputa mais ampla da consciência social. Nesse sentido, também não é de agora que o CFESS vem desenvolvendo uma política nacional de comunicação que mobiliza a participação do CRESS. Esta política é impulsionada, no geral, em duas perspectivas: fortalecimento da imagem social da profissão perante a sociedade, calçada nos pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social; e difusão do projeto societário defendido pela categoria profissional. As suas tarefas primordiais são:

Defender a democratização da comunicação, dando visibilidade à profissão de assistente social, em sintonia com a radicalidade e com os princípios que regem o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro; comunicar para mostrar à sociedade quem é esta categoria profissional, o que ela faz, o que ela tem a dizer; denunciar as expressões de injustiça e desigualdade que marcam a realidade social no país; comunicar e dialogar para fortalecer os movimentos sociais e a classe trabalhadora, na direção da liberdade e da formação crítica; por fim, e não menos importante, levar os princípios do Serviço Social a usuários e usuárias das políticas públicas no Brasil (CFESS, 2016a, p. 10).

Parte-se da defesa da democratização da comunicação como uma das mediações para socialização do poder político e do poder econômico¹²⁸. Para o Conjunto CFESS-CRESS, a democratização da comunicação possibilita o acesso à informação numa perspectiva plural, torna possível conhecer o que é de direito e concretiza o direito de se expressar. O aperfeiçoamento no uso de ferramentas da comunicação por parte do Conjunto CFESS-CRESS tem favorecido a abertura de espaços para difusão de informações vinculadas às lutas sociais, contribuindo para a divulgação dos retrocessos em curso, das críticas às medidas das classes dominantes contra a classe trabalhadora etc. Por isso tudo, a democratização da comunicação é compreendida pelo Conjunto CFESS-CRESS enquanto mediação

compromisso com a categoria, tornando as ações ainda mais transparentes e democráticas” (CFESS, 2016d).

¹²⁸ “A comunicação com vistas à democratização do poder político e do controle econômico, nessa sociedade, é necessária e urgente. Construir uma comunicação para a democratização potencializa a emancipação dos sujeitos sociais, da classe trabalhadora e o tensionamento da ordem social capitalista no Brasil” (CFESS, 2016a, p. 08).

política estratégica para potencializar a luta dos trabalhadores¹²⁹, disputar a hegemonia¹³⁰ e construir o poder popular¹³¹ na direção da emancipação humana¹³².

O processo de disputa de concepção de mundo é um aspecto da luta de classes que expressa íntima relação com a constituição do proletariado em classe. Marx e Engels (2017) ao se referirem ao partido comunista dizem: “mas em nenhum momento esse partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado” (p. 51). Em outros momentos eles chamam a atenção para o papel teórico do partido comunista junto ao proletariado, deixando claro que a teoria e o desenvolvimento de uma consciência para a práxis revolucionária¹³³ são pré-condições para a auto-organização do proletariado em classe e para a direção de sua intervenção política na luta de classes. Desse modo, o CFESS, na medida em que desenvolve uma atuação de difusão do seu Projeto Ético-Político, contribui para a formação e organização de assistentes sociais críticos a ordem do capital.

Por fim, o CFESS tem apresentado uma série de bandeiras políticas que são amadurecidas no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS de modo a representar democrática e sinteticamente, numa forma programática, pautas importantes que, afora outros documentos¹³⁴, servem para orientar politicamente a sua atuação nos espaços institucionais e nos espaços dos movimentos sociais da classe trabalhadora. Esse conjunto de bandeiras conformadas programaticamente, seguindo a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, tem por

¹²⁹ O CFESS reconhece a dimensão política da comunicação “utilizando-a para socialização da informação, fortalecimento da classe trabalhadora e de seus movimentos sociais, denúncia das expressões da questão social, resistência contra o conservadorismo e promoção da profissão e do seu projeto ético-político profissional” (Idem, 2016a, p. 13).

¹³⁰ “Comunicar é disputar hegemonia e formar opinião” (Idem p. 10).

¹³¹ Uma das funções estratégicas que o CFESS atribui à comunicação é “na construção de um poder popular com vistas à transformação das relações sociais” (Idem, p. 08).

¹³² “No decorrer do documento, está nítida a intenção do Conjunto de enxergar a comunicação como um meio para a construção de um projeto societário fundamentado na emancipação humana” (idem, p. 09).

¹³³ Na terceira tese sobre Feuerbach Marx (1978) fala sobre a práxis revolucionária: “a doutrina materialista sobre a mudança das contingências e da educação se esquece de que tais contingências são mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Deve por isso separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da outra. A coincidência da alteração das contingências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como *práxis revolucionária*.” (p. 51).

¹³⁴ Código de Ética do/a assistente social de 1993, Lei de regulamentação da profissão, Estatuto do Conjunto CFESS-CRESS, resoluções tiradas anualmente nos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS, entre outros.

objetivo dialogar com a sociedade, mais especificamente com assistentes sociais e com a totalidade da classe trabalhadora e suas mais diversas expressões organizativas. Elas foram apresentadas num primeiro documento em 2015 e depois em 2016. Entendemos que são documentos e bandeiras que se complementam, por isso, fizemos uma espécie de síntese entre os dois. Como são muitas pautas buscamos organizá-las em eixos para melhor exposição: 1- articulação com a luta da classe trabalhadora; e 2- defesa de direitos e aprofundamento da democracia.

No primeiro eixo, articulação com a luta da classe trabalhadora, as pautas são:

- Contribuir para a organização da classe trabalhadora e, como parte dessa classe, também os/as assistentes sociais, contra a retirada de direitos;
- Defesa do trabalho de assistentes sociais com direitos e da profissão de Serviço Social nos marcos do projeto ético-político;
- Posicionar-se sempre contra toda forma de criminalização dos movimentos sociais e das lutas e resistências sociais e populares (2017 [2016], p. 82).

E:

- Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial e com condições éticas e técnicas para o trabalho;
- Reforma urbana e agrária – em que seja garantido o direito à terra, à moradia digna, os direitos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais, da população em situação de rua e de catadores e catadoras de materiais recicláveis (2017 [2015], p. 37-38).

Nesse primeiro eixo as pautas centram-se em reivindicações vinculadas ao mundo do trabalho e às lutas populares, articulando aspectos organizativos da classe trabalhadora e dos movimentos populares a bandeiras que programaticamente carregam um conteúdo político radical, pois tocam em questões sensíveis da realidade brasileira como a propriedade da terra e a propriedade urbana, e a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Neste primeiro eixo fica evidente a radicalidade de parte das bandeiras políticas do Conjunto CFESS-CRESS.

O segundo eixo, defesa de direitos e aprofundamento da democracia, se expressa nos seguintes pontos:

- Defesa central da proteção social por meio do Estado, a partir da Seguridade social. Não à privatização da saúde e da securitização da

previdência social. Contra o desmonte do Sistema Único de Assistência Social;

- Defesa dos direitos humanos, da manutenção e ampliação dos direitos das mulheres, negros/as e da população LGBT;
- Fortalecer a luta estratégica pela democratização da comunicação;
- Nenhum direito político, trabalhista, previdenciário, social e cultural a menos! (CFESS, 2017 [2016], p. 82-83).

E:

- Financiamento público das políticas de seguridade social, baseado na desoneração do trabalho, tributação das grandes fortunas e na gestão submetida ao controle da sociedade;
- Defesa intransigente do orçamento da seguridade social e do fim da Desvinculação de Receitas da União (2017 [2015], p. 37-38).

Neste segundo eixo, as pautas políticas evidenciam mais a necessidade de defesa de direitos, seu caráter público, estatal e universal; a disputa do fundo público voltado ao financiamento das políticas sociais enquanto uma das mediações para socialização da riqueza produzida; a defesa dos direitos humanos, o respeito à diversidade; em suma, o aprofundamento da democracia compreendida como socialização da política e da economia. As referidas bandeiras tocam em questões também sensíveis, porque estão relacionadas a uma das mediações, hoje, centrais para a reprodução do capital que é a apropriação do fundo público. A sua disputa entra em choque com os interesses privados das classes dominantes, e é ao mesmo tempo decisiva para a efetivação das reivindicações da classe trabalhadora.

Terminada a exposição das proposições acumuladas pelo CFESS e por ele apresentada no sentido de dar enfrentamento aos retrocessos sociais em curso na quadra atual de radicalização conservadora, dialogando com setores da classe trabalhadora organizados em sindicatos, partidos, conselhos profissionais e movimentos sociais, em especial assistentes sociais, nos parece que tais propostas enquanto mediação política reafirmam, na dimensão da organização política do Serviço Social, os fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Esse projeto profissional, entre outras coisas, expressa os valores e princípios adotados pela profissão, suas funções, seus objetivos e meios para alcançá-los. Valores como liberdade, emancipação, cidadania, democracia, equidade, justiça social, pluralismo

etc., que não estão restritos às normas e prescrições de um Código de Ética profissional. Eles atravessam o projeto profissional na sua totalidade¹³⁵, se expressando em todas as suas dimensões constituintes, inclusive, a da organização política. E como podemos perceber, as propostas políticas do CFESS aqui analisadas mediatizam, na conjuntura particular em que estamos, os valores éticos eleitos pela profissão. Mas, tais ações políticas - considerando todas as limitações e parcialidades de uma profissão e de conselho profissional - consubstanciam mediações que tensionam para emancipação humana? Vejamos.

Ao final do segundo capítulo sintetizamos quatro mediações articuladoras da luta pela emancipação humana: luta de classes, organização política do proletariado, luta frente ao Estado e o desenvolvimento de um modo de produção associado. Está claro para nós que a organização política do proletariado em classe não depende da ação política do Serviço Social enquanto profissão, muito menos do CFESS enquanto conselho profissional. Também não são as/os assistentes sociais responsáveis pelo início da conquista, destruição e superação do Estado. E o desenvolvimento de um modo de produção associado só começa a ser possível a partir da socialização dos meios de produção, momento este que coincide com o próprio processo revolucionário. No entanto, se essas mediações devem constituir-se nas ações políticas do proletariado na perspectiva da emancipação humana, sendo as/os assistentes sociais membros do proletariado, essas mediações também devem constituir perspectivamente as suas ações, mesmo que não dependa dessa categoria – e de nenhuma outra em particular – a realização da emancipação humana. Ainda assim, mesmo que já estejam pressupostas numa perspectiva de luta, algumas dessas mediações só podem viabilizar-se plenamente no processo revolucionário, enquanto outras devem se desenvolver antes da revolução, inclusive, como condição para tanto. Por exemplo, a organização política do proletariado em classe e a luta de classes, que é uma mediação posta. Tanto uma como a outra podem ser verificadas na ação política da classe trabalhadora, e, portanto, na das/os assistentes sociais.

¹³⁵ “Os projetos profissionais requerem sempre uma fundamentação de valores de natureza explicitamente ética – porém, esta fundamentação, sendo posta nos Códigos, não se esgota neles, isto é: a valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele” (NETTO, 2009, p. 08).

Isto posto, vimos ao longo do presente capítulo as mediações políticas que foram mobilizadas pelo CFESS no contexto de radicalização conservadora. É preciso considerar, primeiro, que tais mediações não são mobilizadas de forma separadas, como se a aplicação delas constituíssem momentos estanques e desarticulados. As ações políticas pela democratização da sociedade, por exemplo, articulam diversas mediações simultaneamente. Portanto, ao analisar as mediações políticas mobilizadas pelo CFESS, o fizemos sabendo de suas interações recíprocas. Assim, a democratização da sociedade, a unidade da esquerda, a auto-organização dos/as trabalhadores/as e a disputa ideológica são, dessa forma, mediações que necessariamente se articulam e se dinamizam reciprocamente.

No entanto, a articulação e a dinamização entre elas obedecem a uma configuração em que a mediação *central* é representada por uma delas, no caso específico, pela democratização da sociedade - como vimos no início da exposição das propostas do CFESS. Assim, a unidade, a auto-organização dos/as trabalhadores/as e a disputa ideológica são mediações mobilizadas pelo CFESS numa configuração em que a democratização da sociedade é o “valor ético-político central na medida em que é o único padrão de organização política capaz de promover e assegurar a explicitação de valores essenciais como liberdade e equidade” (PAIVA [et al], 2012, p. 196).

Isso não significa, porém, invalidar o potencial das demais mediações mobilizadas pelo CFESS para as lutas de classes nas quais as/os assistentes sociais estejam presentes em conjunto com outros sujeitos políticos coletivos. A unidade, a auto-organização dos/as trabalhadores e a disputa ideológica continuam, através da ação política do CFESS, mediando a intervenção política das/os assistentes sociais de modo a contribuir, parcial e limitadamente, para a organização autônoma e independente do proletariado na sua luta pela emancipação humana. Trata-se aqui de questionar a posição da democracia na luta pela emancipação humana, pois ela comparece como mediação central no processo de construção do socialismo, conforme o documento escrito pelos formuladores do Código de Ética de 1993. Para nós, como foi dito anteriormente, a “a radicalização da cidadania só conduzirá a uma cidadania mais radical” (LESSA, 2007, p.09), e não a sua conversão em mediação para emancipação humana. A centralidade da democracia em relação às outras mediações, em alguma medida, as determina. Isto é, a

unidade, a auto-organização dos/as trabalhadores e a disputa ideológica se dinamizam em função da perspectiva de democratização da sociedade, do aprofundamento da democracia e da redefinição da cidadania, que em tese colocaria o socialismo no horizonte da luta de classes.

Portanto, entendemos que a democracia como mediação desempenha, sim, uma função importante na ampliação dos limites da emancipação política e, sem dúvida, sobretudo na atual conjuntura, essa mediação instiga o acirramento da luta de classes, porém ela não é e não deve ser compreendida como central na configuração das mediações mobilizadas pelo CFESS e, por conseguinte, das/os assistentes sociais comprometidos com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e com a emancipação humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura de radicalização conservadora tem operado em três frentes de ofensiva contra a classe trabalhadora: o ajuste econômico, a ofensiva moralista/obscurantista e as medidas jurídico-políticas (IASI, 2017 [2016]). Essas três frentes têm materializado duros ataques ao patrimônio público nacional (Petrobrás, Eletrobrás), aos direitos trabalhistas, previdenciário, ao financiamento das políticas públicas (da saúde, educação, assistência social), à população LGBT (Estatuto da família), às mulheres (Estatuto do nascituro), ao pensamento democrático (Escola sem partido), em suma, à esquerda de modo geral e à classe trabalhadora.

As forças da radicalização conservadora, personificadas nas diferentes frações da burguesia brasileira (agrária, midiática, industrial, financeira) e nas suas expressões político-partidárias, hoje, de forma mais ou menos homogênea, têm hegemonizado vários espaços da estrutura do Estado (Executivo, Legislativo, Judiciário), ainda que existam, em alguma medida, contradições nesse campo que articula a dominação burguesa no Brasil recente. Esse quadro põe uma série de dificuldades para a classe trabalhadora e as forças de esquerda.

Antes mesmo do êxito do golpe jurídico-parlamentar de 2016, o movimento da classe trabalhadora não se encontrava numa ascensão qualitativa das lutas, embora quantitativamente venha, nos últimos anos, batendo recorde de greves, ocupações urbanas, entre outros. A esquerda estava dividida, fundamentalmente, entre os apoiadores dos governos do PT e os que se opunham às políticas de tais governos. Hoje, essas expressões da esquerda estão organizadas na Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, respectivamente. O período em que o PT esteve à frente do governo federal caracterizou uma fase de apassivamento da classe trabalhadora (IASI, 2017) ou hegemonia lulista (BRAGA, 2017), não tendo resultado num processo de fortalecimento das organizações do trabalho e muito menos no desenvolvimento de uma consciência de classe. Pelo contrário, esse processo facilitou o avanço das forças conservadora e a radicalização de seu programa, iniciado ainda durante o governo do PT.

A consequência desse conjunto de elementos é que no momento de radicalização conservadora das classes dominantes, a classe trabalhadora e suas

organizações (o PT, o PCdoB embora tenham forte estrutura partidária e influência sindical, elas não foram colocadas a serviço dos/as trabalhadores/as) encontravam-se enfraquecidas do ponto de vista político-organizativo e ideológico. As classes dominantes se depararam com uma situação significativamente favorável ao avanço de suas pautas, de seu programa.

Nesse contexto, como sinalizamos ao fim do primeiro capítulo, o Projeto Ético-Político do Serviço Social é preocupantemente tensionado, talvez como em nenhum outro momento desde a conquista de sua hegemonia no seio da categoria profissional. Agora, ressoa com mais força e atualidade a questão colocada por Netto (1996) sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social: “manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la” (p. 117). As possibilidades de mantê-la e aprofundá-la dependem não só do esforço decidido e consciente da categoria. Dependem também de uma conjuntura em que as lutas da classe trabalhadora estejam mais fortalecidas, assim como suas organizações¹³⁶, para oferecer resistência aos recuos civilizatórios e constituir um projeto societário que se antagonize ao das classes dominantes. Braz (2007) dizia que um dos problemas que punha o Projeto Ético-Político do Serviço Social em crise era exatamente a ausência de um projeto alternativo das classes trabalhadoras¹³⁷. Para ele, a ausência de um projeto societário emancipatório levantava questões centrais para a categoria pensar a manutenção da hegemonia do seu Projeto Ético-Político:

A crise do projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional. E a sua hegemonia também depende da natureza da relação que se estabelecerá com esse estado de coisas. Manter-se-ão os princípios, valores e os compromissos firmados numa conjuntura de crise/ausência de projeto societário da classe trabalhadora? Eles poderão ser reproduzidos ainda que não encontrem repercussão nas lutas mais amplas do trabalho? Ou o projeto profissional será relativizado, flexibilizado ou revisado para se ajustar à proposta hegemônica? (BRAZ, 2007, p. 07).

¹³⁶ “É evidente que a preservação e o aprofundamento deste projeto, nas condições atuais, que parecem e são tão adversas, dependem da vontade majoritária do corpo profissional – porém não só dela: também dependem vitalmente do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão pressionado e constrangido nos últimos anos” (NETTO, 2009, p. 19).

¹³⁷ “O que põe o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro em crise é a articulação de dois problemas. O primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho” (BRAZ, 2007, p. 07).

A ausência de um projeto societário que unifique a classe trabalhadora tende a acentuar os particularismos e corporativismos, isto é, a fragmentação da classe trabalhadora, dificultando ainda mais a sua luta geral, e, em particular, a manutenção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, pois esse óbice para os trabalhadores/as em sua totalidade, também atingem – e não podia ser diferente – as/os assistentes sociais e o seu projeto profissional. Atualmente, a situação é ainda mais grave, visto que até mesmo os projetos societários reformistas mais rebaixados têm sofrido severos ataques e perdido espaço na sociedade para o ideário conservador.

O segundo problema que ameaça a hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social colocado por Braz (2007) está localizado na piora das condições do exercício e da formação profissional. O aviltamento das condições de trabalho, os vínculos empregatícios cada vez mais frágeis e precários e o rebaixamento salarial tornam as relações de trabalho mais adversas e inseguras, diminuindo as possibilidades do exercício profissional ser desenvolvido na perspectiva de efetivação do Projeto Ético-Político. Contextualizando esse elemento na conjuntura recente, a reforma trabalhista, a nova lei da terceirização e o elevado desemprego com que nos deparamos deixa essa situação ainda mais aguda.

No que se refere à formação profissional, Braz (2007) – este também é um elemento levantado por Netto (2007) no debate da crise do Projeto Ético-Político – chama a atenção para a expansão desenfreada dos cursos privados de Serviço Social e, em especial, aqueles abertos na modalidade de ensino à distância, observando que a maioria não segue padrões rigorosos de qualidade, nem toma as diretrizes curriculares da ABEPSS como referência, o que pode comprometer severamente a formação de futuros assistentes sociais, havendo uma descaracterização do perfil profissional dentro de anos:

A rápida modificação do perfil dos assistentes sociais no Brasil repercute no projeto ético-político em dois planos. Primeiro no âmbito do exercício profissional que, quando desqualificado, vulnerabiliza a imagem da profissão no sentido de sua desvalorização na sociedade, além de pressionar para baixo as já desfavoráveis condições salariais. Noutro plano, pode-se dizer que esse mesmo perfil – produzido por uma formação profissional pouco qualificada, em ambientes nada acadêmicos, despolitizados, que não propiciam uma necessária vivência universitária aos estudantes (vivência absolutamente inviável nos cursos de graduação à distância) – tende a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional. É que o seu surgimento ocorre, em

grande parte, da articulação de uma sólida formação e de uma vivência política, que têm na universidade um lócus privilegiado (Idem, p. 09-10).

Ao que parece, tal tendência para a formação – e também para o exercício - profissional não foi sustada, de modo que a prospecção aventada por Braz possivelmente se encontra operando na realidade e, por enquanto, apesar das mobilizações e ações da categoria, sem perspectiva de ser contrarrestada, levando a crer que os argumentos do nosso autor a respeito da crise, sobretudo na presente conjuntura, retornam com força e atualidade. E embora acreditemos que este projeto profissional não tenha sido “relativizado, flexibilizado ou revisado para se ajustar à proposta hegemônica”, as contradições que se acumulam no interior da categoria e mesmo na sociedade, tensionando as bases do projeto da profissão, podem amadurecer de tal forma a pôr fim à hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Porém, consideramos que a prospecção feita por Braz (2007) e Netto (2007) indica muito mais um processo de erosão das bases do Projeto Ético-Político do Serviço Social, do que propriamente a sua crise. Erosão que, se não o infirmara, o tem fragilizado em algumas de suas dimensões¹³⁸.

Começando pela dimensão da produção de conhecimento, podemos dizer que, ao tempo em que Mota (2016), por um lado, afirma ter a profissão se constituído enquanto área de produção do conhecimento, por outro, Netto (2016) tem sugerido que “está se configurando entre nós um preocupante quadro de hipertrofia de estudos localizados/particulares e de atrofia das abordagens históricas abrangentes e macroscópicas” (p. 55). Para Mota (2016) a constituição do Serviço Social como área de produção do conhecimento:

Adensou a sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão (p. 172).

Esse processo que resultou na ampliação da função intelectual do Serviço Social, se relaciona diretamente à construção da direção social consubstanciada no

¹³⁸ São elas: “formação, intervenção, produção de conhecimento e organização política da categoria profissional, vinculadas organicamente” (LOPES; ABREU; CARDOSO, 2014, p. 196).

Projeto Ético-Político da profissão, sendo, portanto, expressão de suas conquistas no âmbito da categoria. Para Netto (2016) a atrofia dos estudos históricos abrangentes e a hipertrofia dos estudos localizados, particulares, não podem ser compreendidos separadamente de movimentações no interior da categoria que sorratamente têm obliterado as vigas fundamentais do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Sobre tais movimentações ele diz:

Não tive provas, nos últimos anos, de nenhum questionamento direto significativo a esse projeto; o que tenho constatado é que a forma de pô-lo em causa não tem consistido em enfrentá-lo abertamente: consiste em proclamá-lo e em invocá-lo como se fora um projeto cujo pluralismo não tem fronteiras e que, portanto, comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática. [...] Como até agora, ao que sei, tais afirmação e comprovação ainda não foram publicizadas, reina um consenso segundo o qual a hegemonia do projeto ético-político está assegurada (NETTO, 2016, p. 65).

A esse processo de questionamento ao Projeto Ético-Político do Serviço Social sem “enfrentá-lo abertamente” Netto (2016) vincula o adensamento do neoconservadorismo pós-moderno no âmbito da produção de conhecimento que, embora tenha se consolidado como uma dimensão do Serviço Social, tem revelado também o crescimento de um vetor de erosão das bases do projeto ético-político. Sabemos que uma constatação não invalida a outra e os próprios autores fazem observações nesse sentido. Buscamos apenas mostrar, entretanto, elementos contraditórios de um mesmo debate.

No âmbito da formação, afora os elementos que já citamos: ampliação dos cursos privados de Serviço Social com foco no ensino à distância, na atual conjuntura temos uma situação ainda mais delicadas com a Emenda Constitucional 95 que ameaça o financiamento das universidades públicas, impactando diretamente no ensino, na pesquisa e na extensão e, além disso, a ameaça do projeto Escola Sem Partido que incidiria diretamente contra o curso de Serviço Social e, em especial, contra as/os professoras/es de Serviço Social vinculados à tradição marxista ou mesmo à alguma corrente minimamente progressista.

Não bastassem esses aspectos, os influxos societários têm direcionado à categoria para uma perspectiva de atuação profissional centralizada na assistência, em vista, sobretudo, das estratégias de enfrentamento às expressões mais agudas

da “questão social” e do controle da pobreza, sob a orientação do neoliberalismo. Esse quadro tende a reduzir o papel do Serviço Social à “profissão da assistência”, como sinalizara Netto (2007, p. 38). Reforçam-se também as ideologias de saberes práticos, instrumentais, que privilegiam a resolução de demandas imediatas de forma pragmática, em prejuízo de uma formação baseada em pressupostos teórico-críticos e de direção ética humanista (ABREU, 2016).

Na dimensão do exercício profissional sinalizamos alguns elementos sobre o recrudescimento das péssimas condições de trabalho, pondo imensos obstáculos para o exercício profissional orientado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social. Mas, além disso, ocorre também, por obra do ajuste econômico e das contrarreformas em andamento, a agudização das expressões da “questão social”. O aumento do desemprego, o corte no orçamento para as políticas sociais, o seu desmonte e descaracterização, as mudanças regressivas na legislação trabalhista e as tentativas reacionárias de reformar a previdência, tendem a intensificar as desigualdades, aumentar a pobreza, exacerbar a violência, elevar o adoecimento da população, em suma, piorar generalizadamente as condições de vida da classe trabalhadora, resultando num aumento da demanda de trabalho para as/os assistentes sociais que em função dos rumos das políticas públicas e das condições de trabalho anunciadas esbarrarão inevitavelmente numa realidade simpática à restrição e negação de direitos, limitando ao máximo as margens da atuação profissional comprometida com o projeto profissional defendido pela categoria.

Frente a toda essa conjuntura, a dimensão da organização política é requisitada a atuar com toda força possível para criar estratégias profissionais e junto a outras categorias e setores da classe trabalhadora no sentido de fazer enfrentamento à ofensiva devastadora das classes dominantes. O Serviço Social tem uma tradição de luta e organização que articula diversas experiências: no movimento sindical, no movimento por reforma agrária, urbana, no movimento LGBT, feminista, no movimento de negros e negras, em partidos políticos, conselhos de direito, conferências, em frentes políticas etc., que lhe habilitou ao exercício de direção numa perspectiva classista e combativa expressa no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

No entanto, com descenso das lutas sociais, apassivamento da classe trabalhadora e ausência do projeto societário antagônico ao do capital, a dimensão da organização política da categoria profissional também acaba por ser fragilizada. Na conjuntura de radicalização conservadora as condições de luta tem sido piores, de modo que torna-se ainda mais difícil os processos organizativos e políticos se desenvolverem para a resistência desse momento e mais ainda para a constituição de um projeto das classes trabalhadoras e, assim, da luta pela emancipação humana.

Para a própria categoria das/os assistentes sociais, a partir da sua organização no âmbito do CFESS – expressão da dimensão organização política – a luta por uma sociedade sem exploração/ dominação capitalista, mesmo que pressuposta no seu Código de Ética, caso as outras dimensões que constituem o projeto profissional de ruptura não estejam fortalecidas, se torna muito mais complexa. As quatro dimensões citadas estão intimamente articuladas, não podendo ser analisadas de forma separadas, sob o risco de termos uma representação parcial de como o Projeto Ético-Político está se conformando no momento histórico presente. E se, quando analisamos as dimensões, elas revelam fortes tensionamentos e problemáticas diversas, o quadro de interação entre elas é prejudicado, comprometendo a unicidade dos elementos constituintes do projeto profissional e, em alguma medida, ele mesmo.

Portanto, entre outros elementos que foram colocados ao longo da dissertação até aqui, a luta pela emancipação humana - à qual se soma parte das/os assistentes sociais - nos limites e parcialidades da atuação profissional através do CFESS, depende também do revigoramento das dimensões que constituem o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Assim, a luta mais geral por outra sociedade deve ser articulada à luta pela manutenção, fortalecimento e aprofundamento deste projeto profissional no interior da categoria para que tanto a luta mais geral como o Projeto Ético-Político do Serviço Social permaneça no horizonte das/os assistentes sociais brasileiras/os.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- ANDERSON, Perry. A crise no Brasil, por Perry Anderson (parte 1). **Esquerda.Net**, 23 abr. 2016. Disponível em <<http://www.esquerda.net/printpdf/42445>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARANTES, Pedro Fiori. Da (anti)reforma urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. In: SAMPAIO JR, Plínio de Arruda Sampaio (Org.). **Jornadas de junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: ICP, 2014. p. 41 – 66.
- ARCARY, Valério. Junho de 2013 a 2015: as “placas tectônicas” começaram a se mover? In: **Crítica Marxista**, São Paulo, nº 42, p. 147-153, 2016.
- ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. Ruptura, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. **Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n.1, jan/abr, p. 125-136, 2018.
- BIANCHI, Álvaro. O que é um golpe de Estado? Blog junho, 26 mar. 2016. Disponível em <<http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>>. Acesso em: 10/05/2018.
- BRAGA, Ruy. **Sob a sombra do precariado. Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 79 - 82.
- _____. As jornadas de junho no Brasil: uma crônica de um mês inesquecível. In: SAMPAIO JR, Plínio de Arruda Sampaio (Org.). **Jornadas de junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: ICP, 2014. p. 67- 84.
- _____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: LOUREIRO, I.; SINGER, A. (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55 – 92.
- _____. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016. Altera a Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 29 de novembro de 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13365.htm>. Acesso em: 20/08/2018.

_____. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm>. Acesso em: 20/08/2018.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 20/08/2018

_____. Portaria nº 1.129, de 13 de outubro de 2017. Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei n 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH Nº 4, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de Out. 2017. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGaos/MTE/Portaria/P1129_17.html>. Acesso em: 20/08/2018.

_____. Supremo Tribunal Federal. Medida cautelar na arguição de descumprimento de preceito fundamental 489 Distrito Federal (ADPF 489 MC / DF). Requerente: Rede Sustentabilidade. Requerido: Ministro de Estado do Trabalho. Relatora: MIN. Rosa Weber. Brasília, DF, 23 de Out. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF489liminar.pdf>>. Acesso em: 20/08/2018.

_____. Portaria nº 1.293, de 28 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2º-C da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e trata da divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial: MTPS/MMIRDH n.º 4, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p, 186 - 187 da Seção, 29 de Dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/173216764/dou-secao-1-29-12-2017-pg-187?ref=next_button>. Acesso em: 20/08/2018.

CARTA CAPITAL. Na "lista suja", Brasil terá de explicar reforma trabalhista para OIT. Brasil, 07/06/2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/na-lista-suja-brasil-tera-de-explicar-reforma-trabalhista-para-oit>>. Acesso em: 20/08//2018.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético político do Serviço Social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo; Cortez. n.78, Ano XXV, p. 48 – 68, 2004.

_____. A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília (DF): CFESS, ano VII, n. 10, nov, p. 04-10, 2007.

_____. Golpe nas ilusões democráticas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, jan/abr, 85-103, 2017.

BRAZ, Marcelo. & TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.

_____. O canto da sereia: social – liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ**, Rio de Janeiro, n.31, v.11, p. 119 – 138, 2013b.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós – neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 123 – 134.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Resolução CFESS Nº 469/2005**. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_469_05.pdf> Acesso em 11 de mar. 2018.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. Ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS**. 3. Ed. Brasília: CFESS, 2016a. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/3a-PoliticaComunicacaoCfessCress-2016.pdf>>. Acesso em 15 de ago. 2018.

_____. **Carta de Cuiabá**. Documento aprovado por assistentes sociais participantes do 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, 2016b. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/45EncontroCfessCress-CartaDeCuiaba-2016.pdf>>. Acesso em 11 de mar. 2016.

_____. **Deliberações do 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS**. Brasília: CFESS, 2016c. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-46nacional2017Final.pdf>>. Acesso em 11 de mar. 2018.

_____. **Projeto ‘CFESS na estrada’ já começou**, 2016d. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1243>>. Acesso em 14 de jun. 2018.

_____. **A disputa de poder na conjuntura e os desafios de organização da classe trabalhadora**, 2016e. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1247>>. Acesso em 14 jun. 2018.

_____. **CFESS Manifesta: Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017).** Brasília: CFESS, 2017. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/LivroCFESSManifesta-2014-2017.pdf>> Acesso em 15/08/2018.

_____. **Por que o CFESS não participará da 2ª Conferência de Saúde da Mulher?** 2017a. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1398>>. Acesso em 15 de ago. 2018.

_____. **CFESS Manifesta: dia Nacional da consciência negra.** 2017b. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-ConscienciaNegra.pdf>>. Acesso em 15 de ago. 2018.

_____. **CFESS Manifesta, Edição Especial: pelos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência.** 2017c. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-CfessManifesta-Especial-PessoaldosaPessoacomDeficiencia.pdf>>. Acesso em 15 de ago. 2018.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Sociedade Civil e controle social: desafios para o serviço social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. (Orgs.). **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estudos e pesquisas: Balanço das greves em 2013.** n. 79, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

_____. **Estudos e pesquisas: Balanço das greves de 2016.** n. 84, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2016/estPesq84balancogreves2016.html>>. Acesso em: 10 maio. 2018.

GOMES, Claudia Maria Costa. Choque neoliberal e o padrão de hegemonia burguesa lulo-petista. In: **Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n.1, jan/abr, p. 86-95, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel.** Notas sobre o Estado e a Política, v.5 / Antonio Gramsci; Edição e Tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira - 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Cadernos do Cárcere: O risorgimento.** Notas sobre a história da Itália, v.5 / Antonio Gramsci; Edição e Tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira - 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Cadernos do Cárcere:** introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce, v.1. 9. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** Capital financeiro trabalho e questão social. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IASI, Mauro Luis. **O problema da emancipação humana.** Ensaio sobre consciência e emancipação. 2. Ed. São Paulo: expressão popular, 2011.

_____. A rebelião, a cidade e a consciência. **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 41 – 48.

_____. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: SAMPAIO JR, Plínio de Arruda Sampaio (Org.). **Jornadas de junho:** a revolta popular em debate. São Paulo: ICP, 2014. p. 147 – 173.

_____. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural.** 1. Ed. São Paulo: ICP, 2017.

LESSA, Sergio. A emancipação política e a defesa de direitos. In: **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, ano 28, v. 90, 35-57, jun. 2007

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos sociais e Serviço Social:** uma relação necessária. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARQUES, Morena Gomes. O fim do ciclo PT: colaboracionismo de classe e ortodoxia neoliberal. **Ser Social,** Brasília, v. 18, n. 38, jan-jun, p. 48-67, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos / Karl Marx;** seleção de textos de José Arthur Giannotti; Traduções de José Carlos Bruni [et al.]. 2 Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. O processo global da produção capitalista. **O capital:** crítica da economia política. [apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, v.3, 1986.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.101 – 124.

_____. **Sobre a questão judaica**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. Glosas Críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”: de um prussiano”. In: MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Alemanha**. [apresentação de Michel Löwy; tradução Nélio Schneider]. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010c. p. 25 – 52.

_____. **Guerra civil na França**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução**. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O manifesto comunista**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI/ István Mészáros; [tradução Ana Cotrim]**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. 80 anos de Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, jan/abr, p. 39-53, 2017.

MUSTAFÁ, Maria Alexandra Monteiro; SILVA, Salyanna de Souza; ANSELMO, Gisele Caroline Ribeiro. Democracia e justiça social em tempo de golpe sob a égide do neoliberalismo. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, maio/ago, p. 416-426, 2018.

NETTO, José Paulo. **O que é o marxismo**. 09. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, ano XVII, abr, p. 87-131, 1996.

_____. Das ameaças à crise. **Revista Inscrita**, Brasília (DF): CFESS, ano VII, n. 10, nov, p. 37-40, 2007.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete [et al.], (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 141 – 160.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2011b.

_____. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PAIVA, Beatriz Augusto de. [et al.]. Reformulação do Código de ética: pressupostos históricos, teóricos e políticos. In: BONETTI, Dilséa A. [et al.] (Orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 191 – 208.

PINASSI, Maria Orlanda. Desenvolvimento, crise estrutural e luta de classes; uma leitura das manifestações de junho. In: SAMPAIO JR, Plínio de Arruda Sampaio (Org.). **Jornadas de junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: ICP, 2014. p. 133 – 146.

RAMOS, SÂMIA RODRIGUES. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social**. Recife, 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós – neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governo pós – neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135 – 144.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Jornadas de junho e revolução brasileira. In: SAMPAIO JR, Plínio de Arruda Sampaio (Org.). **Jornadas de junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: ICP, 2014. p. 85 – 108.

SANTOS, Josiane Soares [et al.]. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, jan-mar, p. 146-176, 2010.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de junho. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 71 – 78.

SILVEIRA JR., Adilson Aquino. Crise econômica, luta de classes e Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, jan/abr, p. 96-107, 2018.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, n. 97, nov. 2013.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: LOUREIRO, I.; SINGER, A. (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21 – 54.